José Ferreira Azevedo

FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DE ALAGOAS

O PERÍODO HOLANDÊS (1630-1654) – UMA MUDANÇA DE RUMO

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Orientador:

Prof. Dr. Emanuel Soares da Veiga Garcia

São Paulo, 2002

ERRATA

José Ferreira Azevedo

TESE: Formação Sócio-econômica de Alagoas: o período holandês (1630-1654) – uma mudança de rumo

1. ESCLARECIMENTO
   A denominação ALAGOAS é usada, neste trabalho, para designar ora a região das lagoas, ora o território do hoje Estado de Alagoas. No litoral centro da parte meridional da Capitania de Pernambuco, que vai do rio Una ao rio São Francisco, localizavam-se as duas ALAGOA (no singular): a DO NORTE e a DO SUL. Nos documentos da época considerada em nosso estudo, a expressão "as Alagoas" refere-se àquela região. Em alguns pontos, porém, a expressão designa todo o território, de acordo com o contexto onde é utilizada.

2. Acrescentar na Bibliografia Geral:

   Pág. 109: ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Alagoas nos tempos do cólera.* São Paulo, Escrituras Editora, 1996.

   Pág. 117: SANTOS, Theotônio dos. *Forças produtivas & relações de produção: ensaio introdutório.* Trad. de Hugo Pedro Boff. Petrópolis, Vozes, 1984.

3. Correções:

PÁGINA	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
14	- ... obra [1]colonizadora,...	- ... obra colonizadora...
16	- Vimos que os holandeses...	- Veremos que os holandeses...
23	- Não se analisa, em profundidade, a realidade social e o envolvimento do homem do povo – o verdadeiro sujeito da história.	- Como afirmamos anteriormente, o povo não é visto como *sujeito* e a realidade social não é devidamente analisada.
24	- ... conveniente frisar que W. sempre...	-...conveniente frisar que Wätjen sempre...
27	- Com relação dos autores...	- Com relação aos autores...
30	- Fontes para a História do Brasil Holandês – a Economia Açucareira - (Recife,MEC/SPHAN/Pró-Memória, 1981, p. 132)	- Fontes para a História do Brasil Holandês... (op. cit., p. 132).
43	- ... o descobrimento do Brasil...	-...a exata localização do descobrimento do Brasil...
47	- (Na nota 5) Esses povoadores não seria [...]..."	- "Esses povoadores não seriam [...]..."
52	- ... que estudaremos nos capítulos seguintes...	- que estudaremos mais adiante...
54	(Na nota 8) - ...[grifo nosso]". GANDAVO, 1964:34.	- ... (GANDAVO, 1964, p. 34, grifo nosso).
67	- ... nos arquivos do IHGAL...	- nos Arquivos do IHGAL (DOC. 0005/01-01-05, 1 f.ms)...
74	- ... senhores da WIC sé compreensível	- ... senhores da WIC só é compreensível ...

PÁGINA	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
78	- (Na segunda citação) - ... que se primeiro se tentou...	- ... que primeiro se tentou...
78	- ... na qual foram investidos em sua aquisição...	- ... na qual foram investidos recursos em sua aquisição ...
86	- ...dês*8sas elites...	- ... dessas elites...
89	(Na nota 15) – Assim a Barléu ... descreve Palamares...	- Assim Barléu ... descreve Palmares...
99	- (item 02) ANTIGÜIDADES A-LAGOAS	- ANTIGÜIDADES ALAGOANAS
101	- (item 30) – DECLAÇÃO	- DECLARAÇÃO
103	- (itens 65 e 66) – Projeto Resgate de Documentação História ...	- Projeto Resgate de Documentação Histórica ...
111	- (item 48) - ... 1986.	- ... 1988.

ERRATA

José Ferreira Azevedo

TESE: Formação Sócio-econômica de Alagoas: o período holandês (1630-1654) – uma mudança de rumo

1. ESCLARECIMENTO
   A denominação ALAGOAS é usada, neste trabalho, para designar ora a região das lagoas, ora o território do hoje Estado de Alagoas. No litoral centro da parte meridional da Capitania de Pernambuco, que vai do rio Una ao rio São Francisco, localizavam-se as duas ALAGOA (no singular): a DO NORTE e a DO SUL. Nos documentos da época considerada em nosso estudo, a expressão "as Alagoas" refere-se àquela região. Em alguns pontos, porém, a expressão designa todo o território, de acordo com o contexto onde é utilizada.

2. Acrescentar na Bibliografia Geral:

   Pág. 109: ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Alagoas nos tempos do cólera.* São Paulo, Escrituras Editora, 1996.

   Pág. 117: SANTOS, Theotônio dos. *Forças produtivas & relações de produção: ensaio introdutório.* Trad. de Hugo Pedro Boff. Petrópolis, Vozes, 1984.

3. Correções:

PÁGINA	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
14	- ... obra 'colonizadora,...	- ... obra colonizadora...
16	- Vimos que os holandeses...	- Veremos que os holandeses...
23	- Não se analisa, em profundidade, a realidade social e o envolvimento do homem do povo – o verdadeiro sujeito da história.	- Como afirmamos anteriormente, o povo não é visto como *sujeito* e a realidade social não é devidamente analisada.
24	- ... conveniente frisar que W. sempre...	-...conveniente frisar que Wätjen sempre...
27	- Com relação dos autores...	- Com relação aos autores...
30	- Fontes para a História do Brasil Holandês – a Economia Açucareira - (Recife,MEC/SPHAN/Pró-Memória, 1981, p. 132)	- Fontes para a História do Brasil Holandês... (op. cit., p. 132).
43	- ... o descobrimento do Brasil...	-...a exata localização do descobrimento do Brasil...
47	- (Na nota 5) Esses povoadores não seria [...]..."	- "Esses povoadores não seriam [...]..."
52	- ... que estudaremos nos capítulos seguintes...	- que estudaremos mais adiante...
54	(Na nota 8) - ...[grifo nosso]". GANDAVO, 1964:34.	- ... (GANDAVO, 1964, p. 34, grifo nosso).
67	- ... nos arquivos do IHGAL...	- nos Arquivos do IHGAL (DOC. 0005/01-01-05, 1 f.ms)...
74	- ... senhores da WIC sé compreensível	- ... senhores da WIC só é compreensível ...

PÁGINA	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
78	- (Na segunda citação) - ... que se primeiro se tentou...	- ... que primeiro se tentou...
78	- ... na qual foram investidos em sua aquisição...	- ... na qual foram investidos recursos em sua aquisição ...
86	- ...dês*8sas elites...	- ... dessas elites...
89	(Na nota 15) – Assim a Barléu ... descreve Palamares...	- Assim Barléu ... descreve Palmares...
99	- (item 02) ANTIGÜIDADES A-LAGOAS	- ANTIGÜIDADES ALAGOANAS
101	- (item 30) – DECLAÇÃO	- DECLARAÇÃO
103	- (itens 65 e 66) – Projeto Resgate de Documentação História ...	- Projeto Resgate de Documentação Histórica ...
111	- (item 48) - ... 1986.	- ... 1988.

Aos manos João Azevedo, *in memorian,* Maria das Graças e Maria de Lourdes.

À minha esposa Lenice e meus filhos Luiz Felipe, Francisco (Chico) e Juninho, pela paciência diante dos meus *abusos* caseiros e estímulo constante para a realização deste trabalho

Aos colegas Professores e aos meus alunos do Curso de História da Universidade Federal de Alagoas

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Emanuel Soares da Veiga Garcia, meu Orientador, pela confiança, sugestões e incentivos constantes. Sem o seu estímulo, compreensão e amizade, este projeto não teria sido realizado.

Aos Professores Dra. Vera Lúcia do Amaral Ferlini e Dr. Wilson do Nascimento Barbosa, membros da Banca de Qualificação, pelas valiosas sugestões que enriqueceram a tese.

Ao Prof. Dr. José Balbino de Moura, pelo incentivo inicial.

Ao Dr. Jayme Lustosa de Altavilla, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, pela forma gentil e solidária com que me franqueou os arquivos de documentos ainda não catalogados do Instituto.

Ao Professor Moacir Sant'Ana, Diretor do Arquivo Público de Alagoas, pelas indicações e comentários sobre as fontes disponíveis.

Ao Professor Dr. Luiz Sávio de Almeida, pela confiança e incentivo demonstrados no convívio acadêmico.

Aos Professores José Roberto Gomes da Silva, Chefe do Departamento de História da Universidade Federal de Alagoas, e Dr. Francisco Tadeu da Silva, pelo apoio e incentivo, principalmente na fase final de elaboração da tese.

À Lea Marks, funcionária do Departamento de História da Universidade de São Paulo, pela maneira gentil e eficiente no apoio técnico-administrativo.

Ao meu filho Francisco e aos sobrinhos Carlos Augusto e Cezar Henrique, pelos socorros nas minhas brigas com o computador e com a língua inglesa.

SUMÁRIO

- APRESENTAÇÃO.....7

- RESUMO/ABSTRACT..... 10

- INTRODUÇÃO.....12

- CAPÍTULO 1: CONCEPÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

  1.1. Preliminares.....18
  1.2. Perspectiva teórico-metodológica..... 20
  1.3. Breve análise da historiografia e fontes..... 22

- CAPÍTULO 2: CONTEXTUALIZAÇÃO

  2.1. Panorâmica.....33
  2.2. Primórdios alagoanos – do descobrimento até 1630..... 42
  2.3. O elemento perturbador.....54

- CAPÍTULO 3: O QUADRO TENDENCIAL

  3.1. Monocultura ou diversificação?.....70
  3.2. Atividades subsidiárias ou periféricas..... 79
  3.3. A alagoanidade precoce.....84

- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....91

- FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

  . Fontes primárias manuscritas.....97
  . Fontes primárias impressas.....99
  . Publicações em periódicos.....105
  . Bibliografia geral.....109

ABREVIATURAS UTILIZADAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino
CU – Conselho Ultramarino
Cx – Caixa
D. ou DOC. – Documento
ACL – Administração Central
IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
IHGAL – Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RIAHGP – Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
WIC – West-Indische Compagnie (Companhia das Índias Ocidentais)

APRESENTAÇÃO

Um dos temas mais recorrentes de nossa historiografia, no sentido de exaltar o valor e o *heroísmo* de nossa gente, é o período holandês e os seus grandes eventos militares – destacando-se, aqui, a figura de Domingos Calabar, considerado o grande *herói* e figura representativa de sua cidade, Porto Calvo. Entretanto, a presença holandesa em Alagoas é tratada, quase sempre, pela historiografia, como uma mera seqüência de fatos (quando não, um amontoado de fatos) sem significados na formação da sociedade alagoana.

Tem sido uma das nossas maiores preocupações, desde a época do curso de graduação, tanto do ponto de vista acadêmico como pelo desejo de contribuir para a compreensão da intricada realidade alagoana, procurar explicações mais consistentes para aquele período de nossa história. Durante os anos de 1989 a 1992, tivemos a oportunidade de participar ativamente de um projeto de Arqueologia idealizado por Aloísio Vilela de Vasconcelos, arqueólogo da Universidade Federal de Alagoas e estudioso do período holandês e dos quilombos em Alagoas. O projeto visava a delimitação dos espaços ocupados durante as lutas e a recuperação de artefatos que pudessem subsidiar a reconstrução histórica e o ambiente cultural da época, a partir de escavações arqueológicas em Costa Brava, região do atual município de Paripueira, cerca de trinta quilômetros de Maceió, onde os invasores instalaram uma fortificação em 1635 (o local até hoje é conhecido como o Morro do Forte). Na fase de estudos para a elaboração do projeto, e principalmente durante sua execução, constatamos a natureza puramente descritiva dos trabalhos relacionados ao período, sem grandes preocupações de análise econômica e social. Imbuídos também de grande curiosidade intelectual, pusemo-nos a questionar alguns aspectos daquela história, ao nosso ver, ainda mal contada. Quando surgiu a oportunidade do curso de doutoramento, já tínhamos em mente qual o projeto que tentaríamos realizar...

Costuma-se lembrar sobre o período holandês que "parece já nada haver de original para dizer", em vista da extensa bibliografia produzida sobre o assunto. De fato, o período foi

(é) bastante estudado, mas ainda há muitas coisas nebulosas esperando pelos pesquisadores. Basta dizer que no arquivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP) encontram-se muitos documentos da época ainda não traduzidos, sem falar dos arquivos da Holanda. O desconhecimento do idioma holandês, como é o nosso caso, é um grande obstáculo para os estudiosos brasileiros, sem contar que, nas próprias entidades onde estão guardados os documentos não existem tradutores ou paleógrafos para a exaustiva tarefa. Resta-nos recorrer aos inúmeros trabalhos e traduções publicados desde o século XVII e aos documentos já identificados e catalogados.

Como não se pode pesquisar obviedades – o pesquisador deve descobrir coisas ou indicar novos caminhos numa determinada área de conhecimento – nem ficar "olhando para nosso próprio umbigo", como diz Luiz Felipe de Alencastro, procuramos oferecer uma nova visão, ou interpretação, daquele período histórico, sem a *provincianização* que nos leva ao isolamento, à não-percepção do mundo, por conseqüência, à não-compreensão de nossa realidade. Nossa hipótese de trabalho é qualitativa, assim explicitada: *numa determinada formação econômico-social, um fator externo, sob determinadas condições objetivas, pode favorecer a moldagem de rígidas estruturas de dominação e redirecionar atividades econômicas. Particularizando o caso de Alagoas, o processo de formação de uma economia diversificada foi interrompido pela ocupação holandesa do seu território, na primeira metade do século XVII. A invasão provocou uma brusca mudança de rumo no desenvolvimento das forças produtivas locais.* Implica, portanto, num esforço de interpretação pessoal. Não queremos *ir na contra-mão* da história, afirmando, ou especulando, algo inexistente. Consideramos, porém, que ao historiador não cabe apenas reconstruir (ou afirmar) os fatos; deve também oferecer linhas alternativas de interpretação ainda não consideradas ou vistas como fantasiosas.

Não pretendemos superar os outros ou corrigi-los, ou mesmo preencher as grandes lacunas da historiografia alagoana, mas esperamos, modestamente, contribuir para uma Teoria Geral da História de Alagoas. Se conseguirmos, também, contribuir para que outros despertem para estudos mais analíticos, mais completos e profundos, principalmente os jovens que estão na Universidade, já nos daremos por satisfeitos.

RESUMO

Ao definir nosso objeto de pesquisa tomamos como referenciais os conceitos fundamentais do materialismo histórico, que são os de modo de produção e de formação econômico-social. Adotando essa opção teórico-metodológica, objetivamos analisar a ocupação holandesa de 1630-1654 e os processos econômico-sociais por ela desencadeados, procurando contribuir para uma teoria da formação social alagoana demonstrando, se possível, a mudança de rumo no desenvolvimento de nossas forças produtivas naquele período.

É ponto recorrente na nossa historiografia considerar a formação e o desenvolvimento de estruturas a partir de uma premissa que julgamos falsa: a *vocação* de Alagoas para o açúcar. Nossos pesquisadores, talvez sem exceção, não atentaram devidamente para o fato de que Alagoas, até a ocupação holandesa, era a fonte abastecedora da colônia de produtos variados (feijão, milho, mandioca, batatas, carne, couro, fumo, algodão...), possuindo poucos engenhos (15, a maioria, 9, na região de Porto Calvo). Já em fins do século XVII, o território contava com 72 engenhos. A explicação para esta *inversão* está na própria lógica do sistema de colonização português, voltado para o mercado externo do açúcar, mas também devido à interferência de um fator estranho ao processo histórico local de formação das estruturas sociais e econômicas.

Talvez, por sua localização geográfica mais distante da sede da Capitania, Recife, Alagoas teria sido condenada ao isolamento, o que favoreceu a formação de estruturas sociais mais rígidas e, também, o desenvolvimento de atividades econômicas mais diversificadas, cujas tendências estavam delineadas antes da invasão.

Podemos considerar a invasão holandesa um fato histórico de primeira ordem, pois (no caso de Alagoas, pelo menos) provocou uma *mudança de rumo* radical, cujas consequências repercutem até hoje, como procuraremos demonstrar em nossa tese.

PALAVRAS-CHAVE: Alagoas; Colonização; Período Holandês; Forças Produtivas; Diversificação Econômica.

ABSTRACT

Socioeconomic formation of Alagoas: the Dutch period (1630-1654), a change of direction.

In defining our research object we took as reference the fundamental concepts of historical materialism, which are the means of production and the socio-economic formation. By adopting this theoretical-methodological option, we aim to analyze the Dutch occupation of 1630-1654 and the socio-economic processes triggered by this occupation, trying to contribute to a theory of the social formation of Alagoas showing, if possible, the change of direction in the development of our productive forces in that period.

It is a recurring point in our historiography to consider the formation and the development of structures based on a premise which we judge false: the *vocation* of Alagoas for the production of sugar. Our researchers, maybe without exception, did not take into consideration the fact that Alagoas, until the Dutch occupation, was the colony supplier of varied products (bean, corn, cassava, potatoes, meat, leather, tobacco, cotton...), possessing few mills (15, most of which , 9, were located in the area of Porto Calvo). In the end of the 17th century, there were 72 mills. The explanation for this *inversion* lies in the very logic of the Portuguese colonization system, interested in the external market of sugar, but also due to the interference of a strange factor to the local historical process of formation of the social and economic structures.

Perhaps, because of its far geographical location from the quarters of the Captaincy, in Recife, Alagoas would have been condemned to isolation, which favoured the formation of rigid social structures and also the development of diversified economical activities, whose tendencies were delineated before the invasion.

We can consider the Dutch invasion a historical fact of first order, because (in the case of Alagoas, at least) it provoked a radical change of direction, whose consequences echo until today, as we will try to demonstrate in our thesis.

Keywords: Alagoas; Colonization; Dutch period; Productive forces; Economical diversification

INTRODUÇÃO

A questão da identidade, a luta contra a miséria e a dependência, a busca premente (e, até mesmo, desesperada) da superação da ignorância e dos mecanismos de dominação que impõem um estado de profunda alienação, têm sido uma constante na vida dos povos colonizados, mormente agora quando o mundo caminha a passos largos para uma integração plena em todos os sentidos, surgindo associações que inevitavelmente conduzirão à *aldeia global*...

Verifica-se, atualmente, uma universalização acelerada dos processos sócio-políticos e econômicos. Cada vez mais somos *globalizados*. Corremos o risco de perder nossa *identidade nacional*, mesmo que isto seja algo de difícil definição. As economias (e culturas) cada vez mais internacionalizadas justificam e reforçam a necessidade da abordagem, especialmente econômica, de uma determinada região num contexto amplo, mundial, realizando estudos comparativos das experiências regionalizadas. Só assim, conhecendo melhor os movimentos e os processos específicos da nossa própria formação histórica (e também as suas relações com o mundo nos períodos estudados), poderemos interagir de forma equilibrada com as demais sociedades, superando os eventuais sentimentos de inferioridade ou mesmo de superioridade.

Essa questão vem sendo objeto de estudo de especialistas de diversas áreas que se dedicam à análise da realidade, procurando não apenas explicá-la mas também de alguma forma contribuir para sua transformação. Cada autor (mesmo os acadêmicos, que produzem obras de caráter científico) tem seu estilo e mostra sua própria visão e concepção a respeito do tema por ele abordado. Na verdade, mesmo considerando que toda pesquisa tem um comprometimento (político, ideológico, religioso, cultural...), pois procura sempre demonstrar com evidências uma hipótese resultante das motivações do pesquisador (não existe neutralidade), devemos ser vacinados contra estereótipos ideológicos e procurar, na pesquisa bibliográfica e documental, os elementos que nos permitam ter uma visão crítica, comparando concepções e

interpretações e daí tirando conclusões. Historiadores não são profetas, mas às vezes são tentados a especular como a história poderia ter sido...

No campo da História encontramos análises fundamentais em autores como Frédéric Mauro, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e outros de igual porte (aos quais recorreremos no decorrer deste trabalho), demonstrando que, para se compreender o presente, é preciso voltar no tempo e buscar, no passado, as informações que ajudem a explicar a realidade e o caráter de um povo.

O imaginário popular nordestino é muito vasto e rico. Nas regiões onde a presença dos holandeses foi mais forte (do Rio Grande do Norte até Alagoas), desde ruínas encontradas nas cidades ou encobertas pelo mato até a existência de túneis nunca explorados ou sequer localizados, e também a busca de fabulosos tesouros enterrados (as ricas *botijas*) – até Igrejas católicas do *século XVIII* teriam sido construídas pelos holandeses... – tudo nos transmite a sensação de que o povo não esqueceu os *galegos* e deles se lembra até com carinho[1]. Os judeus também estão presentes nessa memória, sempre vinculados às espertezas do comércio e ao trato com o dinheiro (para o povo, todo judeu é ladrão... ou muito *sabido*). Este fenômeno torna-se ainda mais intrigante quando se verifica que os holandeses não fizeram uma obra [1]colonizadora, pois seus objetivos eram bem outros.

O povo tem a capacidade de preservar em sua memória determinados fatos, acontecimentos ou características específicos de uma época ou mesmo de certas pessoas. Isto aparece nas crenças, lendas e tradições. Essas *marcas* moldam o pensamento e o comportamento popular e, quase sempre, são usadas pelas elites para manter sua dominação. Sabemos que a memória é um fator dinâmico na interação entre passado e presente, mas o desconhecimento das verdadeiras razões de um fato e a manipulação das várias *interpretações* desse fato, criam mitos que mascaram a realidade e ajudam a manter o *status quo*.

O caso de Alagoas apresenta particularidades que a tornam digna de uma observação mais acurada. Parece que vivemos, aqui, uma crise permanente... Desde o início, por sua localização geográfica (área mais distante da sede da Capitania, Recife), Alagoas teria sido condenada ao isolamento. Isto favoreceu a formação de estruturas sociais mais rígidas e, também,

---

[1] Segundo Alfredo de Carvalho (cf. José Honório Rodrigues, *Índice Anotado da Revista do IAHGP*, Recife, 1961, p14), "há uma vaga e mal definida nostalgia do domínio holandês", o que se aplica, ainda hoje, em alguns segmentos do Nordeste, como é o caso de Porto Calvo, que se julga quase "holandês" e tenta, sob os mais diversos argumentos, explorar o mito do "herói" Calabar. Dirceu Lindoso (*Formação de Alagoas Boreal,* Maceió, Catavento, 2000, p.12), também manifesta-se contra "o delírio de alguns, mais preocupados com a projeção de seus desejos e frustrações que com a probidade histórica, imaginando uma Porto Calvo holandesa que jamais existiu".

o surgimento de atividades econômicas mais diversificadas que, infelizmente, como tentaremos demonstrar, não prosperaram.

Claro está que não podemos ver a singularidade alagoana desvinculada das determinações gerais do complexo período histórico considerado (objeto de estudo de inúmeros pesquisadores que produziram obras estimulantes e que servem de apoio para aqueles que procuram compreender sua realidade local). Procuramos apenas, de forma simples e objetiva, baseados em textos e documentos, em sua maioria, já conhecidos, chamar a atenção para alguns aspectos negligenciados ou despercebidos pelos estudos feitos até agora sobre o nosso processo histórico, tomando como referência principalmente as categorias formação econômico-social e divisão regional do trabalho, sem entrar em grandes e exaustivas considerações metodológicas.

A hipótese explicitada na nossa apresentação indica claramente o objeto de pesquisa: a *mudança de rumo* no desenvolvimento das forças produtivas na região das Alagoas, ocorrida com a invasão holandesa no período de 1630/1654. Após estas considerações, cremos que algumas questões podem ser colocadas, entre outras que surgirão no desenvolvimento do texto, em variados níveis de complexidade e sem nenhuma ordem hierárquica, agrupadas de acordo com a aproximação das idéias nelas contidas. São questões que nortearão a linha de raciocínio. Nem todas terão resposta ou serão consideradas em profundidade neste trabalho.Algumas, esperamos esclarecer na apresentação final dos resultados da pesquisa:

Entre outras que surgirão no desenvolvimento do texto, evidenciamos:

1) O patriarcalismo e o patrimonialisno (a não-distinção entre o público e o privado), típicos da sociedade e do Estado portugueses, eram também a marca registrada da sociedade colonial. Esta sociedade, montada em foros de fidalguia e favorecimentos, viu-se de repente convivendo com pessoas e regras diferentes, subordinadas a uma legislação baseada em princípios liberais e republicanos. O choque era inevitável.

Considerando que tínhamos (na realidade, ainda temos) uma sociedade iletrada, onde não havia a palavra impressa, que permitiria a circulação de idéias, de que forma as novas concepções teriam influenciado o comportamento das elites coloniais? Sua condição colonial poderia mudar com os invasores? Houve, de alguma maneira, a exposição do senhor colonial à influência direta do mercado mundial capitalista? Será que, com a presença dos holandeses, os produtores locais não passaram a ter uma nova visão de relações comerciais, percebendo as vantagens da negociação direta (mesmo através da West-Indische Compagnie - WIC) com o mercado mundial? A Coroa portuguesa não teria percebido o risco de evolução desse *germe*

deixado pelos holandeses e, por isso, procurou consolidar, com mais rigor, as estruturas de dominação e exploração após a reconquista?

2) No inóspito território não havia o *sentimento da conquista*, apenas a determinação de *fazer a vida* explorando a terra de acordo com a vontade da coroa, ou seja, produzir açúcar em grande quantidade para o mercado europeu. Entretanto, na região sul da Capitania delineavam-se outras atividades econômicas que poderiam defini-la como fonte de abastecimento de produtos diversificados e necessários ao consumo interno da colônia. Vimos que os holandeses perceberam a importância de se estimular o desenvolvimento dessas atividades, transformando de fato a região em fonte abastecedora. Infelizmente, os interesses da cúpula da WIC também estavam voltados para o produto de exportação, o açúcar, e foi dada pouca atenção aos reclamos dos seus representantes coloniais.

Em vista da ausência de dados estatísticos confiáveis – "o grande espantalho dos que se dedicam ao estudo de nossa evolução econômica", como diz Mafalda P. Zemella (1990, p. 31) – tentaremos fazer cálculos aproximativos a partir de algumas informações contidas principalmente em relatórios holandeses, para responder a questões do seguinte teor: qual o nível da produção *para dentro* – tipo e quantidade dos produtos? Qual a população dos engenhos e vilas? Em quais áreas do território concentrava-se essa produção? Com estas informações, é possível intuir formas de relações sociais diferenciadas daquelas das áreas mais intensamente açucareiras?

3) Podemos falar em *alagoanidade*? Será que as lutas em território alagoano (e o comportamento de seu povo, simbolizado na figura de Calabar), não contribuíram para o isolamento da região, após a restauração? As lutas não teriam despertado um sentimento local de *independência*? (Devemos lembrar que na época não havia *Alagoas*, e sim uma região inóspita no sul da Capitania que, por sinal, sempre recebeu poucas atenções do governo, o que favoreceu a formação de elites autoritárias e violentas.). Nesse quadro de isolamento, quais os fatores internos que contribuíram para sustar o desenvolvimento das forças produtivas locais no sentido de uma diversificação da economia?

CAPÍTULO 1

CONCEPÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

1.1. PRELIMINARES

As relações econômicas são complexas, e cada um procura tirar o maior proveito em função dos seus interesses. Isto acontece não apenas no âmbito internacional mas também dentro de cada sociedade, onde ocorrem os conflitos entre indivíduos ou entre grupos na luta pela sobrevivência.

A tendência historiográfica atual é considerar a História como *universal*, identificando-se os vínculos e as influências entre as diferentes sociedades. Mas, para compreender nosso papel no mundo, precisamos conhecer a nossa própria história. Devemos ter em mente que "em um país como o nosso, em que a extensão territorial tem dimensões continentais, o estudo de casos regionais, como o de Alagoas, tem grande importância para a compreensão das relações complexas da abordagem nacional" (TENÓRIO, 1997, p.11). É para este fim que pretendemos, ao realizar o presente trabalho, dar nossa pequena contribuição.

O atraso endêmico do Nordeste e de Alagoas, em particular, tem raízes profundas no período colonial. Cabe ao historiador, atento às prioridades sociais, escolher temas de pesquisa que lhe permitam identificar e analisar as estruturas sócio-econômicas que se foram formando num determinado momento histórico e que mostraram características de longa duração. A sociedade humana é uma totalidade estruturada, historicamente definida. Não há uma relação rígida de causa e efeito, mas cada momento anterior *prepara* o seguinte. Sendo uma totalidade em constante processo de transformação, precisamos identificar os diversos estágios de desenvolvimento de suas forças produtivas para poder explicar a realidade presente.

Infelizmente, desde cedo sentimos, na historiografia alagoana, a ausência de estudos mais objetivos sobre a formação econômico-social de Alagoas, notadamente no que se refere aos dois primeiros séculos de nossa história. Nossa historiografia tem como marca a história-

conto, história episódica, acontecimental (*histoire événementielle*, criticada por Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel). Os nossos historiadores, com exceções entre os mais recentes, refletem esta característica (deliberadamente ou não), fazendo uma *história laudatória*, história factual, monumental, não crítica. Grande parte dos historiadores alagoanos incorrem numa tautologia reveladora da falta de imaginação e, principalmente, da falta de disposição em procurar novas fontes ou dar novas interpretações às fontes já identificadas e utilizadas pelos precedentes. Quase todos, por exemplo, fundamentam seus relatos e análises da formação e desenvolvimento das estruturas (quando a isto se dedicam) a partir de uma premissa no mínimo discutível: a "vocação" alagoana para o açúcar. Mais grave ainda, muitos apenas repetem os anteriores, sob nova linguagem. Com relação ao período holandês, podem ser enquadrados na categoria dos *repetidores inconscientes*, denominação dada por Hermann Wätjen (1938, p.229) àqueles que se fiam apenas na versão de cronistas portugueses contemporâneos aos fatos, cujos relatos são, obviamente, prejudicados pela parcialidade, ou mesmo, em algumas partes, apenas fruto de sua imaginação.

Temos uma história *virgem*, à espera de quem se disponha ao sacrifício de percorrer arquivos empoeirados que, quase na sua totalidade, estão fora de Alagoas, mormente no que se refere à documentação do período colonial. Quase todos *eliminam os homens reais da história*, aqueles que lutam cotidianamente pela sobrevivência, e dedicam-se aos *grandes homens* e a seus *grandes feitos*. Não se analisa em profundidade a realidade social e o envolvimento do homem do povo – o verdadeiro sujeito da história. Há mesmo, como afirma Dirceu Lindoso (1981, p.14-15), em grande parte dos textos historiográficos alagoanos, implícita uma *ideologia antimultitudinária* e de *imputação criminal* aos movimentos populares

Aliás, coisa semelhante ocorre também com relação às misérias do povo e nos momentos de epidemias. Luiz Sávio de Almeida, em um estudo fundamental sobre a incidência do cólera em Alagoas, ressalta:

> Os nomes [das vítimas] que receberam evidência e foram lamentados eram daqueles que compunham a irmandade dos homens bons; os pobres corriam para a vala comum do esquecimento. [...] não são raras as correspondências que transferem para os pobres a responsabilidade de suas próprias mortes; eles não obedeciam às prescrições. (ALMEIDA, 1996, p.74).

Na mesma linha, Douglas Apratto Tenório, outro destacado historiador alagoano, também faz uma aguda observação:

> A baixa produtividade dos trabalhadores – apontada como um dos sérios entraves à melhoria dos índices da economia local e explicada por certos ideólogos senhoriais, defensores da uma certa teoria de determinismo geográfico ou de um mal alinhavado arianismo tropical às avessas, como conseqüência da obtusidade e da má formação psíquica e mental dos nossos homens do campo – é apontada como o maior entrave para o desenvolvimento. (TENÓRIO, 1997, p.52).

É certo que nenhuma análise de estruturas e superestruturas pode prescindir da descrição dos fatos, da singularidade ("Querer refletir antes de conhecer os fatos, é estupidez", já sentenciava Braudel). Porém, interpretação alguma será definitiva, pois os fatos estão sempre surpreendendo; dependendo da ótica e da motivação do investigador, e também do seu preparo técnico, aspectos antes negligenciados revelam-se importantes para a compreensão da realidade. Em ciência não há verdade absoluta, como demonstram Umberto Eco e Adam Schaff, entre outros. Não podemos ter a pretensão do *ponto final*, e recorremos novamente a Luiz Sávio para ressaltar:

> É claro que de modo algum entraríamos no absoluto das certezas, mundo das visões iluminadas e outras situações parecidas. A história é uma oportunidade de reflexão e se constrói pouco a pouco, até mesmo pelo aporte de posições nitidamente contraditórias. O passado é tão aberto como o próprio futuro; são duas viagens ao inverso. Não há de nossa parte qualquer manifestação favorável ao ecletismo; há, isso sim, a afirmação do resguardo necessário à pluralidade. (ALMEIDA, 1996, p.70).

1.2. PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Ao definir nosso objeto de pesquisa tomamos como referenciais teóricos os conceitos fundamentais do materialismo histórico, que são os de modo de produção e de formação econômico-social. Evidentemente não vamos aqui reproduzi-los, mas tomamos a liberdade de recorrer a M. Godelier (*apud* CARDOSO & BRIGNOLI, 1990, p. 455), para lembrar que a noção de formação econômico-social convém "à análise de realidades concretas, singulares, apreendidas no tempo real, irreversível, de um período determinado da história." Lembramos também que a categoria formação econômico-social refere-se a uma sociedade concreta (no tempo e no espaço), definida pela articulação de diversos modos de produção e suas superestruturas; ou ainda, seria uma noção empírica equivalente à idéia de sociedade, designando um caso a estudar.

Esta opção advém da nossa crença no princípio marxista segundo o qual "os homens fazem história sob determinadas condições objetivas, mas fazem dentro de condições preesta-

belecidas". A observação de realidades concretas (formações econômico-sociais) demonstra claramente que a luta cotidiana pela sobrevivência condiciona e determina a organização das sociedades. A análise dos condicionamentos sócio-econômicos de uma época, em uma determinada sociedade, revela-nos como vão-se formando estruturas e valores que a especificam e a distinguem de outras sociedades próximas, contribuindo para a explicação do presente.

Adotando o materialismo histórico como opção teórico-metodológica, objetivamos analisar a ocupação holandesa de 1630/1654 e os processos econômico-sociais por ela desencadeados, particularizando o território hoje alagoano; verificando quais os *movimentos reais* do período abordado, pretendemos contribuir para uma teoria da formação social alagoana, demonstrando, se possível, a mudança de rumo no desenvolvimento de nossas forças produtivas naquele período.

É interessante observar que os invasores, notadamente no período nassoviano, perceberam que a região sul da Capitania de Pernambuco prestava-se ao papel de *celeiro*, e apresentaram, em seus relatórios ao comando da WIC (Companhia das Índias Ocidentais), propostas de repovoamento desse território devastado pela guerra, com incentivos à produção diversificada. Porém, os capitalistas da Companhia estavam (também...) interessados no açúcar e não aprovaram os planos de colonização, preferindo manter a região isolada, ou apenas como sentinela avançada contra as incursões das forças luso-brasileiras. Até mesmo a retomada da produção local de açúcar não recebeu a mesma atenção dada a outras áreas da Capitania.

Podemos considerar a invasão holandesa um fato histórico de primeira ordem, pois (no caso de Alagoas, pelo menos) provocou uma *mudança de rumo* radical, cujas consequências repercutem até hoje, como esperamos demonstrar ao longo do texto.

Nas regiões mineradoras desenvolveu-se a economia diversificada (embora também escravocrata), como em Minas Gerais que, de *abastecida* passou a abastecedora das regiões próximas, principalmente do Rio de Janeiro[2], seguindo um processo inverso ao de Alagoas que, com a concentração latifundiária monocultural, teve o processo de diversificação interrompido. Houve, de fato, uma *inversão*? Em caso afirmativo, como cremos, quais as características, as razões e os mecanismos desse fenômeno? É possível demonstrar uma teoria da divisão regional do trabalho no âmbito da Capitania? O desenvolvimento das forças produtivas em Alagoas, desde o século XVI, poderia consolidar a região como fonte de abastecimento da colônia e originar uma economia dinâmica e não monocultural, propiciando também a

---

[2] A esse respeito, v. ZEMELLA, Mafalda P. O Abastecimento das Minas Gerais no Século XVIII. 2ª ed. São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 1990 (Est. Históricos, v.19).

formação de uma estrutura social e política não oligárquica, mesmo no contexto do sistema colonial português.

Os estudos sobre a formação da sociedade alagoana, principalmente a partir de *O Bangüê nas Alagoas*, de Manuel Diégues Júnior, procuram mostrar que há uma *vocação* para o açúcar em nossa terra. De fato, a teia de nossas relações sociais, políticas, culturais e econômicas foi tecida a partir do núcleo central do engenho de açúcar. Embora esta tenha sido uma característica de grande parte do Nordeste, parece que em Alagoas foi mais forte e dominante. No entanto, constatamos que nos primeiros tempos (pelo menos até a terceira década do século XVII), delineava-se uma situação diferente: o sul da Capitania de Pernambuco mostrava uma tendência para se tornar uma fonte permanente de abastecimento, com o desenvolvimento de uma economia diversificada. Este processo, em tese, foi violentamente interrompido com a invasão e não retomado após a restauração colonial portuguesa.

Relembrando alguns postulados teóricos: conforme as formações econômico-sociais, a um mesmo MP podem corresponder superestruturas bem distintas. Aqui, no período holandês, a uma infra-estrutura escravista sobrepunha-se uma superestrutura capitalista. Nas relações do microcosmo social – o *domus* e a *senzala* – com o macrocosmo – regime de governo, negociantes, o *mercado mundial* etc. – evidenciaram-se as diferenças: sob o regime português, patrimonialista, paternalista, burocrático, o senhor colonial era um *parceiro válido da Coroa*, com grande poder e influência junto ao Senado da Câmara. Seria o mesmo com os holandeses, numa Câmara controlada pelos burgueses – calvinistas e negociantes judeus? Como uma sociedade em formação, baseada na fidalguia, no favorecimento e em imposições religiosas medievais e, principalmente, em relações de produção escravistas, poderia absorver os princípios liberais de uma República mercantil? Quando a WIC, após um tempo de *relações amistosas* com os produtores, financiando seus engenhos e negócios, mudou seus métodos de aproximação e passou a explorá-los com mais rigor e cobrar suas dividas, os senhores coloniais reagiram ao domínio holandês e manifestaram seu *patriotismo* liderando a insurreição.

1.3. BREVE ANÁLISE DA HISTORIOGRAFIA E FONTES

Com respeito à historiografia do período objeto do nosso estudo, notamos, como já nos referimos antes, no início da apresentação deste trabalho, que a maioria das obras é mais voltada para a descrição da conquista e das lutas pela libertação, para as façanhas dos líderes,

para alguns aspectos sociais, políticos e culturais, do que propriamente para a questão econômico-social. No caso dos judeus, geralmente considera-se o lado social e religioso, quase nada do econômico ou de sua possível relação com as formações oligárquicas da região. Seria isto resultado da falta de definição político-ideológica dos historiadores, do seu descompromissamento com a explicação da realidade ou, pior, da deturpação consciente dos fatos, que são interpretados em função dos interesses dominantes em cada momento? Sabemos que não existe "produto cultural neutro – sobre ele pesa forte carga ideológica", como nos mostra Dirceu Lindoso (1981, p.19), mas o historiador deve ser compromissado com o seu tempo. Só assim ele poderá identificar no passado os elementos explicadores do presente.

A maior parte da bibliografia é compilação de informações e referências factuais. Com belas exceções, como o historiador pernambucano José Antônio Gonsalves de Mello, a maioria limita-se a narrar os fatos, sem a preocupação de analisar o período nos seus aspectos econômicos e sociais. Entre os alagoanos (no que se refere à nossa história econômica geral e, mais diretamente, à chamada *civilização do açúcar*) e sem querer desmerecer os outros (na verdade, poucos) que se dedicaram ou se dedicam a explicar o nosso fenômeno econômico histórico, destacam-se Manuel Diégues Júnior (*O Bangüê nos Alagoas*) e Moacir Medeiros de Sant'Ana (*Contribuição à História do Açúcar em Alagoas*), que têm dado uma contribuição de extremo valor à historiografia local.

Na visão geral sobre a historiografia alagoana paira a idéia de negatividade, não apenas no que diz respeito a quantidade, como é ouvido geralmente, mas principalmente quanto à qualidade. Os livros em geral seguem o factualismo (rigor cronológico, pouca ênfase ao significado real dos fatos etc.) e não o estudo analítico. Não se analisa, em profundidade, a realidade social e o envolvimento do homem do povo – o verdadeiro sujeito da historia. Não queremos ser verborrágicos, mas cremos que seja um fenômeno nacional, ou seja, na História do Brasil o povo não participa dos grandes processos como a descolonização, a Independência, a Proclamação da Republica, o desenvolvimento econômico. No entanto, é sempre presente, e chamado, quando se exige sacrifícios – a exploração de sua força de trabalho (escravo ou *livre*), guerras (ocupação holandesa, Paraguai, conflitos mundiais), *ajustes* econômicos etc. Isto não quer dizer que não devamos fixar e conhecer bem os personagens – até nisso, porém, somos falhos. Nossa historiografia *positivista* não é bem sedimentada, pois apresenta-se carente de nomes que se dispusessem a vasculhar arquivos. Não podemos descurar dos fatos, pois isto nos leva a uma *ignorância generalizada do passado* e não nos dá os elementos para a reflexão.

Consideramos nossa tese como uma modesta tentativa de explicação do processo histórico regional, atendendo, mesmo limitadamente, a essa *carência* historiográfica. Nossa motivação é contribuir para a compreensão da intricada realidade atual alagoana. Quanto à sua viabilidade, constatamos a existência de documentação ainda não estudada. No Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP) há muitos documentos relativos ao período e a Alagoas que ainda não foram devidamente manuseados por nossos historiadores. Mesmo no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) encontramos documentos do período colonial (em fase de catalogação), não considerados por aqueles que se dispuseram a estudar a história local. Com relação ao critério da originalidade, mesmo sendo repetitivos, pois a isto já nos referimos anteriormente, consideramos que a presença holandesa é vista geralmente nos aspectos bélicos, militares, *heróicos*; requer uma análise da sua influência (*marcas*) social e econômica.

Um dos melhores indicadores da bibliografia e das fontes para o estudo em tela é a *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, de José Honório Rodrigues que, publicada originalmente em 1949, pelo Instituto Nacional do Livro, dispõe em 1098 itens comentados as fontes fundamentais sobre o assunto. Uma das obras clássicas destacadas por Rodrigues é *O domínio colonial holandês no Brasil – um capítulo da história colonial do século XVII*, de Hermann Wätjen, traduzida por Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e publicada no Brasil pela Editora Nacional, em 1938 (Col. Brasiliana, série 5ª, v.123). Nela, o autor faz uma rica e detalhada explanação do empreendimento batavo, em cerca de 560 páginas, apresentando inclusive valiosos dados sobre a produção para exportação, produtos importados, preços e salários, o comércio negreiro etc.. Dividida em três Livros (Primeiro: História externa da Empresa Holandesa no Brasil; Segundo: Condições internas do Norte do Brasil ao tempo da dominação holandesa; Terceiro: A vida econômica da Nova Holanda), a obra de Wätjen é absolutamente indispensável para quem se propõe analisar o período, de qualquer ponto de vista. Sobre ela, diz Rodrigues (1949, p.19): "O melhor tratamento científico da questão começou a aparecer a partir do século XX, quando Wätjen escreve a sua magnífica contribuição", embora seja "conveniente frisar que W. sempre considera mais autêntico o historiador holandês que o luso-brasileiro". Em sua *Historiografia...*, José Honório ainda afirma: "Este é o melhor estudo até hoje realizado sobre o domínio holandês no Brasil. Bem planejado, bem pensado, este livro impõe-se como o mais completo sobre o assunto" (op. cit., p.156).

Destacando que "a empresa brasileira dos holandeses tem encontrado na literatura histórica um tratamento mais desenvolvido do que era de esperar, tendo-se em vista a insignificante importância dessa experiência para a história da colonização européia" (WÄTJEN,

1938, p. 27), na introdução do volume, o autor descreve a riqueza das fontes por ele consultadas, indicando a quase inexistência delas nos arquivos brasileiros (fontes manuscritas originais), mas ressaltando o trabalho de Joaquim Caetano da Silva, encarregado dos negócios do Brasil na Holanda em meados do século XIX, que enviou para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) um grande número de cópias de documentos, e de José Hygino Duarte Pereira, que trouxe (e traduziu) uma "riquíssima coleção de documentos". Estes, em sua maior parte, publicados na revista do IAHGP.

Ainda na introdução de sua obra, Wätjen destaca os autores europeus (holandeses) contemporâneos ao episódio, como De Laet, Barléu e Nieuhof, ressalvando que este foi a única "testemunha de vista do quanto ali narrou", pois passou nove anos em Pernambuco. Segundo Wätjen (o que é fato) a historiografia holandesa ocupa-se mais dos primeiros tempos (a conquista e o esplendor), enquanto os portugueses e os brasileiros tratam preferencialmente do período da reconquista e das *brutalidades* dos *infiéis*. Sobre os autores portugueses contemporâneos dos holandeses, afirma que

> comum a todos os três (Manuel Calado, Brito Freyre e Raphael de Jesus), é o ódio contra os hereges nórdicos intrometidos no Brasil, comum o esforço em estigmatizar a dominação holandesa como um regime cruel e intolerável, e em proclamar como conseqüência necessária a sublevação do povo oprimido [...] A parcialidade e o fanatismo religioso perturbaram de tal maneira a visão desses autores que de um lado só vêem eles luz e do outro sombras... Não admira, pois, que o valor do *Valeroso Lucideno*, da *Nova Lusitânia* e do *Castrioto Lusitano* se ache hoje tão diminuído como fontes históricas. (WÄTJEN, op. cit., p. 37 e 41).

Sobre esses autores, a obra de Wätjen enfatiza os seguintes aspectos:

1. CALADO – "O *Valeroso Lucideno* [...] de estilo bombástico, lardeado de citações da Bíblia e dos clássicos e de mais a mais escrito em mau português". Obra feita para celebrar João Fernandes Vieira, "libertador e herói da fé católica". Tratado com cavalheirismo por Nassau, que permitiu inclusive que exercesse o seu sacerdócio em Recife, Calado, segundo Wätjen, ataca sem piedade o "inimigo ateu", mesmo que este tenha demonstrado sua tolerância religiosa.[3]

2. BRITO FREYRE (*Nova Lusitânia*) – embora tão depreciativo em relação ao adversário quanto Calado, Freyre "não é inteiramente tão agressivo como o *Valeroso Lucideno*, e tem sem dúvida a sua importância para a história bélica pernambucana".

---

[3] Segundo C. Boxer, Wätjen foi injusto nas suas críticas aos cronistas portugueses, principalmente com Calado, pois "não é possível esperar-se jamais objetividade completa de quem quer que se considere envolvido numa guerra santa. [...]. Relevadas que sejam as suas deliberadas distorções [...] o livro de Calado é ainda hoje absolutamente indispensável" (Charles Boxer, *Os Holandeses no Brasil*, S. Paulo, Nacional, 1961, p. 421).

3. Frei RAPHAEL DE JESUS (*Castrioto Lusitano*) – Mais severo que Calado e Freyre, "é também um ditirambo ao imortal João Fernandes Vieira". Descreve um "horroroso quadro dos pecados dos hereges conquistadores", não os perdoando por "terem criado obstáculos [...] a fé católica, [...] terem proibido a ereção de templos católicos", e que "permitiram a construção de uma sinagoga, em Recife, onde os judeus podiam publicamente celebrar os seus 'condenados ritos'".

Informa Wätjen que o primeiro estudioso a se dedicar com empenho à pesquisa dos documentos brasileiros, corrigindo muitos erros dos autores contemporâneos aos eventos foi o holandês Pieter Marinus Netscher (*Les Hollandais aux Brésil*, 1853). Realizou uma investigação crítica nos documentos do Arquivo dos Estados Gerais (não teve acesso aos arquivos da WIC), e sua obra é considerada a melhor realizada no século XIX sobre a empreitada holandesa no Brasil. Trata, porém, mais dos sucessos militares. Quanto a Varnhagen (*História das Lutas com os Holandeses*, Lisboa, 1872), Wätjen informa que foi o primeiro historiador brasileiro a fazer a "crítica metódica das fontes", porém, "em vão nele procurará o leitor esclarecer-se sobre o estado cultural e econômico que predominava então no país". Dedicou-se exclusivamente aos sucessos políticos e à campanha libertadora.

Deve-se destacar os trabalhos (artigos e traduções) publicados nas Revistas do I-AHGP e IHGB por José Hygino, Francisco Augusto Pereira da Costa, João Baptista Regueira Costa e Alfredo de Carvalho (este, o "mais ativo e multilateral"). Quanto ao trabalho de Pedro Souto Maior (Fastos Pernambucanos, *RIHGB*, 1912), Wätjen (cit., p. 46) não põe fé, pois trata-se "de uma moxinifada (confusão, salada, embrulhada) em que coisas de valor e futilidades se sucedem, umas às outras, indiscriminadamente". Souto Maior teria "pouca habilidade histórica e deficiente conhecimento da língua holandesa" (op. cit., p.46).

Entre obras e dissertações, revistas brasileiras, avulsos (de 1624 a 1661), Wätjen selecionou cerca de 84 fontes básicas para o estudo do período.

Outra obra clássica é *Os Holandeses no Brasil*, 1624-1654, de Charles R. Boxer, também da Coleção Brasiliana, v. 312, tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto, com 465 páginas. O autor pretende *suplementar* a obra de Wätjen e preencher também uma lacuna na historiografia inglesa "sobre esse curioso episódio colonial" (BOXER, 1961, p. XV). A respeito do alemão Hermann Wätjen, Boxer censura-o por ter feito "pouco uso das fontes de consulta portuguesas [...] e por haver ele se concentrado no período governamental do Conde João Maurício de Nassau (1637-1644), de modo que, sob muitos aspectos, o que ele diz sobre os últimos dez anos do Brasil Holandês é superficial e inexato", mas logo a seguir afirma que "o estudo de Wätjen sobre as condições financeiras e econômicas da colônia pode ter-se como

definitivo". Faz também uma ácida critica a Robert Southey por sua "violenta prevenção contra os holandeses".

A obra de Boxer é, de fato, extremamente importante, analisando desde os "Primeiros movimentos (1621-1629)" até o "Epílogo diplomático (1655-1669)", e comentando em suas "Notas bibliográficas" uma copiosa lista das fontes utilizadas. Sobre o trabalho de José Honório Rodrigues, por exemplo (*Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*), afirma que "é essa bibliografia indispensável a quem estudar o assunto a sério, podendo ser recomendada como guia quase infalível" dos "livros e artigos vindos à luz antes de 1949" (BOXER, cit., p. 408). No Apêndice II, "Tentativa de Balanço das Contas do Brasil e da Costa Ocidental Africana Neerlandesa em 1644 – Cálculo das rendas e das despesas com o Brasil", o autor apresenta informações valiosas para a análise econômica e financeira do período.

Com relação dos autores brasileiros, merece destaque o pernambucano José Antônio Gonsalves de Mello, neto, ex-Presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, sobre quem José Honório já afirmava, em 1949, ser "o maior cultor" dos estudos sobre os holandeses. Ao longo de mais de sessenta anos de pesquisas, José Antônio já produziu uma vasta obra sobre a ocupação flamenga do Nordeste brasileiro. Seu livro mais significativo, *Tempo dos Flamengos. Influência da Ocupação Holandesa na vida e na Cultura do Norte do Brasil*, publicado em 1947, permanece como referência básica para os interessados no tema, principalmente sobre os aspectos ligados a escravidão, aos índios e a catequese, aos judeus e a religião. Sobre *Tempo dos Flamengos*, já dizia Boxer (1961, p. 425): "É obra padrão no que respeita à história da colônia holandesa, e parece que assim há de ficar. [...] dificilmente poderia o livro ser melhor, pelo que sua leitura será sempre indispensável para tudo quanto diga respeito ao Brasil holandês".

Ao lado de J. A. Gonsalves de Mello, temos outro grande pesquisador pernambucano: Evaldo Cabral de Mello. Em sua *Olinda Restaurada. Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*, mostra-nos com riqueza de detalhes e rigor analítico, notadamente ao que se refere à economia açucareira, que praticamente todo o período foi marcado pela guerra, uma guerra pelo açúcar, e que "o seu significado reside primordialmente no impacto [...] sobre a sociedade colonial que se desenvolvia no Brasil – e não na tentativa, aliás fracassada, de implantação de instituições ou de valores tidos por superiores aos lusitanos" (MELLO, 1975, p.13). Esse impacto resultou, como já nos referimos antes, na *mudança de rumo* no desenvolvimento das forças produtivas da nossa região e no fortalecimento das estruturas de dominação fortemente oligárquicas ainda presentes na atualidade.

Quanto aos estudiosos alagoanos, já destacamos o nome de Manuel Diégues Júnior como o principal, talvez o único, que se dedicou a uma análise mais demorada das origens e evolução de nossa sociedade, centrando porém sua atenção no mundo do engenho. Logo no início de sua obra Diégues Jr. (1980, p. 23-24) demonstra a importância do açúcar na formação alagoana, ao ponto de afirmar que "não parece acreditável que possa existir uma história das Alagoas sem a do açúcar. Do bangüê principalmente". A história do açúcar "explica, [...] quando não a determina", a nossa história política e social. A colonização está assentada "na construção de engenhos", de onde "saem [...] os núcleos de povoamento".

A outros autores alagoanos também recorreremos ao longo do texto.

Faremos, a seguir, rápidas considerações sobre referências documentais.

A descrição e interpretação da realidade dependem, fundamentalmente, da observação documental, fazendo-se as perguntas adequadas. Fazer perguntas às fontes depende de uma motivação. Como nos ensina Gorender (1992, p. 29), "o dado só o é para o historiador que sabe interrogá-lo e interrogar pressupõe atitude *ativa*, orientação anterior à recepção do dado e que lhe confere significação de dado".

Nossa hipótese tem um caráter marcadamente qualitativo, pois implica na análise de mudanças estruturais, sem prescindir, porém, de dados quantitativos que a fundamentem.

Com relação a fontes primárias, há grandes dificuldades para a pesquisa, pois "os arquivos alagoanos são de uma pobreza lamentável", fato já constatado por Diégues Jr. (1980, p. 24 e seg.). Muita coisa foi destruída, o que dificulta enormemente a reconstituição do nosso passado. Estas dificuldades são maiores no que diz respeito à produção *para dentro* – mesmo no caso do açúcar, pois os documentos da alfândega do Recife não indicam a origem do produto por engenho ou região (na verdade, as fontes *mercuriais*, com estatísticas oficiais de cada região ou de cada cidade, só surgiram em 1667, na França. No Brasil, só dispomos de dados mais confiáveis a partir do século XIX). Alguns relatórios holandeses, aos quais recorremos, trazem muitas referências sobre os produtos oriundos da região sul da Capitania de Pernambuco, mas pouca coisa sobre sua quantidade e comercialização, dificultando a verificação empírica das variáveis essenciais da vida econômica. Mas, se a documentação do período não nos permite mensurar essa produção, podemos vislumbrar seu potencial. De qualquer forma, consideramos que a quantificação não é uma *solução mágica* para as questões históricas. Como nos mostram Cardoso & Brignoli (1990, p. 46-47), "grandes domínios da realidade histórica conservam-se fechados à aplicação de tratamento quantitativo sistemático, seja pela ausência dos dados necessários, seja devido à natureza irredutivelmente qualitativa do fenômeno em estudo". Mário Bunge nos ensina que uma idéia só pode ser considerada científica se for

objetivamente comprovável com dados empíricos. Porém, nas nossas reflexões metodológicas com o Professor Wilson Barbosa[4] assimilamos também a idéia de que a comprovação empírica é uma condição necessária mas não suficiente, pois uma hipótese pode ser comprovada *teoricamente* desde que seja comparada com hipóteses ou teorias já comprovadas empiricamente.

Entre as fontes primárias mais ricas em informações para o estudo do período, os relatórios de Adriaen Verdonck, Adriaen van der Dussen e os assinados por Johannes van Walbeeck e Henrique de Moucheron, merecem referências especiais:

1. VERDONCK, Adriaen. Descrição das Capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Memória apresentada ao Conselho Político do Brasil, em 20 de maio de 1630. *Rev. do IAHGP*. Recife, v. IX, n. 55, p. 215-227, 1901.

José Honório Rodrigues, em *"Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil"* (Rio de Janeiro, INL, 1949, p.345-346), assim descreve o documento de Verdonck:

> Tradução de Alfredo de Carvalho. Trata-se de valioso documento geográfico e econômico, mas que se distancia bastante, em valor e força, do *Breve Discurso*. Informa-nos sobre engenhos, seu número, produção e sobre o transporte do açúcar. Fornece-nos dados sobre o gado e os mantimentos das regiões descritas. É especialmente dedicado às produções de cada distrito. O autor vivia no Recife desde 1618, antes, portanto, da conquista.

Verdonck era brabantino (de Brabante, na Bélgica). Grande conhecedor da região e da situação local, foi de extrema utilidade aos holandeses, convivendo intimamente com o coronel Waerdenburch. Em 1631 foi acusado de traição, pois teria mantido correspondência com Matias de Albuquerque, informando-o dos projetos dos flamengos. Preso e torturado, suicidou-se na prisão, pois não queria ser executado. Mesmo assim, "a sentença teve execução no seu cadáver que, depois de estrangulado, foi mutilado e esquartejado" (do tradutor, Alfredo de Carvalho).

2. DUSSEN, Adriaen van der. Breve discurso sobre o Estado das quatro Capitanias conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil (1638). Trad. de José Higino D. Pereira. *Rev. do IAHGP*. Recife, v. VI, n.34, p.139-196, dez. 1887.

---

[4] Na fase inicial do doutoramento, tivemos a oportunidade de cursar a disciplina "Aspectos da Metodologia da Pesquisa Histórica e Social", com o Prof. Dr. Wilson do N. Barbosa, que foi fundamental para a definição de nossas opções teórico-metodológicas e técnicas para a realização deste trabalho.

DUSSEN, Adriaen van der. Relatório sobre o Estado das Capitanias conquistadas no Brasil (1639). IN: MELLO, José Antônio Gonçalves de (trad. e coment.). *Fontes para a história do Brasil Holandês – A economia açucareira.* Recife, MEC/SPHAN/Fund. Pró-Memória, 1981. p.131-232. (Doc. nº 6).

Sobre o *Breve Discurso...*, assim opina José Honório Rodrigues (op. cit., p.348):

> É um dos melhores documentos econômicos e sociais do domínio holandês. Nele se encontram, além da descrição geográfica de cada uma das quatro capitanias, a enumeração dos engenhos, seus proprietários, informações sobre seu funcionamento. Descreve-se a organização política das capitanias, sua vida religiosa, protestante ou católica, e os problemas de colonização. Dão-se notícias dos povos que compunham a colônia, seu comércio e ofícios, dos fortes e castelos do litoral, das rendas e proveitos das quatro capitanias, destacando-se as do açúcar.

Com relação ao segundo relatório, Rodrigues (ib., p.351) afirma: "Trata-se de relatório importantíssimo de que os autores brasileiros de regra não se utilizaram. [...] é das melhores fontes para a história econômica do Brasil holandês."

José Antônio Gonçalves de Mello assinala, em *Fontes para a História do Brasil Holandês – A Economia Açucareira* (Recife, MEC/SPHAN/Pró-Memória, 1981, p.132), que estes relatórios "são os dois textos mais importantes acerca do Brasil – e, em especial, acerca da economia açucareira – produzidos durante os 24 anos de ocupação holandesa do Nordeste". É a partir destes documentos que se pode iniciar o estudo sobre os "lavradores de canaviais que colaboraram com os donos dos engenhos no cultivo de sua terra", destacando os nomes de Alice Canabrava e Stuart Schwartz como os mais notáveis historiadores que se dedicaram a respeito.

3. WALBEECK, Johannes van; MOUCHERON, Henrique de. Relatório sobre o estado das Alagoas em outubro de 1643. *Rev. do IAHGP.* Recife, v.V, n.33, p.153-164, ago. 1887.

José Honório Rodrigues, (op. cit., p.354), descreve assim o documento:

> Acompanhado de uma lista dos portugueses que residiam nas Alagoas em 1643. Trata do distrito das Alagoas, que então pertencia à Capitania de Pernambuco. Descreve o povoamento, a agricultura, a pesca e as ilhas que ficam para baixo e para a parte da barra das duas lagoas. Descreve, ainda, os seis engenhos de açúcar existentes no distrito. Sugere as providências que deveriam ser adotadas para promover a colonização das Alagoas e levar as conquistas a estado florescente. É um dos melhores documentos do período holandês. Foi divulgado por José Higino Duarte Pereira.

Na mesma obra (p.140), diz JHR:

Trata-se do mais importante documento sobre Alagoas no período holandês. (...) Descreve os aspectos geográficos, a vida econômica, engenhos, seus proprietários e sua capacidade, a criação de gado, e discute os problemas de colonização, onde expende opiniões muito valiosas para a análise da tentativa colonial holandesa. O relatório foi entregue ao Conselho em 26 de novembro de 1643.

CAPÍTULO 2

CONTEXTUALIZAÇÃO

Neste capítulo, dividido em três partes, tentaremos mostrar, a partir do panorama do momento histórico considerado, a situação regional (alagoana) no período anterior à invasão holandesa e o quadro geral do território durante a ocupação, salientando as propostas de colonização apresentadas pelo Governo da Nova Holanda.

2.1. PANORÂMICA

Aquele momento (primeira metade do século XVII) insere-se num contexto fervilhante de idéias e conflitos entre as principais nações européias, recém-saídas da medievalidade e em pleno processo de expansão capitalista. Contexto no qual também nos inserimos – embora anonimamente – pois sofremos suas fortes influências na formação de nossas estruturas.

Nós (o Brasil) surgimos num momento em que o Velho Mundo estava *decolando* para o desenvolvimento. O início do processo de colonização deu-se num contexto de profundas modificações sociais, políticas e econômicas que caracterizam os momentos fundamentais na evolução dos povos. O mundo ocidental buscava, conscientemente ou não, novas formas de organização social, em substituição ao sistema caótico que era o feudalismo. O encadeamento entre a acumulação primitiva, a reforma protestante, a introdução de novos conhecimentos e tecnologias, gerou o capitalismo moderno. Num período que se convencionou chamar de *transição*, foi-se estabelecendo um conjunto de idéias e práticas econômicas vinculadas a uma nova concepção de Estado, que se tornou conhecido como *mercantilismo* e que influenciou durante longo tempo a ação política e econômica dos países ocidentais, acentuando a evolução do capitalismo – inicialmente o comercial, como preparação para o capitalismo industrial, cujas bases são fixadas a partir da segunda metade do século XVIII. A transição do

feudalismo para o capitalismo, com a superação da economia medieval e a expansão de atividades comerciais, foi marcada por práticas estatais fortemente intervencionistas.

A compreensão do mercantilismo, segundo Francisco Falcon, deve partir do conhecimento das estruturas econômico-sociais, políticas e ideológicas do período de transição – estruturas que não são mais feudais, embora tenham resquícios da medievalidade, nem apresentam ainda características reais do capitalismo. No caso da Holanda, com a formação das Províncias Unidas, em 1585, desenvolveu-se um sistema político burguês (portanto não mercantilista), assim descrito por Francisco Falcon (1990, p. 89-90):

> As Províncias Unidas... no auge do seu poderio econômico e financeiro, associam práticas mercantilistas – especialmente a criação de suas grandes companhias de comércio – e outras bem mais livres. A ênfase dada ao comércio entre as várias regiões européias, os lucros das transações financeiras, a posição de Amsterdam como metrópole financeira, a construção e venda de navios, deixam em plano secundário a produção manufatureira, permitindo evitar boa parte das práticas protecionistas. Daí resulta uma contradição aparente que tem levado muitos a se referir a uma espécie de mercantilismo liberal (sic), sem se darem conta da contradição em termos que essa expressão encerra. O que nem sempre é ressaltado é o fato de que, nas Províncias Unidas, o tipo de Estado é que é outro. É o Estado da própria burguesia mercantil, o que torna mais ou menos sem sentido pensar as suas práticas em função da idéia de maior ou menor intervencionismo. Talvez por causa dessa característica possamos pensar o caso das Províncias Unidas, simultaneamente, como o exemplo máximo de mercantilismo, ou, ao contrário, como a sua negação.

A partir de 1585 acentuou-se plenamente a vocação comercial da Holanda. A República atraiu migrantes, negociantes em busca de oportunidades para aplicarem suas riquezas. Amsterdam logo tornou-se entreposto do comércio mundial e o maior centro bancário do mundo, para onde afluíam os capitais que seriam usados em larga escala no crédito. Considerando que o capitalismo comercial é um sistema em que "a posse do capital e, em conseqüência, a gestão e os lucros da vida econômica se acham nas mãos dos comerciantes" (MAURO, 1973, p. 32), podemos constatar que um dos grandes pólos de sua irradiação estava nos Países Baixos.

Num mundo composto por Estados absolutistas e marcado pela expansão comercial marítima européia, a Holanda rapidamente impunha-se como potência mercantil liberal. Paralelamente ao fenômeno holandês, ocorria a formação dos grandes impérios coloniais ibéricos, fundados em princípios contrários ao livre comércio e que, aos poucos, foram criando uma perigosa dependência das metrópoles aos produtos coloniais.

A dinamização da vida econômica da metrópole, no contexto do sistema colonial do mercantilismo, dependia fundamentalmente de uma legislação ultramarina que garantisse o

chamado *exclusivo colonial*, gerador de superlucros e da acumulação de capital na economia metropolitana. Isto era tanto mais necessário na medida em que se intensificava a concorrência entre as potências, organizadas em Estados unitários e centralizados, e a consolidação de uma burguesia mercantil cada vez mais influente na vida social e na política. No processo de formação do modo de produção capitalista, esses Estados, ainda fortemente marcados por relações sociais e de produção de um feudalismo não de todo desintegrado, mantinham relações conflituosas, agora agravadas pela ânsia de conquista de mercados para produtos nem sempre conseguidos de forma legal, pois cresce, nesse período, o contrabando e a pirataria.

Espanha e Portugal, por terem assumido a dianteira na centralização estatal, iniciaram a arrancada por novas rotas comerciais e a formação de impérios coloniais. Foram alvo, por isto mesmo, das investidas de outras potências, notadamente das Províncias Unidas, com quem a Espanha mantinha uma relação pouco amistosa desde o século XVI. O abastecimento do mercado europeu por produtos coloniais era gerador de altos lucros para os mercadores (concessionários) metropolitanos. Os tratados comerciais com outras potências, as licenças a mercadores estrangeiros e o contrabando só confirmam isto, ou seja, as outras potências queriam a todo custo participar da exploração colonial. Quando os tratados não eram suficientes, recorria-se então a outras armas...

José Antônio Gonçalves de Mello, na Introdução do seu livro *Fontes para a História do Brasil Holandês – 1. A Economia Açucareira* (1984, p.7-13), salienta que "o interesse [...] pela produção açucareira [...] explica em larga parte a iniciativa holandesa da conquista do Nordeste". O autor considera que "a Trégua dos Doze Anos (1609-21) permitiu considerável aumento no comércio direto da Europa do Norte com o Brasil, ou indireto, via Portugal; e desse aumento dá testemunho o número de refinarias instaladas em cidades holandesas, em especial na de Amsterdam". Em um documento holandês citado pelo autor ("Exposição relativa ao início e progresso da navegação e comércio do Brasil" – Holanda, 1622, data provável), está explícita "a crescente dependência dessa área da economia holandesa do fornecimento do açúcar brasileiro". O referido documento informa que os navios "aqui construídos e aparelhados para isso, conduziam de Portugal para cá, todos os anos, 40 a 50.000 caixas de açúcar, além do pau-brasil, gengibre, algodão, couros e outros gêneros." É interessante notar, no mesmo documento, que os mesmos navios (cerca de 15) continuaram fazendo o transporte de mercadorias de Portugal para os Países Baixos, depois da Trégua, "sob disfarce de nomes franceses, ingleses e hanseáticos, [...] tudo sob a direção dos nossos correspondentes em Portugal, sob disfarce de nomes portugueses, os quais tinham conosco participação nesse comércio". (Não é de estranhar o interesse secundário em preservar o Nordeste português, demons-

trado por Antônio Vieira nas negociações com a Holanda após a Restauração da Coroa em 1640. Na ocasião, Vieira propôs que Pernambuco permanecesse holandês, e em troca, a Holanda daria ajuda militar a Portugal para garantir as fronteiras com a Espanha).

O documento apresentado pelo historiador pernambucano ainda informa sobre o "notável proveito que este país retirou desse comércio, [que] foi a refinação do açúcar" – existiam, então, "25 refinarias somente na cidade de Amsterdam, uma em Delft, duas em Middelburgo e uma no interior, na aldeia de Wormes, as quais refinam muitas mil caixas de açúcar, sendo 1.500 caixas apenas em uma delas". Com o fim da Trégua, o abastecimento ficou ameaçado e, em 1621, uma "influente parte de negociantes holandeses", juntamente com homens do governo, fundaram a WIC, "a qual se propunha ao domínio e ao comércio com os territórios ibéricos na América e na África Atlântica".

Documentos e folhetos anteriores à conquista, já relacionavam os engenhos de Pernambuco e calculavam sua capacidade de produção em torno de 700.000 arrobas.

Nas análises de Fernando Novais e Raimundo Faoro, entre outros, podemos perceber que Portugal, principalmente, não construiu uma estrutura interna que lhe possibilitasse usufruir da acumulação de capital e evoluir para o capitalismo industrial, fruto das idéias liberais e da revolução científica que grassavam além dos Pirineus. Na Corte portuguesa formou-se o que Faoro denomina de *estamento burocrático*, resultado das tentativas do Rei de controlar uma nobreza territorial indócil e uma burguesia mercantil cada vez mais ousada nas negociações com os estrangeiros, que transformavam o porto de Lisboa num grande *entreposto* comercial. É de se notar que foram esses negociantes, portugueses e estrangeiros, que financiaram os primeiros engenhos no Brasil.

A riqueza colonial servia mais para alimentar as ambições e as vaidades cortesãs e, também, para fomentar o capitalismo em outras plagas, do que para alicerçar o desenvolvimento da sociedade ibérica, em especial a portuguesa. Em contrapartida a empresa colonial criou aqui, no Brasil, uma sociedade submissa, atrasada, marcada pelos ranços medievais e religiosos, até hoje lutando contra as amarras do subdesenvolvimento.

A ocupação holandesa do nordeste brasileiro se insere, portanto, num contexto mais amplo do que simplesmente como fruto de divergências políticas da Holanda com a Espanha, no período da União Ibérica. A potência flamenga não iria conter sua expansão capitalista apenas porque teve bloqueado seu acesso aos portos portugueses... Veio buscar na fonte o produto que lhe permitia manter-se ativa no mercado europeu.

Sua presença aqui, pelo menos em uma parte da Capitania de Pernambuco, foi como um *choque*: provocou a interrupção de um processo diferenciado de formação sócio-

econômica, e possibilitou o surgimento de sentimentos de independência que, a princípio, levou ao seu isolamento mas redundou, depois, na formação de outra Capitania, a das Alagoas (criada por Decreto de D. João VI, em 16 de setembro de 1817).

Não podemos falar do *choque* ocorrido no Brasil, especialmente em Alagoas, sem compreendermos a natureza do empreendimento holandês. O *mito* flamengo já foi bastante analisado em nossa historiografia. Há uma enorme bibliografia a respeito. A maior parte, todavia, como afirmamos anteriormente, refere-se a questões sociais, religiosas, políticas e militares, sem considerar devidamente o sentido *econômico* da invasão, especialmente no território hoje alagoano.

A conquista do Nordeste foi uma empresa de uma empresa privada monopolística – a Companhia das Índias Ocidentais. Seu idealizador, Willem Usselincx, combinara idéias calvinistas, capitalistas e democráticas para propor a criação de uma poderosa Companhia de Comércio com o objetivo de lutar contra a Espanha até a libertação total dos Países Baixos da influência espanhola. Caso fosse feita a paz, deveria ser preservada a liberdade de comércio com as Índias Ocidentais. No início, era contrário ao ataque ao Brasil, considerando-o desvantajoso, pois, além de custoso, seria ingenuidade acreditar na adesão dos portugueses aqui residentes e na *boa vontade* dos escravos, além de não se poder confiar nos judeus. Logo, porém, mudou de opinião: visando, a rigor, fragilizar a Espanha interferindo, ou mesmo assumindo o controle no tráfico com o Novo Mundo, Usselincx terminou por sugerir o estabelecimento de colônias no Brasil. Com efeito, algum tempo depois a empresa batava causou grandes prejuízos aos espanhóis: "Sobem a vinte e oito milhões [de florins] as despesas feitas pelo Rei, os direitos alfandegários e rendas anuais que lhe tolhemos" (BARLÉU, 1974, p.29).

Nas palavras de José Honório Rodrigues (1949, p.3), a expansão holandesa deu-se "mais por força do espírito capitalista e calvinista que invadiu a alma neerlândica do que por desejo de aventura quixotesca". A fé calvinista, vendo a pobreza como um pecado e o sucesso como uma graça de Deus, possibilitou a organização de uma sociedade voltada para a aquisição sistemática da riqueza. Enquanto nos outros países predominava a idéia do *heroísmo*, das glórias das lutas, na Holanda desenvolvera-se a idéia do lucro, do valor do comércio, do poder econômico. Daí a absorção dos judeus fugidos da intolerância religiosa ibérica e a transformação de Amsterdam numa grande potência econômica (houve época em que a cidade pagava 25% do total de impostos arrecadado pela república holandesa, composta de sete províncias).

A WIC não tinha *preocupações escolásticas*, que ainda marcavam as políticas dos outros Estados europeus – idéia do justo preço e condenação da usura ("dinheiro não pode produzir dinheiro").

A Companhia também não tinha nenhuma preocupação *colonizadora*, embora, após a conquista, especialmente no período nassoviano, tenha realizado uma notável obra de urbanização ("Recife foi a primeira cidade brasileira com características de uma grande cidade", afirma José Antônio Gonsalves de Mello, em *Tempo dos Flamengos*). Até mesmo isto, porém, foi devido ao fato de que os *colonos* holandeses não se adaptavam ao trabalho no campo e acabavam concentrando-se na cidade, forçando o governo a criar condições para alojá-los.

Com relação a essa inadaptabilidade dos flamengos aos rudes trabalhos coloniais, vale lembrar Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, quando analisa os tipos humanos presentes na colonização do Novo Mundo:

> Na obra da conquista e colonização dos novos mundos coube ao 'trabalhador', no sentido aqui compreendido [o autor refere-se àquele colono que vem para ficar e conseguir estabilidade com seu próprio esforço, ao contrário do 'aventureiro', que vem 'colher o fruto sem plantar a árvore'] papel muito limitado, quase nulo. A época predispunha aos gestos e façanhas audaciosos, galardoando bem os homens de grandes vôos. E não foi fortuita a circunstância de se terem encontrado neste continente, empenhadas nessa obra, principalmente as nações onde o tipo de trabalhador, tal como acaba de ser discriminado, encontrou ambiente menos propício (HOLANDA, 1994, p.14).

Os holandeses enquadram-se, é o que nos faz concluir o autor citado, na categoria de aventureiros, pois não queriam (ou não se adaptaram a) um envolvimento real com o processo produtivo. Os portugueses, ao contrário, mesmo aqueles que buscavam a riqueza rápida, eram obrigados, pois não havia outra alternativa, a enfrentar as agruras da vida no campo, adaptando-se, inclusive, aos hábitos alimentares nativos. Como lembra o mesmo autor:

> Onde lhes faltasse o pão de trigo, aprendiam a comer o da terra, e com tal requinte, que – afirmava Gabriel Soares – a gente de tratamento só consumia farinha de mandioca fresca, feita no dia. Habituaram-se também a dormir em redes, à maneira dos índios (HOLANDA, cit., p.16).

Cabem aqui algumas considerações tópicas sobre a nossa realidade colonial.

A distribuição de terras, numa empresa de colonização controlada pelo Rei e seu estado-maior (o estamento, lembrando Raymundo Faoro), teve como modelo a lei das sesmarias de 1375, criada para superar a crise agrária de produção e de desocupação, ou *vadiagem*, do homem do campo. Também no século XVI a mesma lei serviu para atenuar uma crise social e econômica, pois era grande a massa de excluídos na sociedade portuguesa, desejosa de oportunidades de enriquecimento e ascensão social. Os colonos (aqui incluídos os Capitães Governadores) não tinham a posse da terra, mas o seu uso. A terra pertencia ao Rei e o colono

deveria alimentar o mercado metropolitano com sua produção, por intemédio dos mercadores autorizados. A política de transportes e os negócios no porto de Lisboa garantiam a renda real, além dos dízimos e obrigações cobrados aos produtores coloniais. Devemos lembrar que estes, por força do *pacto colonial*, submetiam-se aos preços e vontades da Corte e, por extensão, também dos negociantes.

As doações vinculavam-se ao aproveitamento da terra. No Brasil houve adaptações, pois não havia terras *desaproveitadas*, mas terras virgens. A imensidão territorial estimulava a *generosidade* dos concedentes (o Rei ou os Governadores) na doação de grandes extensões - "No Nordeste, foram freqüentes as concessões de terras, mais largas do que Estados de nossos dias, como as da Casa da Torre, dos Guedes de Brito, de Certão, etc." (FAORO, 1991, p.124). Muitas vezes as sesmarias eram subdivididas entre parentes (um filho, um genro...) ou amigos. Nem sempre, porém, era feita com precisão a demarcação dos limites, o que provocou, com o tempo, graves conflitos com derramamento de sangue (e muitas petições à Corte para "nomeação de ministro para fazer a demarcação de terras", como nos revelam os documentos do Arquivo Ultramarino/Catálogo Brasil-Alagoas). Até o fim do século XVII, não havia restrições quanto à concessão de mais de uma data a um mesmo colono. Daí a existência de imensos latifúndios que se refletem na realidade atual nordestina.

Servia também a concessão de terras como título de afidalgamento, formando, com o tempo, uma *nobreza* rural que passou a exigir, e exercitar, o poder de mando pessoal (político e social), na sociedade que se constituía.[1] O mandonismo do senhor colonial se transformará depois, no Império e na República, no coronelismo ainda hoje presente no sertão nordestino. O Estado, somente agora, no alvorecer do século XXI, vai assumindo suas reais funções, embora ainda timidamente. No caso de Alagoas, esse fenômeno ocorreu com intensidade desde o inicio, pois, como já notara Adriaen van der Dussen em seu Relatório de 1638, também assinado por M. de Nassau e M. van Ceulen, ao descrever as jurisdições da Capitania de Pernambuco: "A Quarta, que *nunca teve Câmara, sendo dirigida pro libitu do mais poderoso do lugar* (grifo nosso), começa ao sul de Serinhaém e se estende até o rio de São Francisco". É neste documento que encontramos, pela primeira vez, uma referência à natureza das relações sociais e à organização política da região sul da Capitania. O caráter violento e autoritário das elites locais, que perdura até hoje, já está assinalado num dos primeiros e mais importantes documentos da nossa história. Parece que o Regimento de Tomé de Souza (1548), instituindo

[1] Não eram nobres, pelo menos a maioria, os que aceitavam vir para cá, pois a aristocracia era avessa ao trabalho agrário e a sociedade portuguesa não abria espaços para todos. Eram muitos os excluídos, e foram eles, em grande parte, os futuros *senhores* coloniais.

o Governo-Geral, com novas regras visando conter a crescente ânsia de autonomia da "nobreza" local, não vingou por estas plagas. (O Regimento mandado por D. João III a T. de Souza ordenava a "redistribuição de terras [improdutivas] a quem quisesse e pudesse produzir" e que os senhores de engenho moessem a cana produzida em áreas independentes. A reforma nunca foi feita, e o MST, hoje, ainda luta por ela...).

Completaremos o quadro geral do contexto onde situamos o nosso objeto de pesquisa, com rápidas pinceladas sobre os aspectos relacionados com a religião, aqui incluídos os judeus, a escravidão e o caráter das relações sociais em construção.

A famosa *tolerância* religiosa dos holandeses existia na medida dos seus interesses econômicos. O calvinismo era republicano, mas afirmava que cabia ao Estado apoiar a verdadeira religião (a própria). Porém, organizando-se como República e desejosa de atrair capitais para seus empreendimentos (a WIC foi uma das primeiras S.A. da história do capitalismo), a Holanda não poderia reprimir a *liberdade de consciência*, algo que, na Península Ibérica, significava *liberdade católica*, ou seja, todos eram livres, desde que aderissem à *obediência ativa* imposta pela Igreja. Aqui, no Brasil, a *liberdade religiosa* foi, na verdade, uma estratégia para manter os portugueses como fiéis colaboradores e para atrair os judeus para a colônia. Pelo Regimento elaborado para o governo das terras conquistadas, caberia a um Conselho Político a autoridade sobre a administração, as finanças, a polícia e a justiça, além de zelar pela religião reformada, assegurando porém a liberdade de consciência a católicos e judeus. Cabe ressaltar que os jesuítas, recusando a soberania dos Estados Gerais das Províncias Unidas Neerlandesas, seriam banidos e seus bens confiscados. A tolerância dos batavos não foi tão grande como faz parecer alguns autores...

Com relação aos judeus, talvez não tivessem grande participação na formação do capitalismo holandês, mas foram de grande valia na conquista e domínio do Brasil. Desde o século XVI, muitos cristãos-novos já eram residentes no Recife e em Olinda (Vieira considerava os judeus necessários ao desenvolvimento econômico do reino e das colônias). Com a ocupação, retomaram os antigos nomes. A eles juntaram-se os *judeus da pátria*, ou portugueses que haviam morado na Holanda. Compraram engenhos mas, à atividade agrícola, "os marranos preferiam sempre a aventura comercial, o financiamento das lavouras", como afirma José Antônio Gonsalves de Mello. Em 1642, de uma só vez, 600 da comunidade judaica na Holanda migraram para o Nordeste brasileiro (cf. KAYSERLING, 1971, p.251). No Recife, moravam mais de cinco mil judeus, formando uma comunidade bastante visível, que Gilberto Freyre considerava uma espécie de *maçonaria* – era solidária (uma característica judaica) principalmente nos momentos de adversidade. Havia membros de famílias judaicas poderosas

de Amsterdam, e era a elas que os marranos de Pernambuco recorriam quando necessitavam de ajuda financeira ou de influência política favorável junto ao Conselho dos XIX, o comando supremo da WIC.

Quanto ao envolvimento dos holandeses com a escravidão, assunto bastante analisado por Pedro Puntoni em *A Mísera Sorte*, desde o final do século XVI eram, os batavos, *ocasionais* traficantes de escravos. Com a WIC passaram a ser, de fato, traficantes, devido a possibilidade de lucros. Os flamengos não se *misturaram* aos negros como em Curaçau e nas Guianas. No Brasil, os negros eram *catolicizados*, embora praticassem o xangô. Além disso os holandeses tinham outra dificuldade, pois não falavam português. Esta foi uma das razões porquê deixaram os engenhos e a produção sob o controle dos portugueses e também porquê não impuseram sua religião. Durante a ocupação, principalmente no seu início e na guerra pela restauração, os escravos fugiam em grande número para Palmares, aproveitando que muitos senhores portugueses abandonaram seus engenhos e fazendas. Os holandeses chegaram a organizar duas expedições contra Palmares, pois os negros deveriam ser reescravizados para a produção e a sua *Meca* destruída para não atrair mais fugitivos.

Resta-nos uma referência à nossa composição social. No contexto patriarcal e patrimonial formaram-se as relações sociais em Alagoas. O senhor dominava não apenas a vida familiar, mas também a social, cujas normas, regulamentos, enfim, o *governo* serão instituídos sempre em função dos seus interesses. A "autoridade imensa do pater-famílias", para usar uma expressão de Sérgio Buarque de Holanda, parece que foi mais forte aqui em Alagoas. A *objetivação da realidade* alagoana, no período estudado, mostra-nos já em andamento a formação de estruturas familiares (senhoriais) com um caráter marcadamente autoritário e explorador.

Desde o início, como de resto em todo o país, o elemento branco é dominante – em torno do senhor de engenho e sua família são tecidas as relações sociais, políticas e econômicas. Diégues Jr. descreve como se formou a intricada relação de parentesco entre as famílias que se foram instalando em terras alagoanas, a partir de Cristóvão Lins em Porto Calvo, e nas demais povoações. Tudo, de fato, em redor dos engenhos. "É o engenho o centro da constituição social das Alagoas, como de resto em toda a área açucareira do país" (DIÉGUES Júnior, 1980, p.77).

Quanto ao negro, tanto Diégues Júnior como Alfredo Brandão, outro grande estudioso local, seguem a linha proposta por Gilberto Freyre: "Apareceu para oferecer a sua grande e inestimável colaboração na obra colonizadora". Brandão aceita o mito do *negro solidário*, imbuído do *sentimento de confraternização* com seu senhor, e cria outro mito, o da *bondade*

do senhor de engenho alagoano, afirmando que "os engenhos de Viçosa jamais presenciaram as cenas vandálicas da escravidão"(*apud* DIÉGUES Júnior, 1980, p. 169). No mínimo, podemos questionar: se lhe tivesse sido solicitada, será que o negro teria dado esse tipo de colaboração? Devemos considerar as circunstâncias históricas da época (grandes e profundas transformações sociais, políticas e econômicas), mas ao negro não foi dada a opção de escolha.

Ao finalizar esta nossa panorâmica, constatamos que uma visão geral do período holandês revela a impossível convivência entre princípios liberalizantes típicos do capitalismo mercantil e o sistema colonial escravista. Uma condição necessária e suficiente para o sucesso da empresa colonial holandesa era tornar os produtores locais seus *parceiros* no comércio do açúcar. Ora, os holandeses não realizaram efetivamente uma empresa colonial, embora alguns dos seus líderes, como Dussen e o próprio Nassau, tenham alertado para isto. O que queriam os capitalistas da WIC era, de fato, expropriar a produção local, e não *colonizar* ou transpor sua ordem social. Também, os senhores locais não demonstravam interesse ou aptidão para negociar com os mercadores, pois estavam *acostumados* com o sistema estabelecido pelo *pacto colonial* português. Na verdade, seria até mesmo muito difícil para eles discutir preços e formas de financiamento em pé de igualdade (esta incompetência manifestou-se claramente também mais adiante, após a Independência, em 1822, quando os nossos produtores *capitalistas* levavam sempre a pior nas negociações com os experimentados capitalistas europeus). No ambiente colonial manifesta-se, claramente, a forte contradição entre a ordem estamental e patrimonialista de Portugal e a ordem capitalista e liberal da República holandesa.

2.2. PRIMÓRDIOS ALAGOANOS – DO "DESCOBRIMENTO" ATÉ 1630

Uma rápida verificação do quadro geral da situação local no período anterior à conquista flamenga, permite-nos concluir que o desenvolvimento das forças produtivas em Alagoas apresentava tendências diversificadoras e não monoculturais. A produção de açúcar, *antes*, era insignificante, crescendo bastante a partir da segunda metade do século XVII, em detrimento de outros produtos que se mostravam promissores.

De início, gostaríamos de destacar dois trechos de obra recente de Dirceu Lindoso a respeito de Alagoas. No primeiro, o respeitado intelectual alagoano caracteriza a influência holandesa como definitiva para a fixação do nome na geografia regional:

> A primeira partição cartográfica das terras do sul do antigo Pernambuco, isto é, das terras sub-unenses, fe-la a administração holandesa-flamenga da Companhia das Índias Ocidentais. Do rio Una ao rio Santo Antônio Grande designou de Alagoas pars borealis, cujo pólo de colonização era Porto Calvo, e do rio Santo Antônio Grande ao rio São Francisco designou de Alagoas pars meridionalis, cujo pólo de colonização era Penedo. Ambas pertenciam a Perfecturae de Pernambuco. O topônimo Alagoas Boreal não é uma invenção tardia de historiadores, mas uma realidade geográfica e política nascida das necessidades da conquista, ocupação e colonização luso-tropical no espaço atlântico da América do Sul. A administração holandesa-belga da colônia da Companhia das Índias Ocidentais apenas deu realidade a essa expressão geográfica e histórica: as Alagoas (LINDOSO, 2000, p. 34).

Poucas páginas adiante, o autor observa a ocorrência de "dois modelos de colonização" em nossa história regional:

> Criaram-se no território hoje de Alagoas dois processos históricos de colonização: um baseado no pastoreio e na ausência de escravidão, o penedense; outro baseado na plantation açucareira, com a presença da escravidão negro-africana, o porto-calvense. Um, o penedense, com traços democráticos em sua organização social de fraca estruturação; outro, o porto-calvense, com forte e perversa estruturação social com a ausência de elementos democráticos. O boi sendo um elemento de democracia pastoril. A cana de açúcar sendo um elemento de autoritarismo agrário (LINDOSO, op. cit., p. 43).

Lindoso, com suas análises, tem contribuído significativamente, como poucos, para a compreensão de nossa realidade. Os trechos acima destacados induzem-nos a uma breve reflexão sobre alguns aspectos importantes das nossas origens.

Na historiografia brasileira, como decerto em outras partes do mundo, há divergências a respeito de muitos pontos que permanecem à espera de descobertas documentais que lancem novas luzes ao seu processo interpretativo. Infelizmente, ainda é forte a influência positivista, que dificulta a percepção da totalidade, levando muitos a dedicarem seu precioso tempo e sua capacidade intelectual ao estudo de fatos isolados, sem estabelecerem as necessárias conexões com os *movimentos reais* da história.

Com relação ao Nordeste, e mais especificamente a Alagoas, dois fatos têm sido objetos de debates acalorados, embora pouco considerados pela historiografia dita *nacional*: o descobrimento do Brasil e a antropofagia dos índios Caetés, que teriam comido o Bispo D. Pedro Fernandes Sardinha. Quanto ao primeiro fato, alguns pesquisadores buscam situar o ponto da chegada da frota de Cabral no Rio Grande do Norte, em Pernambuco ou em Alago-

as, e não na Bahia. Um dos mais conceituados historiadores alagoanos, Jayme de Altavila, afirma:

> O primeiro ponto avistado pela frota portuguesa é de se presumir que tenha sido um dos cabeços da Serra da Nacéa, no município alagoano de Anadia. Esta é a nossa opinião, fundamentada no erudito historiador pernambucano Fernandes Gama e em Alexandre von Humbolt, os quais afirmam que as primeiras terras avistadas pela armada portuguesa estavam localizadas a 10° de latitude sul, por conseqüência, entre Jequiá e Coruripe. (ALTAVILA, 1967, p. 13).

Cremos que a *verdade* sobre esse fato pouco ou nada contribuirá para a compreensão da nossa realidade...

O segundo acontecimento (o *banquete* realizado pelos índios), merece um pouco mais de atenção de nossa parte, pois tem uma relação direta com a colonização do território.

Os primeiros povoadores brancos de Alagoas, a exemplo do que ocorreu em todo o Brasil, espalharam-se ao longo do litoral. Aqui, porém, o processo é marcado por uma tragédia: por volta de 1556, um naufrágio nas proximidades da foz do Rio São Francisco levou à morte nas mãos dos índios o Bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, que se deslocava da Bahia para Lisboa. Há controvérsias quanto à localização do desastre. A historiografia tradicional, baseada em Gabriel Soares de Sousa, afirma que ocorreu nos Baixios de D. Rodrigo, na costa do atual município de Coruripe, em Alagoas. Entretanto, novas pesquisas indicam que a baía do Vazabarris, ao sul da foz sanfranciscana, em Sergipe, é o local mais provável. O Professor João Ribeiro de Lemos, em recente estudo bem fundamentado e apoiado também no historiador Moacir Soares Pereira (que publicou na Revista Brasileira de História um trabalho de pesquisa sobre o naufrágio, contestando a versão estabelecida, segundo Lemos), enfatiza:

> Este fato histórico [...] vinha sendo repetido e até servindo de chacota contra Alagoas e sua gente. O fato se deu, as narrações se sucederam e agora surge esta interpretação que ainda precisa de muitas fontes documentais para levar à certeza histórica. [...] Deve ter havido, por parte daqueles que entenderam ter sido no litoral de Alagoas o afundamento da nau em que viajava o bispo Sardinha e que depois lançaram sobre os ombros dos Caetés a culpa de sua morte bárbara, uma inexplicável confusão e desconhecimento geográfico da região sanfranciscana e da exata localização das tribos que a senhoreavam. E assim, poderemos estar diante de uma fraude histórica. Aproveitaram-se da morte do bispo para o aniquilamento da mais poderosa nação Tupi do Nordeste brasileiro. E então, apropriaram-se dos seus despojos materiais e humanos, como acabou acontecendo pouco tempo depois. Os índios caetés foram dizimados. [...] Acredito que os habitantes de Coruripe e São Miguel não ficarão contrariados se essa linha de pesquisa histórica vier provar que os comedores do bispo foram os sergipanos que viviam ao sul do rio São Francisco. Os alagoanos perderão a pecha de comedores de Bispo e a façanha será atribuída aos sergipanos. (LEMOS, 1999, p.38/39 e 49).

Havia grande interesse em ocupar e defender a região, devido à presença constante de franceses, que tinham relações amistosas com os caetés, negociando o pau-brasil.[2] Enquanto os franceses estabeleciam relações comerciais com os índios, os portugueses queriam tomar-lhes as terras... Era natural, portanto, que os índios opusessem grande resistência às tentativas de ocupação pelos portugueses, principalmente a partir de 1535, com Duarte Coelho, primeiro donatário da Capitania de Pernambuco. O *caso do bispo* teria sido uma boa desculpa para uma ação brutal, justificada pelo cronista português que, após narrar o episódio, sentencia, com evidente tendenciosidade:

> São estes caetés mui belicosos e guerreiros, mas mui atraiçoados, e sem nenhuma fé nem verdade, o qual fez os danos que fica declarado à gente da nau do bispo, a Duarte Coelho, e a muitos navios e caravelões que se perderam nesta costa, dos quais não escapou pessoa nenhuma, que não matassem e comessem, cujos danos Deus não permitiu que durassem mais tempo; mas ordenou de os destruir dessa maneira (SOUSA, 1971, p.62).

Os índios, acusados da barbárie do canibalismo, passaram a ser considerados inimigos dos colonizadores e, com as bandeiras de Jerônimo de Albuquerque contra os caetés, no sul, e de Cristóvão Lins contra os potiguaras da região de Porto Calvo,[3] foram sendo dizimados ou expulsos do litoral[4] (em alguns casos, os jesuítas criaram aldeamentos que, na verdade, serviam de reserva de mão-de-obra para os engenhos que foram surgindo na região). Observamos nos nossos dias as conseqüências daquelas expedições: no litoral alagoano, de norte a sul (incluindo a região das lagoas onde situa-se Maceió), quase não se encontra sinais da presença indígena.

Estas questões, na realidade, embora tenham seu significado, não são *de fundo*. Aqui são lembradas porque nos remetem ao que interessa mais diretamente à nossa tese. O *caso do bispo* principalmente.

Como já frisamos, o povoamento disseminou-se pelo litoral, avançando um pouco pelos rios mas sem um distanciamento significativo para o interior. No nordeste, em função

---

[2] Em Alagoas, são identificados três pontos do litoral centro-sul onde seguramente os franceses faziam seus contatos: no município de Marechal Deodoro (antiga Vila de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, depois Alagoas), local conhecido como Praia do Francês, um dos pontos mais badalados do turismo do Estado; outro, próximo à desembocadura do rio São Miguel; o último, na foz do rio Coruripe

[3] Com relação a Cristóvão Lins e suas *façanhas*, informa Dirceu Lindoso, em *Formação de Alagoas Boreal* (2000, p. 25-26): "A região de Porto Calvo foi colonizada pelos irmãos Christopher Linz e Sibald Linz entre as últimas décadas do século XVI e as primeiras décadas do século XVII. [...] Dos dois irmãos, o mais importante foi C. Linz fundador de sete engenhos de açúcar em Porto Calvo, e segundo os padres franciscanos, emérito degolador de índios potiguaras. Neste seu ofício de degolador e destruidor de tribos indígenas desde a foz do rio Goiana até o rio Manguaba não mediu trabalhos."

[4] Por volta de 1584, como atestava o jesuíta Cardim, em sua *Narrativa Epistolar de uma Viagem*, "os índios da terra são já poucos" (Fernão Cardim, Tratado da Terra e Gente do Brasil. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p.255).

da plantação extensiva da cana-de-açúcar (em Alagoas, isto ocorreu de modo mais acentuado a partir da segunda metade do século XVII), houve a concentração de colonos brancos e escravos negros no litoral e na zona da mata, com os índios sendo, aos poucos, interiorizados, ou seja, espalhando-se pelas regiões de pastoreio, principalmente ao longo dos rios, e pela caatinga do semi-árido. O desenvolvimento da indústria açucareira, que analisaremos mais adiante, propiciou uma grande população negra na região sul da capitania.

Ao iniciarmos a análise do delineamento de nossas forças produtivas, a partir do povoamento, recorremos a Fernando de Azevedo para lembrar que

> Na faixa litorânea em que se concentraram as atividades agrícolas, favorecidas pelas terras gordas de massapê, é que se desenvolveram, ao longo da costa e à margem dos rios, os principais agrupamentos urbanos do período colonial. A expansão do gado e da indústria pastoril, ao norte, e, ao sul, a marcha das bandeiras, partindo do planalto, e a conseqüente descoberta das minas lançaram, pelo interior, a semente de outras vilas e povoações que se tornaram pequenos 'oásis de cultura' na região vastíssima das caatingas, dos campos e do sertão. A maior parte, porém, de nossas cidades marítimas, se não tiveram origem nos canaviais, [...], receberam grande impulso...da cultura da cana e da indústria do açúcar [...] . Onde surgiam engenhos, abrigados na concha de um vale, no remanso de uma várzea ou no flanco de uma colina, aí se instalava um foco, mais ou menos distante, de atração, quando não começava a palpitar o próprio coração da vida urbana. (AZEVEDO, F. de, 1958, p.105).

Já informava a respeito Pero de Magalhães Gandavo:

> Não há pela terra dentro povoações de portugueses por causa dos índios ... e também pelo socorro e tratos do Reino lhes he necessário estarem junto ao mar para terem comunicação de mercadorias. E por este respeito vivem todos junto da costa. (GANDAVO, 1964, p.73).

Os primeiros núcleos urbanos de Alagoas, com efeito, são todos próximos ao litoral e aos rios, distribuídos pelas seguintes regiões:

1. Dos quatro rios (norte – PORTO CALVO): Manguaba, Camaragibe, Santo Antônio Grande e Tatuamunha. Outros rios menores: São Bento, Maragogi, Comandatuba, Mocaitá, Tapamundé.

2. Das grandes lagoas (centro – MADALENA, depois ALAGOAS, atualmente MARECHAL DEODORO): Lagoa do Norte ou Mundaú, Lagoa do Sul ou Manguaba.

3. São-franciscana (sul – PENEDO): ponto de irradiação para o norte, até o Rio São Miguel, e para o sertão. Além do São Francisco, serviam de referência, entre outros, os rios: Piauí, Coruripe, Panema, Poxim, S. Miguel e a lagoa Jiquiá.

Não nos deteremos aqui na descrição detalhada do processo de povoamento, apenas em alguns aspectos importantes para a explicitação de nossa tese.[5]

Luiz da Câmara Cascudo ressalta em sua obra *Geografia do Brasil Holandês* (Rio de Janeiro, J. Olympio, 1956, p.52 e seg.), que os historiadores alagoanos "não clareiam os primeiros anos", embora Abelardo Duarte já tivesse feito publicar, em 1947, um belo trabalho sobre *Os Primórdios do Povoamento das Alagoas* (Revista do IHGAL, Maceió, v.XXV, p. 7-33, 1947), onde descreve detalhadamente, baseado em fontes confiáveis, a ocupação do território. A obra de Cascudo é fundamental para o estudo da história regional nordestina, mas estranhamos sua afirmação de que "a posse alagoana é um lindo esforço direto de *força pacífica*" (cit., p.154, grifo nosso), pois, tanto na parte norte, com Cristóvão Lins contra os potiguaras, e no sul, com os irmãos Duarte e Jorge Coelho e Jerônimo de Albuquerque, contra os caetés, os índios foram chacinados em expedições punitivas que duraram, nas palavras do próprio Cascudo, "cinco anos terríveis".

Do início da colonização até a chegada dos holandeses, o quadro regional revela-nos uma região inóspita, na periferia da Capitania, quase desconsiderada pelo Governo colonial. Os determinismos do sistema de colonização português eram pouco eficazes por aqui, a julgar pelas informações levantadas pelos estrategistas batavos. Como veremos mais adiante.

Manuel Diegues Júnior, em obra clássica, *O Bangüê nas Alagoas*, descreve com rigor e precisão de detalhes, a distribuição das terras (sesmarias), a genealogia dos proprietários e seus sucessores, as relações de poder e de parentesco, os costumes etc., demonstrando que é em torno do engenho que se constroem todas as estruturas da sociedade alagoana.

> Tanto a das Alagoas como a do Nordeste é a história do açúcar. A ele cabe reunir a população, fixando-lhe pela monocultura latifundiária e escravocrata a área geográfica, que coincidia com as terras da cultura da cana. Nele se fundamentou a organização social pela constituição da família, desenvolvida numa quase endogamia que criou o tipo aristocrático do senhor de engenho. (DIÉGUES Júnior, 1980, p.142).

Em outro trecho, afirma Diégues Jr.:

> O povoamento dos três primeiros núcleos, ao norte Porto Calvo, no centro, as Alagoas (Alagoa do Sul e Alagoa do Norte), ao sul, Penedo, inicia-se nos últimos decênios do século XVI; ao iniciar-se o domínio batavo está perfeitamente estabilizado; alicerça-se em bases sólidas, que são, do ponto de vista econômico, a agricultu-

[5] O povoamento, evidentemente, seguia a regra geral esclarecida por Vera Ferlini, em *Terra Trabalho e Poder* (1988, p. 17): Esses povoadores não seria, [...], pequenos produtores ligados à agricultura de subsistência. O estabelecimento de população branca deveria atender ao sentido geral da colonização: à produção especializada para o mercado europeu. [...] as condições do povoamento estavam estritamente estabelecidas: posse de cabedais para o erguimento de engenhos e para o trato das lavouras e, principalmente, para a obtenção de mão-de-obra."

> ra da cana de açúcar no norte e no centro litorâneo, os campos da pecuária, no sul. (Cit., p.35).

Na verdade, só com muito boa vontade pode-se afirmar que havia *bases sólidas* na agricultura da cana, pois o relatório de Adriaen Verdonck, de 1630, fornece informações mostrando um quadro diferente. O relato de Verdonck é dividido em 21 itens, dos quais os três primeiros referem-se à região sul da Capitania, atual Alagoas:

1° - Rio de São Francisco – tem "poucos habitantes, quase todos pastores, vivem unicamente de bois e vacas, para a criação dos quais a terra se presta muito"; [...] "fazem também [...] farinha, [...] (há) muito peixe e colhem fumo"; produzem "pouco açúcar", e "todas estas mercadorias são trazidas anualmente d'uma vez para Pernambuco."

O autor refere-se a "uma mina de prata [...] de grande fama entre os portugueses." Informa que "o rei de Espanha nunca quis permitir a exploração da mina", embora não houvesse dúvidas sobre a "grande quantidade de prata" ali existente. Um morador teria retirado "ocultamente" cerca "de 50 ou 60.000 ducados", tendo presenteado "a um governador desta terra, chamado D. Luiz de Souza, que ali foi expressamente em busca da mesma mina, 10.000 ducados." Como se vê, não é de hoje que os governantes são presenteados...

2° - Alagoas – Verdonck confunde as lagoas com "dois rios". Na região, há "um povoado com poucos habitantes e 5 ou 6 engenhos *que fazem pouco açúcar*" (grifo nosso). Diz também que "existe grande quantidade de bois e vacas por causa do excelente pasto", que "é a sua principal riqueza e constitui a melhor mercadoria destas terras." Continua Verdonck: "A maior parte da farinha que vem para Pernambuco é desta procedência". Lá também "planta-se muito fumo e muitos outros gêneros alimentícios". O autor faz uma afirmação equivocada: "Os moradores desta região penso que são mais afeiçoados aos holandeses do que à gente da sua nação, porque quase todos são criminosos e gente insubordinada." Na verdade, os moradores da região opuseram forte resistência aos holandeses, principalmente na lagoa do norte (Santa Luzia do Norte), demonstrando o equívoco de Verdonck (ou o autor errou propositadamente, haja vista sua presumível ligação com Matias de Albuquerque?).

3° - Porto Calvo - Com relação a Porto Calvo, diz o relatório do brabantino: "Também conta poucos habitantes", mas tem "muito gado", planta-se "muito fumo, fazem bastante farinha e pegam muitos peixes". Na região "existem 7 ou 8 engenhos, alguns dos quais *fazem um pouco de açúcar*"(grifo nosso). Os produtos destas regiões são transportados para Pernambuco, onde "são logo vendidos".

Verdonck calcula que "do rio de S. Francisco até aí [Una, já no atual território de Pernambuco], no espaço de d'umas 20 milhas, podem morar cerca de *500 a 600 homens* [grifo nosso], quase todos mestiços e gente muito má." No item 10, o autor refere-se aos "contratantes do rei", que seriam os representantes/fiscais da Coroa encarregados do comércio com a colônia: "O negócio só pode ser feito deste modo porque a ninguém, exceto estes contratantes, é permitido mandar pau-brasil para Portugal e ninguém pode comprá-lo sob grandes penas senão unicamente a eles."

Nas décadas de 30 e 40, conforme outros relatórios de Dussen e de Walbeeck e Moucheron (aos quais recorreremos oportunamente; estes últimos são autores do *Relatório sobre o estado das Alagoas em outubro de 1643* que, testemunha José Honório Rodrigues, "é um dos melhores documentos do período holandês"), quase todos os engenhos estavam arruinados, devido a guerra, e o governo holandês não atendeu aos reclamos para reativar a produção de outros gêneros. Após a restauração, reiniciou-se a produção de açúcar.

Anterior ao relatório de Verdonck é "Uma relação dos engenhos de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba em 1623." Um judeu de origem portuguesa que viveu na Bahia antes da invasão holandesa e que provavelmente residia nos Países Baixos por volta de 1636, endereçou um memorial aos Estados Gerais incluindo esta relação.

Ao que nos propomos, interessa diretamente uma parte do texto de José Antônio Gonsalves de Mello, comentando o memorial em "*Fontes para a História do Brasil Holandês – Economia Açucareira*". Embora um pouco extenso, vale a pena sua transcrição:

> O autor, José Israel da Costa, diz e repete que viveu algum tempo no Brasil, mencionando especificamente a Bahia: 'na Bahia aonde estive' e 'diversas vezes vendi fazendas e mantimentos naquelas partes'. Talvez tenha obtido então a relação dos engenhos de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba do ano de 1623, *valioso documento que é o mais antigo do gênero que existe sobre o Nordeste açucareiro* [grifo nosso]. A relação permite um estudo da produção dos engenhos, levando em conta a observação dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, cuja autoria é atribuída a Ambrósio Fernandes Brandão, aliás citado na relação como senhor de três engenhos na Paraíba. É certo que o ano de 1623 já revela os efeitos da crise de 1619-22, estudada por Ruggiero Romano, e que se reflete na queda do montante do contrato do dízimo do açúcar da safra 1623-24. Mesmo admitindo uma produção planejadamente reduzida, vale a pena considerar o fato, pois quando se trata da economia açucareira fica esquecida essa variedade de condições de engenho para engenho; que, ao lado de casas-grandes como a de Megaípe, por exemplo, quase uma fortaleza de alvenaria, ou da do Engenho Noruega, um 'Escurial rústico', havia outras construídas de taipa, não de pilão, mas de 'sopapo', como nos revela uma tela de Frans Post. [...] Lê-se nos *Diálogos*: 'Nos engenhos de fazer açúcares há muito grande diferença dos bons aos maus, porque aqueles que gozam de três cousas, quando seus senhores têm fábrica bastante, são sumamente bons; as quais três coisas consistem em ter muitas terras e boas para a planta dos canaviais, água bastante que não falte para a moenda e lenhas em grandes matas também em quantidade. [...] E quando os tais engenhos são desta qualidade, não lhes faltando, como tenho dito, a fábrica necessária, costumam a fazer em cada um ano a seis, sete, oito e ainda a dez mil arrobas

> de açúcar macho (isto é, branco e mascavado), afora os meles, que são *retames* e *batidos*, que sempre chegam a três mil arrobas; [...] E os outros engenhos de menos porte costumam a fazer a cinco e a quatro e ainda a três mil arrobas de açúcar, e os tais são de pouco proveito para seu dono.' [Gonsalves de Mello utiliza uma edição dos *Diálogos* publicada em Recife em 1966; pp. 86-87.].
>
> Classificando, nos termos dos *Diálogos*, os engenhos de Pernambuco e Itamaracá (total de 117 enumerados e não 119 como indicado na relação) em 'sumamente bons' (produção igual ou superior a 6.000 arrobas de açúcar macho), em 'de menos porte' (de 3.000 a menos de 6.000 arrobas, idem) e em uma terceira categoria, não mencionada nos *Diálogos* (de menos de 3.000 arrobas, idem), teremos:

'sumamente bons'	19	15%
'de menos porte'	55	47%
terceira categoria	42	38%

> Qual ou quais dessas categorias resistiriam ou não, com maior ou menor sacrifício, aos períodos de queda de preço do açúcar (tema que tem sido estudado por Frédéric Mauro)? É assunto a investigar. (MELLO, J. A. G. de, 1981, p.24).

Na relação de José Israel da Costa, dos 117 engenhos enumerados e listados com os nomes dos proprietários e a produção de açúcar e retame (mel ou melaço) em arrobas, cerca de 10 situam-se na região sul. Destes, apenas um, o engenho de Diogo Soares, na lagoa do sul, tem registrada uma produção acima de 6.000 arrobas de açúcar, que o coloca entre os *sumamente bons*. Dois estão entre os *de menos porte* e os demais, com menos de 3.000 arrobas, podem ser considerados de terceira categoria.

Procuramos verificar a *classificação* dos nossos engenhos pela média geral de produção da Capitania. Pelas informações desse documento, constatamos que os engenhos da região sul produziam, em 1623, uma média de 2.438 arrobas por unidade, bem abaixo da registrada no total da Capitania, que era de 4.099 arrobas. Do total geral da produção (479.642 arrobas), a produção alagoana correspondia a 5% (24.381 arrobas).

Não é de estranhar que os nossos engenhos, por suas dimensões e condições geográficas (principalmente o distanciamento do centro de poder da Capitania), não tenham resistido às crises do açúcar mencionadas por Gonsalves de Mello e, portanto, apareçam nos relatórios holandeses como quase todos parados ou arruinados.

Passemos adiante.

A região sanfranciscana, considerada a partir do rio São Miguel, desde cedo mostrou sua vocação pastoril. Nela, a economia açucareira não prosperou, "dando lugar às fazendas de gado, já em grande número nos começos do século XVII e particularmente durante o domínio holandês", como assinala Diégues Júnior (cit., p.74). A economia agropastoril ali desenvolvida era grande fornecedora de produtos diversos para toda a Capitania: gado, bastante farinha, muito peixe, pau-brasil, âmbar. No relatório de Verdonck não encontramos engenhos na região penedense mas, um pouco mais tarde, uma área tomou-se açucareira: a dos vales dos rios

Coruripe e Poxim, onde hoje se instala uma das maiores indústrias de açúcar e álcool do Nordeste.

No século XVII (antes e no início da ocupação holandesa), Alagoas era um celeiro de vários produtos. A destruição durante a ocupação e a posterior expansão da economia açucareira, impediram o desenvolvimento diversificado da produção de alimentos, ao ponto de, no final do século XIX e início do XX, o Estado tornar-se um importador até mesmo de farinha de mandioca e outros produtos agrícolas básicos, como reclamava, escandalizado, um relatório do Dr. Messias de Gusmão, em 1904, referido por Diegues Júnior em sua obra clássica (cit., p.212).

Aqui enfatizamos a questão fundamental: as tendências para a diversificação econômica, ao nosso ver, estão presentes desde o início da colonização. Embora nas demais regiões da capitania houvesse a lavoura de mantimentos, tida por Brandônio como uma (a quinta) das seis coisas "com as quais seus povoadores se fazem ricos" (DIÁLOGOS..., 1956, p. 149/150), o território entre os rios Una e São Francisco apresentava-se pródigo na produção de gêneros que abasteciam a Capitania, como nos mostra o relatório de Verdonck (e nos demais relatórios holandeses).

O único autor que faz referência mais explícita à possível diversificação econômica no território, é Moacir Medeiros de Sant'Ana. Em sua clássica obra *Contribuição à História do Açúcar em Alagoas*, diz:

> Se existiu algum dia em Alagoas agricultura diversificada, foi em passado remoto, quando no distrito da Vila de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul [...] havia somente 5 ou 6 engenhos de fabricar açúcar, de pequeno porte, que nem todos os anos safrejavam, ocupando-se os moradores daquelas paragens principalmente em criar gado e plantar mandioca *em larga escala* [grifo nosso], a ponto de A. Verdonck, [...] informar que daquela região procedia a maior parte da farinha exportada para Pernambuco. Entretanto [...] muitos outros gêneros alimentícios cultivavam, plantando também o fumo e preparando 'considerável porção de peixe seco, que toda é trazida para aqui (Recife) e prontamente vendida'. Na mesma época em Porto Calvo [...] plantavam fumo em grande quantidade. (SANT'ANA, 1970, p.181).

No entanto, não percebemos em Sant'Ana e nos demais estudiosos de nossa história, a preocupação em analisar o fenômeno sob uma perspectiva metodológica que possibilite a compreensão do processo de desenvolvimento das forças produtivas regionais rumo à diversificação econômica e não monocultural.

Embora dedique algumas páginas à pecuária, ao algodão e à indústria da construção naval (Primeira Parte: Fundamentos Históricos da Economia Alagoana), estas atividades são

vistas de modo periférico, tendo o açúcar como fundo central do processo. Na verdade, não poderia ser diferente, pois o autor pretende justamente demonstrar (e o faz de modo magistral) a importância inegável do papel desempenhado pelo açúcar na nossa história econômica, principalmente a partir da emancipação política das Alagoas, em 1817. Nos séculos anteriores, no período colonial, são colocadas as bases para a predominância absoluta da indústria açucareira, que condiciona toda a vida social, política e econômica do Estado, concentrando riquezas de forma bastante acentuada nas mãos de um pequeno segmento social, herdeiro dos antigos senhores de engenho.

Sant'Ana informa, em sua obra, que a quantidade de engenhos bangüês aumentou extraordinariamente com o decorrer do tempo. Já no século XVIII ultrapassava uma centena, multiplicando-se no século XIX, chegando perto do milhar no início do século XX (964 em 1905).

Esse crescimento impediu o avanço da policultura em propriedades de pequeno porte. Aliás, o sistema de colonização voltado para um único produto – o açúcar – caracterizou-se pela latifundização. No caso de Alagoas, a grande expansão canavieira deu-se logo após o período holandês, que estudaremos nos capítulos seguintes. De poucos engenhos, com uma produção quase insignificante em meados do século XVII, já no século seguinte ultrapassava as outras regiões.[6]

Com a latifundização cresce também a dependência. Além do financiamento da produção do açúcar, os senhores precisavam sobreviver e manter seu status. Como não produziam os bens necessários para isso, recorriam a outros centros, muitos deles estrangeiros. No século XIX o predomínio da cana era tal, que todos os bens de primeira necessidade eram importados do Chile, do México, da Argentina e até da Índia, de onde vinha o arroz, informa Moacir Santana.

Na economia colonial pré-capitalista, o sistema concentra-se na produção do açúcar, seguindo os ditames metropolitanos e os interesses do comércio internacional. A produção *para dentro*, evidentemente, não poderia ser incentivada ao ponto de ameaçar a hegemonia da cana. Esta exigia a partilha da terra em grandes propriedades nas mãos de senhores poderosos que, sob o controle metropolitano, pudesse abastecer de açúcar os navios, rumo aos mercados

---

[6] A produção dos engenhos só seria ultrapassada pelas usinas em 1922. "Os processos de fabricação, rudimentares e de baixa produtividade, eram ainda nos engenhos os mesmos de muitos anos atrás," embora já no século XIX tenham sido introduzidos alguns melhoramentos técnicos, como as máquinas de força centrífuga para classificar ou cristalizar o açúcar", como assegura Moacir Santana (op. cit., pp. 288 e 297).

europeus. Não poderia haver concorrência de outros produtores, que levaria, inevitavelmente, muitos proprietários à diversificação no uso de suas terras.[7]

O desenvolvimento das forças produtivas era entravado por uma superestrutura com resquícios medievais – o ideal de nobreza, o afidalgamento, era o objetivo de quem se dispunha a vir para a colônia. Quase todos eram convencidos pela visão edênica do Brasil, ideologia elaborada pelo estamento dirigente, que prometia grandes oportunidades de enriquecimento e de realização pessoal. Na realidade, todos viam-se presos às amarras do pacto colonial, obrigados a dedicar-se à produção ou ao comércio do açúcar, nas condições estabelecidas pela Corte (e também pela WIC, durante a ocupação). A produção *para dentro* não recebia nenhum estímulo, restringindo-se àquela para consumo imediato e não para a mercancia. Após a Restauração, o rigoroso fiscalismo passou a visar também esta produção, à medida que se estabelecia a troca de produtos (couro, carnes, aguardente, algodão, tabaco etc.) entre as várias regiões.

Com relação a isto, vale lembrar que

> Em troca do açúcar e de outros produtos de valor os senhores de engenho recebiam da metrópole, a que remetiam suas safras anuais, fazendas, vinhos, baixelas, máquinas e todos os demais artigos de que necessitavam para seu conforto e os progressos de suas empresas. No comércio interno as transações também se operavam freqüentemente com a permuta de gêneros, fazendo-se os pagamentos mais em natura do que em espécie, como em geral nos sistemas de economia elementar... (AZEVEDO, F. de, op. cit., p.58).

A formação de um mercado interno, por isso mesmo, ou seja, a quase ausência de circulação monetária, era bastante dificultada.

Não conseguimos verificar os custos e preços de produtos como a farinha, principalmente, que abastecia Pernambuco, como vimos em Verdonck. Cremos que se aplica, aqui, a constatação de que "os vendedores (produtores) não dispõem de uma noção clara do valor dos produtos" (SANTOS, 1984, p. 64), numa realidade colonial onde predominam relações de produção escravistas. Ou ainda, segundo o mesmo autor, um pouco antes da passagem acima: "As relações entre produtores somente transformam-se num intercâmbio permanente quando a divisão social permitir o desenvolvimento de proprietários privados autônomos [...]; somente então poderemos nos referir a uma produção mercantil objetivada pela troca". O isolamento cultural, social e geográfico (bem como a superestrutura dominante) dificultava

[7] A esse respeito, isto é, ao sentido da colonização no contexto do capitalismo mercantil e à possibilidade de desenvolvimento, na colônia, de uma produção *livre*, ver as análises de Fernando Novais (1989, pp. 57-116) e Vera Ferlini (op. cit., pp. 13-59).

o relacionamento entre os produtores, e também a normalização de relações comerciais com a sede e o restante da Capitania.

Com relação a esta produção *para dentro*, pode-se argumentar que tudo era para consumo interno do próprio engenho ou do lavrador, pois não havia *mercado* (no sentido da existência de um sistema de troca, compra e venda).[8] A questão não é esta (haver mercado ou não). Todo o sistema era estruturado em função do produto para exportação (o açúcar), mas havia a necessidade do abastecimento interno, e o território sul da Capitania apresentava, desde cedo, tendência para se tornar a fonte desse abastecimento, o que poderia constituir uma economia diversificada. Esta tendência foi suspeitada por Maurício de Nassau. Diegues Jr. (1980, p. 100-101) assinala que, em 1641, com Alagoas quase completamente despovoada, Nassau tentou fazer da região a "fonte de produção para Pernambuco, já entregue á monocultura açucareira". No plano proposto para povoar Alagoas, "Nassau afirmava que durante o tempo em que Alagoas esteve despovoada, o Brasil (holandês) nunca pôde manter-se com os seus próprios recursos, tendo necessidade de recorrer a víveres importados". Infelizmente o plano não foi executado.

2.3 - O ELEMENTO PERTURBADOR

Neste segmento, atentaremos para o período da ocupação, destacando a realidade de *terra devastada*. Veremos também alguns aspectos peculiares da Nova Holanda e suas propostas colonizadoras do território alagoano. Serão feitas algumas considerações sobre o movimento da restauração e o caráter *popular* da insurreição.

O desembarque e a conquista de Olinda e Recife foram relativamente fáceis. A conquista da zona da mata foi mais demorada, só se concretizando após 1635, quando os holan-

---

[8] A inexistência de algo que se possa chamar de "mercado" já é percebida com a leitura da obra de Fr. Vicente do Salvador, que relata a conclusão desalentada de um bispo de Tucumán em trânsito para a Corte, que "notava as cousas e via que mandava comprar uns frangões, quatro ovos e um peixe para comer e nada lhe traziam, porque não se achava na praça nem no açougue e, se mandava pedir as ditas cousas e outras mais às casas particulares lhas mandavam. Então disse o bispo: verdadeiramente que nesta terra andam as cousas trocadas, porque toda ella não é república, sendo-o cada casa. E assi é que, estando as casas dos ricos (ainda que seja à custa alheia, pois muitos devem quanto têm) providas de todo o necessário, porque têm escravos, pescadores e caçadores que lhes trazem a carne e o peixe, pipas de vinho e de azeite que compram por junto, nas villas muitas vezes se não acha isto de venda." (SALVADOR, 1931:16/17).
Bem antes do bom frade, Gandavo já informava sobre os colonos: "A primeira coisa que mandam adquirir, são escravos para nellas [suas terras] lhes fazerem suas fazendas e, si huma pessoa chega na terra a alcançar dous pares, ou meia dúzia delles (ainda que outra cousa nem tenha de seu), logo tem remédio para poder honradamente sustentar sua família: porque hum lhe pesca e outro lhe caça, os outros lhe cultivão e grangeão suas roças e desta maneira *nem fazem os homens despeza em mantimentos com seus escravos nem com suas pessoas.*[grifo nosso]". GANDAVO, 1964:34).

deses estenderam seu domínio até Porto Calvo. A região sul da Capitania foi assolada. Em nosso território, ocorreram fatos bastante significativos na primeira fase e início da terceira. Alagoas foi devastada durante a conquista, principalmente no momento do *êxodo pernambucano*, quando Matias de Albuquerque fugiu desordenadamente para a Bahia, mas foi também o primeiro território da Capitania a ser restaurado. De 1637 a 1643, portanto durante seis anos, houve uma relativa paz. Uma paz bastante relativa, pois, mesmo no governo de Nassau, com o território já ocupado e as vilas sob o controle holandês, muitas escaramuças ocorriam, provocadas pelos luso-espanhóis comandados pelo Conde Bagnuolo e afugentados para o outro lado do São Francisco, que, vez por outra, atravessavam o rio e devastavam e saqueavam a região, alcançando, algumas vezes, até mesmo Porto Calvo. No *Relatório sobre o estado das Capitanias conquistadas...*, Adriaen van der Dussen (1981, p. 226 e 227) alertava sobre a ameaça constante vinda da Bahia: "[...] enquanto os espanhóis forem senhores da Bahia terão sempre muitas oportunidades para nos molestarem, tanto por terra quanto por mar". E cita o Rio São Francisco como caminho que, "mesmo guarnecido não impediria que os campanhistas o atravessassem [...] ocultamente", e causassem prejuízos, por exemplo, provocando incêndios nos canaviais. O perigo baiano, um "ninho de formigas, de onde procedem incessantemente tantos bandos de perturbadores do sossego do país e de causadores de permanente estado de alarme", faz Dussen sugerir um ataque.

Pelas descrições dos cronistas da época e dos historiadores mais abalizados, podemos imaginar a situação geral do território desde o início da ocupação. "A sua passagem era assinalada por fazendas arrasadas, engenhos de açúcar e canaviais lançados em chamas. 'Como uma caudal de fogo', queixava-se o inglês John Goodlad, 'atravessa precipitadamente a terra essa gente brutal'", informa Wätjen (1938, p. 134), referindo-se às incursões guerrilheiras dos íbero-brasileiros durante a primeira fase da conquista. Na realidade, as atrocidades eram cometidas pelos contendores, sem distinção de bandeira:

> [...] as guerrilhas de emboscada eram de parte a parte realizadas com terrível crueldade, e assim não terão seguramente sido destituídas de fundamento as queixas levantadas sobre as barbaridades holandesas por Calado, Brito Freyre, Raphael de Jesus e Robert Southey que lhes serviu de eco. [...] O que os cronistas portugueses nos contam dos vergonhosos crimes dos holandeses, fontes holandesas referem em relação aos excessos cometidos pelas hordas de Bagnuolo." (WÄTJEN, cit., p. 135).

Em um dos textos holandeses fundamentais sobre o período, encontramos referências pouco elogiosas sobre os adversários (os locais, aqui incluídos os *aproveitadores* da situação) e uma constatação de que os flamengos também faziam das suas:

> Teem (os locais) um só intento: extorquirem dinheiro aos senhores de engenho, saquearem quanto encontram e despojarem das armas os nossos soldados vagueantes. Asseveram, porém, ser-lhes vedado incendiar os canaviais e fazer devastações. Também rodam por toda a parte, não sujeitos a nenhum laço de fidelidade ao rei e sem soldo dele, salteadores negros e mulatos, que causam aos habitantes do campo grandes danos, conhecendo esconderijos e sabendo escapulir-se. [...] Foram castigados alguns holandeses que, em Alagoas e Porto Calvo, vexaram criminosamente o povo com saques e extorsões". (BARLÉU, 1974, pp. 147 e 192).

Enfim, assim é a guerra: não há complacência de ambos os lados, e o palco onde se desenrola arca com as conseqüências durante longo tempo. Alagoas, naquela encruzilhada de sua história, prejudicou-se sensivelmente no processo de desenvolvimento de suas forças produtivas, cujas tendências, como já frisamos, estavam delineadas. Ali, naquele momento, houve mesmo uma mudança de rumo.

De 1636 (neste ano, por sugestão do Coronel Arciszewsky, um dos mais experimentados e reconhecidos comandantes das forças invasoras, a região entre Paripueira e Porto Calvo foi totalmente devastada, com o incêndio de roças, canaviais, engenhos e casas) a 1641, Alagoas fica quase totalmente despovoada. Nassau propôs planos de povoamento, lembrando que Alagoas era, antes, um verdadeiro *celeiro* para a colônia. Voltaremos, mais adiante, a comentar a preocupação nassoviana com a colonização da parte sul da Capitania..

Retomando o relatório de Dussen, referido acima, dele extraímos algumas informações úteis para o nosso intento. Discorrendo sobre a Capitania de Pernambuco, o documento esclarece que esta dividia-se em seis jurisdições, sendo as três mais ao sul: P. Calvo, de Pirassununga até Paripueira; das Alagoas, "de Paripueira até o Rio São Miguel, inclusive"; a do Rio S. Francisco, a partir de S. Miguel até o grande rio, "que é o limite sul da Capitania". Entre as cidades, cita as povoações de P. Calvo, das Alagoas do Norte e do Sul, "das quais algumas delas são como pequenas cidades". Entre as freguesias existentes (8 na jurisdição de Olinda), nenhuma situa-se no território alagoano (provavelmente incluído na que ficava "mais ao sul, a de Ipojuca").

Descreve a seguir a situação dos engenhos das Capitanias:

- Pernambuco, 121 engenhos., "dos quais cerca de 87 moem";
- Itamaracá, 23 engenhos., 14 moendo;
- Paraíba, 20 engenhos., "dos quais somente dois não moem";
- Rio Grande, com 2 engenhos., um arruinado e o outro moendo.

Em todo o Brasil holandês havia, pois, "166 engenhos., dos quais 120 moem este ano (1640) e [...] muitos estão sendo restaurados e replantados, de modo que aumentarão anualmente as safras e de ano a ano em maior número serão os engenhos. em atividade".

A situação dos engenhos no território alagoano, segundo Dussen, é a seguinte:

Jurisdição de Porto Calvo:

1 – Engenho de Manoel Ramalho, "agora pertencente a David de Vries – arruinado, mas sendo reparado e replantado".

2 – dos Alpoïns – arruinado

3 – do Morro, de Rodrigo de Barros Pimentel – moendo, com 43 tarefas e 3 lavradores (cita os nomes)

4 – Santo Antonio, também de Pimentel – mói, com 49 tarefas e 3 lavradores

5 – S. Francisco, de Manuel Carvalho de Queiroga (no *Breve Discurso...*, aparece um engenho em nome de Manuel Camelo) – mói, com 23 tarefas e 2 lavradores

6 – de Cristóvão Botelho – arruinado

7 – Novo, também de Botelho – arruinado

8 – de Bartolomeu Lins d'Almeida (não aparece no *Breve Discurso...*) – mói, com 63 tarefas e 4 lavradores

9 – de Cristóvão Dias Delgado – arruinado

10 – de Domingos Gonçalves Margaen – mói, com 42 tarefas e 3 lavradores

No *Breve Discurso...* , de 1638, Dussen relaciona apenas 9 engenhos em P. Calvo.

Jurisdição das Alagoas:

ALAGOA DO NORTE:

1 – Nossa Senhora da Ajuda, de François Cloet (no *Breve Discurso...*, provavelmente era o engenho de Sebastião Dias) – mói, com 57 tarefas e 3 lavradores

2 – N. S. da Encarnação, de Antônio Martins Ribeiro – mói, com 41 tarefas e 3 lavradores

3 – de Lucas de Abreu, "está arruinado e foi confiscado".

ALAGOA DO SUL:

1 – Engenho Novo Nossa Sra. do Rosário, de Gabriel Soares – mói, com 95 tarefas e 5 lavradores (entre estes consta um Manuel da Fonseca – um provável antepassado do Marechal proclamador da República?)

2 – Engenho Velho, de Domingos Rodrigues d'Azevedo – mói, com 100 tarefas e 4 lavradores (novamente aparece o nome de Manuel da Fonseca) – não aparece na lista do *Breve Discurso...*

3 – Engenho S. Miguel, de Martys Mendes – "não moerá" (no *Breve Discurso...* há um engenho "do Barbalho" no rio de S. Miguel).

No relatório de 1638 (o *Breve Discurso...*), também são listados 6 engenhos na jurisdição das Alagoas, mas lá aparece o engenho de Henrique de Carvalho, e aqui não. Provavelmente é o engenho Velho, de Domingos R. d'Azevedo.

São relacionados, portanto, ao sul da Capitania, 16 engenhos (9 moendo). No *Breve Discurso...* de 1638, encontramos 15, que "em razão da guerra e de terem por aí passado recentemente os exércitos de um e outro lado, estão sem dúvida muito arruinados". Em dezembro de 1639, parece que alguns engenhos já tinham voltado à atividade, alguns com novos donos.

Como se pode verificar, a situação da economia açucareira não era das melhores, persistindo assim durante todo o período. Alguns anos depois de van der Dussen, outro relatório, agora dos Conselheiros J. Walbeeck e H. Moucheron (1887, p. 158), confirma esta assertiva. Após informarem que "toda a parte setentrional da Lagoa do Sul presentemente não está povoada" e que também na Lagoa do Norte muitas terras estavam completamente inexploradas, acrescentam: "No distrito das Alagoas se encontram seis engenhos. Três na Lagoa do Sul e três na do norte. Tem excelentes terras para pastos e canaviais; mas, pela pobreza dos donos, ainda este ano não poderão ser postos em estado de moer."

Ao longo do relatório, Walbeeck e Moucheron sempre destacam as qualidades das terras para as plantações e para a criação de gado.

Foi a economia açucareira "a atração dos holandeses para o nordeste", nas palavras de Manuel Diégues Júnior. Mas, embora Nassau tenha proposto o repovoamento do território sul da Capitania para torná-lo fonte de abastecimento da colônia, isto

> [...] não foi feito. Alagoas permaneceu na mesma situação [...]. A destruição, de fato, atingiu aos principais, senão a todos os engenhos de açúcar então existentes no território alagoano: e o período holandês, restabelecidas as tréguas que se prolongaram até 1645, não permitiu o ressurgimento da cultura da cana de açúcar. O flamengo se preocupou com a vida urbana, e esqueceu a organização rural. E os senhores de engenho tiveram de preocupar-se menos com a reorganização de seus engenhos que com o preparo da luta contra os invasores. (DIÉGUES Júnior, 1980, p. 101).

Diégues Júnior refere-se à luta pela restauração conduzida pela elite açucareira local contra a WIC, quando esta passou a cobrar rigorosamente seus créditos concedidos e refinanciados durante o governo de Maurício de Nassau.

No período nassoviano a Nova Holanda apresentava características que faziam supor ser possível a convivência de formas diferentes de conduzir a vida social e econômica. Para efeito de nossa análise, podemos salientar alguns aspectos peculiares da organização e funcionamento do Brasil holandês que demonstram o contrário.

Na fase da conquista, a maioria dos senhores e engenho de Pernambuco retirou-se para o sul, em direção à Bahia. Incentivados por Nassau, muitos regressaram e tomaram empréstimos à WIC e prestamistas para reativar a produção de açúcar. Ressalta José Antonio Gonsalves de Mello (1979, p. 116-117) que esse endividamento dos senhores "nada teria de importante – porque endividados tinham vivido até então - se eles não tivessem perdido ao mesmo tempo o poder político" com a criação das Câmaras de Escabinos em 1637. Os senhores também faziam parte das Câmaras, mas não detinham o seu controle, pois eram compostas em partes iguais por holandeses e portugueses (aqui incluídos os brasileiros) e a presidência cabia sempre a um holandês. Este era o Escolteto, que acumulava as funções de Chefe administrativo do município (ou distrito), Promotor de Justiça, Exator de Fazenda e Chefe de Policia. Como eram absenteístas (nunca estavam presentes às sessões, alegando a ocupação com os negócios ou respeitando os dias santos, em número muito grande), as representações encaminhadas pelas Câmaras atendiam quase sempre aos interesses dos comerciantes, capitalistas e outros, como os judeus. O absenteísmo dos senhores de engenho, acostumados a controlar as anteriores administrações locais através de seus prepostos, levou algumas Câmaras, como a de Maurícia, a propor que sua composição fosse toda de holandeses.

Os Escabinos, aos poucos, alcançaram grande influência e cometiam excessos em suas jurisdições. Em seu *Relatório...* de 1639, van der Dussen (*apud* MELLO, 1981, p. 194), informava: "Os encargos do escolteto são intoleráveis aos moradores portugueses, que dizem que se trata de função desnecessária e supérflua, cuja única atribuição é a de meter a mão no bolso dos moradores."[9] Representavam os Escabinos, na verdade, os interesses da classe burguesa surgida com a dominação holandesa – classe composta por comerciantes, capitalistas credores dos senhores de engenho, negociantes de escravos, representantes de firmas européias, profissionais liberais. Para compreendermos melhor como funcionavam essas Câmaras, vale a pena recorrer a Calado (1945, p. 147):

> [...] como os Escabinos portugueses poucas vezes se ajuntavam todos quatro [a Câmara era composta por quatro holandeses e quatro portugueses], por morarem em lugares distantes, e os flamengos estavam ao pé da obra, sempre eram mais os votos dos flamengos, e assim sempre a justiça, ou injustiça, pendia para a parte dos flamengos, e quando os Escabinos portugueses se ajuntavam todos, se punham os flamengos a falar uns com os outros na sua língua, e davam o despacho como lhes parecia, e o punham diante dos Escabinos portugueses, os quais por força, ou por grado assinavam o que os flamengos queriam.

---

[9] A corrupção entre os flamengos parece que vinha (também) de cima. Pierre Moreau, na sua *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses...* (Belo Horizonte/S.Paulo, Itatiaia/Edusp, 1979, p.29) acusa Nassau de corrupto: "[...] à menor suspeita de agitação [...] o Conde João Maurício de Nassau mandava prender os chefes e principais que não se livravam de suas mãos antes de unta-las."

Mais adiante (p. 290), confirmando esse caráter *democrático* das Câmaras de Escabinos, diz Manuel Calado:

> [...] dado caso que se ajuntassem todos como a coisa ia por votos, sempre os holandeses prevaleciam, porque tanto que eles se inclinavam a uma parte não havia remédio, senão dar-se a sentença, por quem eles queriam, porque quando os portugueses replicavam, e a causa ia apelada, ou agravada para o Conselho Político, sempre o parecer dos juízes holandeses saía confirmado; e assim mais o que os holandeses queriam, [...] porque só com a firma dos flamengos se dava logo à execução.

Mário Neme, em *Fórmulas Políticas no Brasil Holandês* (1971, p. 238), contesta Gonsalves de Mello quando este assevera que o prestígio dos Escabinos fundamentava-se na classe burguesa surgida com a dominação holandesa e que havia uma característica democrática na formação da Câmara. Sem querer entrar no debate, pois não é este o nosso objeto de estudo, lembremos apenas que a metade da Câmara era composta por holandeses, mas seu presidente (o Escolteto) era sempre um holandês...

O desprestígio político e econômico (embora responsáveis pela principal fonte de riqueza da colônia), as pressões dos credores, ameaçando-os constantemente com a execução judicial de suas dívidas, levaram os senhores de engenho a desencadear a revolução restauradora. Se os interesses canavieiros não tivessem sido contrariados, certamente seria bem mais difícil, senão impossível, a retomada colonial portuguesa nesta região.

Da mesma forma, se a WIC tivesse colocado em prática as propostas de Nassau de colonizar efetivamente a região, em especial o território sul, provavelmente seriam plantadas as condições para a germinação de uma sociedade fundada em princípios bem diferentes do modelo ibérico implantado mas ainda não consolidado. Mas, como acentuamos na nossa panorâmica, a WIC não tinha nenhuma preocupação colonizadora ou *civilizatória* – seus interesses eram puramente comerciais.

Nos documentos holandeses (Relatórios e Cartas enviadas ao Conselho Supremo da Companhia), produzidos por quem estava envolvido diretamente com o processo da conquista, são insistentes as propostas de povoamento e colonização da área da Capitania que se mostrava promissora como fonte de abastecimento interno e, também, de produtos para exportação (aqui considerado, é claro, mas não exclusivamente, o açúcar). Estava implícita, evidentemente, nesses documentos, uma preocupação estratégica, pois, enquanto o território sul permanecesse despovoado e isolado, seria facilitado o acesso de tropas vindas da Bahia, como

já ocorria com os grupos de campanhistas que atravessavam o rio São Francisco e perturbavam constantemente a vida local. Nunca é demais lembrar que esta região foi a primeira a ser restaurada quando as lutas pela libertação foram intensificadas.

A preocupação com o abastecimento interno decorria também do estado de penúria em que se encontravam as tropas neerlandesas no Brasil. O Governador D. van Weerdenburch , já em 1631, reclamava em suas cartas aos Estados Gerais, da precariedade de víveres e *outros* recursos que enfrentava, alertando para o perigo que representava uma tropa insatisfeita, pois mal alimentada e mal paga, dificultando sobremaneira o alcance dos objetivos da Companhia. Ainda mais quando esses soldados são, em sua maioria, mercenários experimentados em situações menos adversas, em regiões "onde [...] tinham em abundância o que comer e beber" (DOCUMENTOS..., 1945, p. 90). O mesmo Governador também referia-se, como Calado o faz mais tarde, às condições internas da Capitania antes de sua chegada: "[...] tal região, que foi possuída durante mais de 70 anos sem guerra nenhuma, tem sido tão cultivada, que, sem falar no vinho e no óleo, pode prover suficientemente às suas próprias necessidades" (id., p. 74). Weerdenburch dirigia-se aos seus superiores pouco mais de um ano após a invasão da Capitania. Destacava as qualidades de terra, mas já começava a sentir que as coisas não seriam tão fáceis se providências não fossem tomadas para garantir o abastecimento. Alguns anos depois, a penúria era tão grande que "João Maurício bradava que até os próprios ratos estavam morrendo de fome nos armazéns" (BOXER, 1961, p. 129).

Dussen, no *Relatório...* de 1639 (*apud* MELLO, 1981, p. 206-213), descreve uma situação de penúria que, certamente, não era do conhecimento das forças luso-espanholas, pois, do contrário, a restauração seria antecipada.

> Fortes sem víveres não podem ser mantidos por muito tempo. [...] Tivesse o inimigo nos atacado, não saberíamos nós, [...], como manter em campo o nosso exército, porque nos nossos armazéns não teríamos podido obter senão um pouco de pão duro, carne seca etc. [...]. Do país nada se poderia esperar, porque em todo o Brasil não há um lugar onde um exército possa encontrar o alimento necessário; seria por isto imprescindível lançar mão de gado, dos bois de trabalho e de carro dos engenhos, e abatê-los. Mas isto representaria a ruína dos engenhos e, em conseqüência, a decadência do Brasil.

Dussen reclamava que a Companhia não tinha atendido os apelos anteriores (mais dinheiro e víveres), mostrando o engano daqueles que defendiam "junto a V. Excias. que o povo deve ser sustentado com o que produz o país."

Quanto aos planos para o povoamento, podemos extrair do Relatório algumas passagens importantes: "[...] é necessário encontrar meios para atrair maior número de habitantes

da Pátria para cá e dispersá-los por todo o país e aí se multiplicarem – Não devemos, porém, omitir que não é conveniente a remessa de colonos de mãos vazias", e a eles deviam ser concedidos alguns privilégios (como, por exemplo, a isenção total ou parcial do imposto do dízimo) para estimular a aquisição de terras no interior ("muito para o interior", onde "estão terras virgens incultas"), pois "todas as boas terras já têm proprietários", sendo "necessário encontrar meios para atrair povoadores para aquelas regiões". Não só para cultivar as terras apelava van der Dussen para o envio de gente. Solicitava também "artífices como ferreiros, carpinteiros, caldeireiros, alfaiates, sapateiros, marceneiros, fabricantes de cadeiras, vidraceiros, oleiros de louças e tijolos, picheleiros, seleiros e outras mais profissões." Informava que "muitos desses artífices recebem um bom salário" – um profissional chegava a ganhar 6 florins por dia, sendo que nos engenhos pagavam-se maiores salários.

Ao propor o envio de mais gente para o Brasil, Dussen argumentava também com preocupações sociais:

> Há na Pátria artífices em grande número e ainda com mulher e filhos e que não sabem o que fazer para obter o sustento, alguns vivendo de esmolas, os quais podem ser estimulados a embarcar para cá, com o que os esmoleres ficariam aliviados e este país povoado. Este meio é muito superior ao usado pelo Rei da Espanha, que enviava os malfeitores acusados de toda a espécie de abusos – em vez de castigá-los com a justiça – para degredo no Brasil, com o fim de povoá-lo; os quais davam origem a uma raça de gente que até agora não faz distinção entre o bem e o mal.

Enfim, van der Dussen afirma:

> Por três espécies de homens é que deve o Brasil ser povoado: a primeira, a dos que trazem dinheiro da Pátria [...]; a segunda, a dos que vindos da Pátria exercem uma boa profissão e, tendo sido bem sucedidos, se fixam também na terra; a terceira, a dos que vindos a serviço da Companhia e decorrido o prazo dos respectivos contratos, aqui empregam o dinheiro amealhado dos salários percebidos. [Salientando que os colonos] devem comprar alguns negros, porque sem negros nada se pode cultivar aqui, e nenhum branco – por mais disposto ao trabalho que tenha sido na Pátria – se pode dedicar no Brasil a trabalhos tais, nem mesmo consegue suportá-lo; parece que o corpo, em conseqüência da mudança tão extremada de clima, perde muito do seu vigor, [o autor destaca que os colonos holandeses tinham restaurado] um grande número de engenhos e canaviais destruídos, tornando-se de novo valiosos, com o que o Brasil se engrandece notavelmente e continuando assim no prazo de um a três anos chegará a um ponto de progresso jamais atingido no tempo do Rei, com a condição de que o preço do açúcar volte ao que era, visto que há pouco decaiu.

Também Walbeeck e Moucheron, no *Relatório sobre o estado das Alagoas em outubro de 1643*, analisam as condições locais e sugerem ações para o povoamento e melhor aproveitamento da região. Fazem uma observação que também se aplica aos colonos portugueses: os colonos holandeses que vinham para o Brasil eram pessoas "de ordinário pouco

abastadas" e, quando conseguiam fazer um bom pecúlio, "esforçam-se por voltar à pátria com os seus haveres, a aplicarem à agricultura o seu conquistado capital. [...] Não é isto um pequeno embaraço para dar-se firmeza à colonização dos nossos". Finalizando o relatório, Walbeeck e Moucheron propõem que a guarnição do distrito (as Alagoas) "se componha de gente casada" e que seja pago pontualmente todo o seu soldo e pensão alimentícia "para que não procurem mudar de guarnição ou partir para a pátria", estimulando-os para que "se esforcem por passar melhor, e para isto terão nas Alagoas ensejo mais favorável do que em qualquer outro lugar do Brasil". Aqui, além das terras boas, "a região é tão piscosa que, além de terem peixe barato, o poderão exportar em abundância. Em circulando dinheiro, não é duvidoso que cada qual cuidará de tirar proveito da plantação, criação de gado grosso ou miúdo".

Informa também o relatório que, antes, havia uma grande navegação para exportação de víveres para o Recife. Conclui o relatório: "Por todos os modos se deve trabalhar para este fim, se se quiser ver estas conquistas em um estado florescente."

Além dos documentos acima referidos, as Cartas de Maurício de Nassau também apelavam veementemente para a mudança da política da Companhia com relação ao Brasil. No período nassoviano, a partir de 1637, o governo da Nova Holanda, agora com mais eficiência, tratou de consolidar a ocupação do território sul. Nassau, além de expulsar as tropas adversárias para o outro lado do rio São Francisco, passou a preocupar-se com projetos de colonização que viabilizassem o sul da Capitania como fonte de produção de bens e riquezas. Em suas Cartas aos Diretores Gerais da WIC, como nos mostra originalmente Barléu, falava dos encantos e das qualidades do solo, das pastagens e dos grandes rebanhos bovinos, e propunha o envio de colonos para o repovoamento da região. Infelizmente, os Diretores Gerais e Acionistas visavam tão somente os lucros imediatos, e não estavam propensos a investir em planos para o futuro incerto. Para eles, intransigentemente mercantis,

> [...] o Brasil era uma esponja que cumpria espremer até onde se pudesse. Nenhuma outra preocupação tinham senão 'por meio da distribuição de altos dividendos, manter estável a cotação das ações', nenhum outro desejo senão auferir desses papéis o maior lucro possível. (WÄTJEN, 1938, p. 311).

Barléu, em seu livro laudatório, refere-se em vários momentos às propostas colonizadoras de Nassau, todas irrealizadas pela WIC. Sobre a região em foco, diz o cronista que, por volta de 1642, ocorreu

> [...] extrema necessidade de mantimentos [...]. Não se acreditava que houvesse outro remédio para tal carestia senão a diligente cultura das terras em Alagoas. Decla-

> ravam os portugueses que outrora nem o Brasil os havia provido de virtualhas, sendo-lhes preciso pedi-los a Portugal ou aos ribeirinhos do São Francisco. Decidiu-se, pois, empregar toda a diligência em colonizar as Alagoas. [Nassau] pôs à frente deste importante negócio Henrique Moucheron, a quem confiou a administração das províncias das Alagoas, Porto Calvo e São Francisco. (BARLÉU, 1974, p. 259).

Já em 1637, em carta ao Príncipe de Orange, reproduzida por Barléu (cit., p. 45-46), assim expressava-se Maurício de Nassau com relação às terras do sul (Maurício percorreu estas terras quando retornava de Penedo, após a perseguição às tropas luso-espanholas em fuga para a Bahia):

> Seguindo cerca de 53 léguas encontrei todo um país que, penso eu, dificilmente seria superado em amenidade e moderação do céu. [...] Rasgam-se planícies numa extensão de dez milhas a fio, regadas por cursos de água temporários e por arroios que fluem tranqüilos. Aqui e ali vagueiam animais, que pastam em manadas de 1.500, 5.000, 7.000 cabeças. Pasmei e não acreditaria nestas maravilhas, se não as contemplasse com estes olhos. Só de habitadores carece a terra, e pede colonos para povoar e cultivar os seus desertos. [...] Sem colonos nem podem as terras ser úteis à Companhia, nem aptas para impedir as irrupções dos inimigos.

Nesta carta, Nassau informa que tinha solicitado ao Conselho dos Dezenove que "mandasse para aqui os refugiados alemães, que, desterrados e com os bens confiscados, se acolheram na Holanda" ou, caso não fosse possível desta forma, "que se abrissem as prisões de Amsterdam e se mandassem para cá os galés, para que, revolvendo a terra com a enxada, corrijam a sua improbidade, lavem com seu suor honesto a anterior infâmia e não se tornem molestos à República, mas úteis".[10]

Nassau também clamava: "Ao capitalista todas as portas estão aqui abertas". O brado convocatório de Nassau soa como um apelo desesperado diante da ingente necessidade de colonos com recursos, pois "colonos pobres nenhum proveito trazem a uma terra como o Brasil". Em 1636, o Conselho Político pretendia trazer da Holanda cerca de 3.000 camponeses, pois

> deles é que necessitava em primeiro lugar a terra, em suas aflitivas circunstâncias. Mas os camponeses não vieram. O solo natal os conservava presos. A gente abastada [os capitalistas que Nassau receberia efusivamente] por sua vez, [...] não queria empregar o seu dinheiro em terras de lavoura no Brasil" (WÄTJEN, cit., p. 380).

---

[10] Ao término de sua *História...*, Moreau (op. cit., p. 88) cita como um dos motivos do fracasso holandês no Brasil, o fato "de não ter feito povoar o país à medida que o iam conquistando, pelos seus próprios súditos naturais; para esse fim, deveriam ter reunido um número suficiente de pobres e necessitados, enviando-os para ali, para onde desterrariam igualmente os proscritos e os homens de má catadura, repartindo com uns e outros as terras férteis, entre determinados casais."

Preferiam, claro, comprar ações da WIC...

A visão edênica que iludia os ibéricos também se manifestava entre os batavos. Estes, porém, não se ajustavam aos esforços de trabalho no campo. De fato, "reduzido era o numero dos que procuravam o campo, para trabalhar nas plantações e adquirir o dinheiro necessário à compra de uma pequena lavoura ou herdade" (WÄTJEN, cit., p. 380). Como dizia Nassau em suas cartas, "eles aqui só procuram vida fácil e elevado ganho, o que desejam é enriquecer da noite para o dia".

A inaptidão dos holandeses para a vida colonial produtiva talvez seja possível creditar-se ao caráter mercantil de sua sociedade republicana. Dos chegados ao Brasil, "só um ou outro arriscava-se a abandonar a cidade pelas plantações de cana", como lembra Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*. Quando tentou-se enviar camponeses, estes "deixavam-se ficar [na Holanda], aferrados aos seus lares. Não os seduzia uma aventura que tinham boas razões para supor arriscada e duvidosa" (HOLANDA, 1994, p. 34).

Sobre o malogro dos planos de colonização na Nova Holanda, Charles Boxer contraria, em parte, aqueles que afirmam a incapacidade (*natural* ou pelas características mercantis da sua sociedade) dos holandeses para o trabalho árduo na terra:

> [...] o seu insucesso em manter domínio efetivo sobre o interior deveu-se, pelo menos em parte, ao fato de não terem sido mais de três os anos (julho de 1642 a junho de 1645) em que isso foi possível. Durante dezessete dos vinte e quatro anos de existência do Brasil neerlandês nunca cessou inteiramente a luta na *várzea*, havendo ocasiões em que ela era muito intensa. Nestas condições, tornou-se demasiado dispendiosa, se não de todo impraticável, a colonização à custa de trabalhadores agrícolas do norte da Europa, como era repetidamente advogado por João Maurício. Se, durante o governo de João Maurício, tivessem os holandeses tido à sua disposição alguns anos mais de paz, é possível que se houvesse conseguido instituir em larga escala a emigração norte-européia. Isso é de admitir-se; mas é igualmente possível que, continuando a dominação holandesa, Pernambuco viesse a ser nada mais do que uma nova Surinam, isto é, uma colônia escravizada, da pior espécie. (BOXER, 1961, p. 203).

Boxer (cit., p. 209-210) também destaca o fato de que o Conde "fez o possível para diminuir os males da monocultura. [...] mas esses esforços produziram [...] poucos frutos, por causa da oposição teimosa dos lavradores e dos roceiros, que preferiam concentrar-se na lavoura de açúcar, por ser a mais rendosa."

Os invasores não conseguiram, ou não acharam conveniente, alterar o sistema de produção açucareiro, lastreado nas relações escravistas, e os *colonos* holandeses, na maioria soldados que recebiam pequenos lotes, não podiam aproveitá-los a menos que se vinculassem

a um senhor de engenho.[11] Essa "exigüidade da imigração holandesa para a zona rural da Colônia" (MELLO, 1979, p. 165), foi um dos motivos principais para o sucesso das lutas pela restauração.

Além do insucesso dos planos colonizadores da Nova Holanda, lembramos outros fatores já referidos, que confluíram para a retomada, agora sob novas perspectivas, do modelo colonial anterior a 1630.

Político e administrador hábil, Nassau veio para negociar politicamente com os senhores de engenho e a elite local. Chegou a convocar até mesmo uma Assembléia Geral, a primeira de que se tem notícia nas Américas (durou nove dias), com representantes de Olinda, Itamaracá, Igarassu, Porto Calvo e Serinhaém. Os senhores de engenho continuaram numa posição dominante na sociedade colonial, *acordando* ou aceitando o domínio holandês para manter suas propriedades. Também, os holandeses não sabiam produzir o açúcar – eram navegadores, mercadores e guerreiros, e não fazendeiros. Além do mais, não tinham objetivos verdadeiramente para a colonização, e nem contavam com a simpatia de outras camadas sociais além de parte dos senhores de engenho. Os *acordos* incluíam empréstimos para o financiamento da produção (a juros capitalistas, evidentemente, e com a hipoteca dos engenhos). A habilidade de Nassau como negociador permitiu sucessivas prorrogações dos prazos de vencimento dessas dívidas enquanto, logicamente, houvesse boa produção de açúcar. Com sua saída do governo local, e num contexto de sucessivas crises do açúcar no mercado internacional, a WIC e os prestamistas burgueses de Recife começaram a executar as hipotecas, colocando os senhores de engenho em difícil situação e ameaçando sua hegemonia na estrutura da sociedade colonial, com a perda de seus bens. Houve a reação, ou seja, os senhores, *patrioticamente*, organizaram a luta pela expulsão dos holandeses.

Aliás, com relação às lutas pela restauração, cabe aqui uma rápida observação: a *libertação*, ao contrário do que tenta passar uma certa historiografia, não resultou de uma manifestação espontânea da massa ou do *povo brasileiro*. Sobre a participação do *povo*, principalmente dos negros, nas lutas, M. Diégues Jr. (op. cit., p. 168) afirma, corroborado por Gilberto Freyre: "Moradores e cabras de engenho, gente do eito e da bagaceira, pessoal da moenda e da casa-grande, juntaram-se todos no mesmo sentimento de confraternização com os proprietários rurais, reagindo contra os holandeses". Não somos "marxistas dos inflexivelmente ortodoxos", como Freyre refere-se, no prefácio da obra de Diégues Jr., àqueles que não

[11] A distribuição da terra, desde o início, condicionava o receptor (sesmeiro) à razão do sistema: "[...] na colonização do Brasil, não se tratava de impedir a pequena propriedade, mas de impedir a pequena propriedade desvinculada do processo de produção hegemônico, dominado pelo capitalismo mercantil" (FERLINI, op. cit., p. 57).

seguem sua linha, mas considero bastante discutível a afirmação acima. O que determinou a reação dos senhores contra os holandeses, como vimos, foi a mudança no relacionamento da WIC com os produtores de açúcar. E o sistema patriarcal e quase feudal de relações sociais e de produção não permitiu outra alternativa aos negros e ao *povo* em geral, senão ficar ao lado dos senhores. Alguns, como Calabar, que tomaram outra atitude, pagaram com a vida por sua ousadia. A revolta não foi *popular*, até mesmo porque as camadas ditas populares não tinham nenhuma capacidade (nem consciência) organizativa. O *povo*, como sempre, estava sob o controle dos poderosos...

Com as Restaurações (da coroa portuguesa, em 1640, e do Nordeste brasileiro, em 1654), a política metropolitana acentuou o centralismo administrativo e a consolidação do domínio colonial, com a criação de novos instrumentos: o Conselho Ultramarino, para "impedir a desordem e os atritos da administração nas colônias de ultramar", e a Companhia Geral do Comércio para o Estado do Brasil. Esta e outras Companhias (do Maranhão, do Grão-Pará, de Pernambuco e Paraíba), criadas posteriormente, não seguiam o padrão das companhias inglesas e holandesas, pois privilegiavam o papel do Estado em detrimento dos capitais particulares. Alias, Portugal foi um dos últimos países europeus a formar Companhias de Comércio. Assim, cresce o fiscalismo, diminui a autonomia das Câmaras e aumenta a dependência dos senhores de engenho aos comerciantes da metrópole e àqueles que se fixam na colônia, intermediando os negócios. Cresce também a corrupção: em 1730, a Câmara das Alagoas reclamava ao Rei sobre o estado miserável do povo, culpando por isso (entre outros motivos), os "interesses econômicos dos comissários vindos da Corte" (AHU-AL.–Doc.65). A mesma Câmara, em 1732, solicitava ao Rei os mesmos privilégios e graças da cidade de Olinda para a Vila das Alagoas (AHU-AL.–Doc.73).

Ao concluir este capítulo, gostaríamos de fazer uma rápida referência ao processo de (re) distribuição de terras com a retomada da colônia pelos portugueses. Após a guerra holandesa, "postos e privilégios [são] concedidos aos guerreiros que libertaram Pernambuco, [...] requerendo os heróis de guerra ao soberano pensões e tensas, pelos serviços prestados" (FAORO, 1991, p. 194). Podemos exemplificar com uma Ordem Régia que encontramos nos arquivos do IHGAL, assinada por El Rei D. João 4°, em 09 de abril de 1654, mandando repartir com os soldados que participaram das lutas pela Restauração, as terras que pertenciam à Coroa em Pernambuco. Neste documento, do qual apresentamos uma transcrição a seguir, El Rei premia os soldados "se não como elles merecem, ao menos como he possível", considerando as dificuldades que enfrentava a Coroa após as lutas. A distribuição deveria ser feita "proporcionalmente ao merecimento de cada um", garantindo-se os seus privilégios mas, também,

ressalvando que "havendo algumas pessoas, que pretendão ter direito às ditas terras", estas poderiam reclamar "pelos meios ordinários".

Na transcrição abaixo, omitimos algumas palavras ou expressões que não conseguimos identificar mas que não prejudicam, cremos, o sentido do texto:

ORDEM RÉGIA ... El Rei D. João 4°, havia por Provisão de 9 de abril de 1654 mandado repartir com os soldados da restauração as terras que em Pernambuco pertenciam a Coroa naquele tempo:

"Eu El Rei, faço saber aos que Minha Provisão [virem], que tendo respeito ao grande valor com que se houverão os soldados do Arraial de Pernambuco na occasião em que lançarão os Hollandezes das forças do Recife, e a constancia e igualdade de animo, com que [sofrerão] os trabalhos daquela guerra. Desejando remunerá-los, se não como elles merecem, ao menos como he possível, e permitte o aperto em que as Guerras destes Reinos tem posto as cousas em todas as pastas: Hei por bem, a Me aprás que pelos ditos soldados se repartão as terras, que de qualquer maneira me podem pertencer nas Capitanias do Norte, que occuparão os Hollandezes ao tempo, que se começou aquela guerra; e que da mesma maneira se provejão nellas todos os officios de [...], Fazenda e Justiça, que [...] se houver de prover nas mesmas Capitanias, salvo as que requerem [...] tal, que se não ache nos ditos soldados, por não ser de sua profissão; e que a dita repartição de terras, e provimento de officios a [...] o Mestre de Campo Geral [Francisco] Barreto, e os mais Mestres de Campo das forças de infantaria que a farão proporcionalmente ao merecimento de cada um, com declaração que, havendo algumas pessoas, que pretendão ter direito às ditas terras e officios, a requererão pelos meios ordinários; e que esta resolução não prejudicará aos requerimentos, que as [...] , e pessoas de conta do mesmo Exército houverem de fazer para satisfação de seus serviços: Pelo que mando ao dito Mestre de Campo Geral, e Mestre de Campo das Forças, que em tudo cumprão e guardem mui pontualmente esta Provisão como nella se contém, sem duvidar, sem embargo algum, a qual sam servido que valhão como Carta passada em Meu Nome, por Mim assignada e passada pela Chancelaria, posto que por ella não passe, e que valhão como Carta sem embargo da ... Ordenação do Livro Segundo, título cincoenta e nove, trinta e nove, e quarenta em contrário; e se passam por duas [...] – Manuel de Oliveira, a fez em Lisboa, a nove de abril de mil, ... (1654). O Secretário Marcos Rodrigues ...

CAPÍTULO 3

O QUADRO TENDENCIAL

Até aqui, cremos que foram esboçadas as tendências para a diversificação econômica regional, restando-nos uma complementação do quadro para melhor fixação das razões que fundamentam a nossa hipótese.

3.1. MONOCULTURA OU DIVERSIFICAÇÃO?

Nos relatórios holandeses vemos, claramente, que as *bases sólidas* referidas por Manuel Diegues Júnior não eram de fato tão sólidas assim. Já no relatório de José Israel da Costa (1623), encontramos cerca de dez engenhos, sendo apenas um (o de Gabriel Soares da Cunha, na região das lagoas), considerado grande produtor de açúcar. Sete anos depois, Verdonck (1630) indica, de forma imprecisa, a existência de 5 ou 6 engenhos em "um lugar chamado Alagoas, onde há dois rios" (na verdade esses *rios* eram duas grandes lagoas, as atuais Mundaú e Manguaba, entre as cidades de Maceió, e Marechal Deodoro, a antiga Alagoas) e 7 ou 8 engenhos na região de Porto Calvo, mais ao norte. Não informa sobre nenhum engenho na região sanfranciscana. Ao todo, existiriam, segundo Verdonck, entre 12 e 14 engenhos, muitos arruinados. Em toda a região, do São Francisco a Porto Calvo, existiriam poucos habitantes mas "grande quantidade de bois e vacas por causa do excelente pasto". Mais tarde, os relatórios de van der Dussen, no final da década de trinta, indicam cerca de 16 engenhos, também quase todos sem produzir. Agora, evidentemente, com um grande motivo: as lutas em território alagoano, que ficou numa situação de *terra arrasada* após a ocupação. Esta situação é destacada por Walbeeck e Moucheron, em seu *Relatório...* de 1643. Para eles, os campos de Inhaú, no rio de São Miguel,

> são conhecidos como os mais belos pastos de todo o Brasil. [...] Antes da guerra existia ali uma incrível cópia de gado, e de presente não só se acham desabitados pelo homem, como quase não tem gado [...] Todas essas terras [a contar] do passo do rio são as melhores e mais belas pastagens do Brasil, e [...] estão presentemente desertas.

Embora tenham sido feitas algumas tentativas de recomposição econômica, no período holandês, para tornar a região a fonte de abastecimento da colônia, foram todas infrutíferas. Mesmo com relação à produção de açúcar.

Uma rápida visão do quadro geral da indústria açucareira de Alagoas mostra-nos, além do que já vimos no capítulo anterior, que a quantidade de engenhos e, conseqüentemente, a produção, cresceu bastante após o período holandês. Dos 16 engenhos (muitos de *fogo morto*) então existentes, passamos a mais de uma centena no século seguinte e, daí em diante, houve um crescimento acelerado da produção alcançando, na atualidade (agora não mais a partir de rústicos engenhos, mas de sofisticadas usinas), a segunda posição em todo o país, superada apenas pelo Estado de São Paulo.

Com relação aos séculos coloniais, principalmente os dois primeiros, a documentação sobre a produção açucareira é escassa. Muito menos quanto a outros produtos. Porém, baseados nos relatos de Gandavo, Brandônio, nos Relatórios holandeses já mencionados e nas obras de Diegues Júnior e Moacir Medeiros de Sant'Ana, também por nós referidos, podemos seguir a linha evolutiva dessa produção:

1. Em 1560, segundo Gandavo, a Capitania de Pernambuco tinha cerca de 23 engenhos. Não há indicações para Alagoas.
2. Em 1587, ainda de acordo com Gandavo, existiam cerca de 60 engenhos na Capitania, sem referências alagoanas.
3. Para o ano de 1590, Brandônio, nos *Diálogos...*, informa que existiam 66 engenhos em toda a Capitania. Por volta desse ano, foram fundados por Cristóvão Lins os primeiros engenhos na região de Porto Calvo - o Escurial e o Buenos Aires. Ainda do final do século XVI são os engenhos do Morro, o Baixo e o Maranhão, também fundados por Cristóvão Lins, o desbravador da região norte alagoana.
4. No início do século XVII surgem dois ou três engenhos na região das lagoas (as Alagoas, no litoral-centro).
5. Em 1623, o relatório de José Israel da Costa indica 123 engenhos nas Capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, sendo 8 ou 10 na parte ao sul do rio Una. Foi a produção desses engenhos que despertou a cobiça dos financiadores da Companhia das Índias Ocidentais.
6. 1630 – Segundo Verdonck, 121 engenhos na Capitania, sendo 12 ou 14 no sul do território.

7. 1638 – O *Breve Discurso...* de Dussen informa sobre a existência de 108 engenhos em Pernambuco, sendo 15 em nossa região.
8. 1639 – Outro relatório de Dussen indica 121 engenhos em toda a Capitania, com 16 (apenas 9 moendo) ao sul. A Capitania da Paraíba tinha então 18 engenhos bons e 2 arruinados.
9. Por volta de 1643 (Relatório de Walbeeck e Moucheron), já existiam no litoral-centro (as Alagoas), 6 engenhos.
10. Em 1655, logo após a Restauração, apenas 109 engenhos funcionavam em Pernambuco. Não temos indicação precisa desses dados, mas *Uma Relação dos Engenhos de Pernambuco em 1655* (Traslado do Rendimento das Pensões, Redízima e Vintena e outras coisas mais que esta Capitania de Pernambuco pagava ao Donatário Dom Miguel Portugal), publicada por Mello (1981, pp. 233-243), relaciona 109 engenhos na Capitania, alguns não moentes. Em Porto Calvo, aparecem 5 engenhos em atividade e 2 arruinados; no distrito de Alagoas, dos seis relacionados, apenas 1 moente.
11. Em fins do século XVII, segundo Diegues Júnior, esta região já contava com 72 engenhos. No total, a Capitania tinha 254.
12. Durante o século XVIII, dobrou o número de engenhos, chegando a perto de 200 no início do século XIX e a cerca de 1.000 no alvorecer do século XX.

Já na primeira metade do século XIX a zona norte da Província (emancipada de Pernambuco em 1817) superava, em quantidade e qualidade, todos os distritos da antiga Capitania.

Em 1875, segundo Sant'Ana (1970, p. 330), quando se tentava organizar a produção com a instalação de engenhos centrais, a Província de Alagoas era dividida em 3 zonas agrícolas:

1ª. Região banhada pelos rios Manguaba, Camaragibe e Santo Antonio Grande, "essencialmente canavieira", com os municípios de Passo de Camaragibe e Porto Calvo, "onde se assentavam os maiores engenhos".

2ª. Banhada pelos rios Mundaú e Paraíba, compreendia os municípios de Atalaia, Santa Luzia do Norte, Pilar, Assembléia (Viçosa) e Imperatriz (União dos Palmares) – os dois últimos também produtores de algodão.

3ª. Dos rios São Miguel, Coruripe e São Francisco, com os municípios de Coruripe e São Miguel dos Campos, produtores de açúcar, e Palmeira dos Índios e Penedo produzindo algodão.

Quanto à exportação de açúcar, ainda de acordo com Sant'Ana (cit., p. 27), "do ano de 1824 é a mais recuada informação estatística" que dispomos. Foram registradas 16 embarcações para diversos portos da Europa, com as seguintes quantidades:

- 1.028 caixas de açúcar
- 39 barricas " "
- 4 feixos " "
- Outros produtos: 13.309 arrobas de algodão, 1.369 couros e 100 meios de sola.

Em 1890, Alagoas comercializava cerca de 600.000 sacos de açúcar, de 75 quilos cada, e de 80.000 sacos de algodão com o mesmo peso.

A partir do final do século XIX, os engenhos foram sendo substituídos pelas usinas e houve um grande impulso na produção açucareira. No século XX a maioria dos antigos e faustosos senhores de engenho cedeu lugar aos grupos das usinas, passando a ser simples fornecedores de cana, da mesma forma que eram, no passado, os lavradores de suas terras. Hoje, o Estado de Alagoas tem 27 usinas produzindo cerca de 25 milhões de toneladas de açúcar, perdendo apenas para o Estado de São Paulo e disputando com o Paraná a segunda posição. Alagoas tem hoje o dobro da produção de Pernambuco, que ocupa o 6° lugar no cenário açucareiro nacional. O Estado pernambucano, por suas condições geográficas (mais acidentado que Alagoas) que dificultam a plantação em larga escala,[12] diversificou sua economia enquanto Alagoas acentuou a monocultura. Aqui, a cana representa cerca de 60% da riqueza do Estado, enquanto que em Pernambuco é de aproximadamente 20%. Porém, se nosso setor agrícola (que representa 80% da economia) é marcadamente monocultural, isto não pode ser creditado exclusivamente aos usineiros, pois existe bastante terra desocupada para outros produtos, à espera de uma ação governamental mais competente, eficaz e menos voltada para os interesses paroquiais dos latifundiários.

A demonstração acima da evolução canavieira, é feita para respaldar a afirmativa do processo de *sufocação* das tendências delineadas nos primeiros momentos da colonização.

---

[12] Sobre as condições topográficas da Zona da Mata pernambucana "A topografia acidentada da Zona da Mata impede a mecanização da produção. O professor e Coordenador do Curso de Agronomia da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Rivaldo Massa, explica que o potencial da região *não é para cana*. 'O ideal para esse território seria as plantas arbóreas, como as frutíferas, seringueiras ou cacaueiras', ensina." (Onde o Tempo Parou. *Revista VEJA 28 Graus*, 03 de abril de 1991, p.12). Em Alagoas, a região é mais plana. Porém, desde o início da colonização mostrou-se mais propícia a outras culturas agrícolas e à pecuária.

Torna-se necessária também uma abordagem, mesmo superficial, de outros aspectos da realidade social e econômica objetivada.

Quando falamos de produção diversificada, referimo-nos àquela que, por suas dimensões, extrapola a simples roça de subsistência, aqui incluindo a criação de animais como galinhas, porcos, patos etc. A persistência da presença de determinados produtos como tabaco, mandioca, algodão, gado e outros, em quase todos os pontos do território e em quantidade significativa, serve para indicar que uma ação organizada e sistemática certamente resultaria na produção de bens e riquezas que tornaria a região não só uma fonte de abastecimento interno (produção *para dentro*) mas também, com o seu desenvolvimento, em um pólo de exportação para os mercados metropolitanos. Sem falar que, no caso dos holandeses, se a região sul da Capitania fosse colonizada, dificultaria o acesso de tropas vindas da Bahia ou desembarcadas nos portos litorâneos, e consolidaria a conquista.

Infelizmente, malgrado os esforços de Nassau, a monocultura perseverou e seus efeitos continuaram maltratando toda a região. Como já vimos, os Diretores da Companhia almejavam lucros rápidos e negavam-se a destinar recursos para investimentos a longo prazo.

A postura dos senhores da WIC sé compreensível se a considerarmos como uma decisão *capitalista* de direcionar todos os recursos apenas para o financiamento de engenhos, que prometiam retornos relativamente rápidos, uma vez sanados os estragos provocados pelas lutas da conquista. Não podemos supor que os financistas batavos tivessem sido tomados pelo espírito edênico disseminado pelos ibéricos para atrair colonos. Certamente eles tinham conhecimento da crise açucareira no Brasil, e não se deixariam influenciar pela *visão do paraíso* originada com a Carta de Caminha e desde então presente nas obras dos cronistas lusitanos, como Gandavo (1964, p. 37), que assim descreve a condição da terra: "[...] he esta Província sem contradição a melhor para a vida do homem que cada huma das outras de América, por ser commummente de bons ares e fertilíssima, e em gram maneira deleituosa e aprazível à vista humana." N'*O Valeroso Lucideno*, assim também descreve Calado (1945, p. 39): "Era aquela república antes da chegada dos holandeses a mais delicada, abundante, próspera, e não sei se me adiantarei muito se disser a mais rica de quantas ultramarinhas o Reino de Portugal tem debaixo de sua coroa, e cetro."

Teria razão Manoel Calado ao enaltecer desse modo a colônia, fonte principal da riqueza metropolitana? Evaldo Cabral de Melo responde à questão:

> Ecoando um dos motivos edênicos já estudados pelo Sr. Sérgio Buarque de Holanda, frei Manoel Calado escreve que 'tudo eram delícias e não parecia esta terra senão um retrato do terreal paraíso'. No que exagerava o frade cronista pois esta des-

> crição de irrestrita prosperidade material já não correspondia à realidade da Nova Lusitânia na segunda e terceira décadas do século XVII. A verdade é que há uma crise do açúcar brasileiro anterior à invasão holandesa e anterior até ao fim da trégua dos doze anos. O vento Nordeste ainda não desembarcara 'das velas do almirante Loncq na praia de Pau Amarelo', como no poema de Joaquim Cardoso, e a produção e o comércio do açúcar brasileiro já enfrentavam dificuldades crescentes, que se em grande parte resultavam da guerra de corso movida desde 1624 pelas frotas da Companhia das Índias Ocidentais, por outra já se haviam manifestado durante a segunda década de seiscentos. (MELO, 1975, p. 52).

A economia açucareira no Brasil estava relativamente estabilizada, podemos mesmo dizer estagnada, desde o início do século XVII e às agruras internas típicas do ambiente colonial, juntou-se a crise européia, caracterizada pelo "esgotamento das possibilidades de expansão do capitalismo comercial e a gestação obscura daquelas condições que no século XVIII desembocarão no capitalismo industrial", como demonstra Melo (op. cit., p. 54).

Cremos que os senhores de engenho desconheciam as razões da crise, mas sentiam seus efeitos no desmoronar das estruturas locais, onde eram absolutos e faustosos, como nos mostra um valioso relato do século XVI:

> A gente da terra é honrada: há homens muito grossos de 40, 50 e 80 mil cruzados de seu. [...]. Vestem-se, e as mulheres e filhos de toda a sorte de veludos, damascos e outras sedas, e nisto têm grandes excessos. [...] São sobretudo dados a banquetes [...]. Enfim em Pernambuco se acha mais vaidade que em Lisboa. (CARDIM, 1997, pp. 255-256).

A presença holandesa, na realidade, agravou uma situação que já se mostrava suficientemente grave e que só voltou a melhorar na segunda metade do século XVII, pois

> Sujeitos tanto às conseqüências de uma vida perdulária como às usuras dos credores, aos azares da guerra como aos vaivéns da fortuna, se em fins do século XVI nadavam nessa grandeza que maravilhou, em 1583, o Padre Cardim, encantado com sua fidalga hospitalidade, já nos meados do século XVII, em virtude da invasão holandesa [mas não apenas por isto] , de tal modo haviam decaído de seu esplendor antigo que Antonio Vieira [...] ainda podia referir-se, em 1665, às queixas de que no Brasil estavam perdidos os engenhos. Em 1640, [...] essa grande indústria que só mais tarde voltou a florescer, com o retorno dos senhores às suas velhas propriedades rurais, não era mais do que um mastro de navio naufragado num mar de tempestade. (AZEVEDO, F., 1958, p. 81).

Mesmo com as crises sucessivas do século XVII em diante e a concorrência da mineração, a região do nordeste ocidental continuou açucareira e, particularmente em Alagoas, cresceu significativamente, não permitindo o desenvolvimento de outras formas de produção. Ainda no período holandês, em 1636, e principalmente a partir de 1637, com Nassau, o governo holandês de Pernambuco iniciou a restauração da economia açucareira, incentivando

"possíveis candidatos a senhor de engenho e a lavrador de cana a retomar as atividades agrícolas e industriais." A recuperação dos engenhos era um empreendimento vultoso mas, com os preços do açúcar em alta em Amsterdam, "não foram poucos os holandeses, judeus e luso-brasileiros que se apresentavam como compradores de engenhos e de partidos de cana; os mercadores facilitavam créditos para a recuperação das propriedades" (MELLO, 1981, p. 12). Essas operações foram lucrativas para os holandeses, conforme assinala Barléu (1974, p. 50): "Os engenhos de açúcar arruinados e desprovidos de trabalhadores, nossos por direito do fisco, foram vendidos em hasta pública, uns por 20.000 florins, outros por 30.000, 60.000, 70.000 e alguns por 100.000, rendendo à Companhia 2.000.000 de florins."

Este talvez tenha sido o erro fatal da WIC: deixar praticamente os engenhos nas mãos de antigos senhores, ou de novos, mas portugueses e brasileiros, na maioria. A base da economia foi deixada nas mãos dos pernambucanos.

A ênfase na produção açucareira (produção monocultora *para fora*) acarretava problemas de abastecimento interno de outros gêneros necessários, a maioria sendo importada. Quem dispunha de alguns recursos usufruía desses gêneros. Durante o domínio holandês os brasileiros "saboreavam os melhores produtos vindos da Holanda", como informa José Antônio Gonsalves de Mello. Em momentos de escassez (ou em quase todo o período), o governo era obrigado a distribuir víveres para o sustento da população, inclusive a rural. Até mesmo animais para criação, como galinhas, gansos, patos e porcos, eram importados.

Os planos de colonização de Nassau visavam justamente tornar a colônia auto sustentável, como condição para a consolidação da Nova Holanda. Em *Tempo dos Flamengos* (MELLO, 1979, p. 150), vemos que:

> As medidas adotadas por Nassau para obrigar os senhores de engenho [podemos incluir aqui também as outras propostas de colonização] a plantar [sic] farinha e hortaliças – mas, sobretudo, farinha – são das primeiras tentativas brasileiras para combater os efeitos da monocultura latifundiária e o Conde dos primeiros a ligar a deficiência alimentar dos brasileiros ao sistema de produção.

Quando Nassau determinou que plantassem um certo número de covas de mandioca por escravo que possuíssem, replicaram os senhores de engenho e lavradores de cana "que nunca em sua vida fizeram roças, e só tratavam de beneficiar o açúcar, e que o mantimento era costume o comprarem-no aos lavradores de farinha" (CALADO, 1945, p. 294).

Não podemos esquecer que uma das propostas de Nassau para combater os efeitos da monocultura era

> o aproveitamento de Alagoas para a plantação em larga escala de mandioca; a população pobre e o número reduzido de engenhos haviam permitido, em Alagoas, antes da invasão, a existência de pequenos plantadores, lavradores de roças de mandioca e milho e de fazendas de criação de gado. [...]. O Conde chegou a nomear um diretor para governar Porto Calvo, Alagoas e a zona do São Francisco, o ex-advogado fiscal Hendrik de Moucheron, e ele mesmo preparou-se para ir visitar a região (MELLO, 1979, p. 153).

A impossibilidade de desenvolvimento de uma economia diversificada na colônia é analisada exaustivamente desde Caio Prado Júnior, principalmente em seu *Formação do Brasil Contemporâneo*, que explicita as razões do sistema colonial voltado para o produto de exportação. Tudo o mais seria dependente e subsidiário da grande plantação escravista, voltada para os interesses metropolitanos no comércio mundial. Porém, cremos que, com os planos de colonização e o conseqüente repovoamento da região, certamente a diversificação seria acentuada, pois, como observa o próprio Caio Prado Júnior (1965, p. 119), o crescimento populacional "constitui por si só um fator de transformação, porque determina a constituição e desenvolvimento do mercado interno, [...] e com ele, de um setor econômico propriamente nacional, isto é, orientado já não exclusivamente para exportação."

O caráter bissegmentado da economia colonial (mercantil – produção para exportação, e natural – produção para consumir), era intrínseco à estrutura da plantagem, como analisa profundamente Jacob Gorender. Para efeito do nosso estudo, *emprestamos* de Gorender (1992, p. 239) a constatação de que

> inexiste [inicialmente] mercado na colônia e a norma do auto-abastecimento devia ser absoluta [...]. Nos começos do século XVII, consolidados alguns núcleos urbanos no litoral, *também se formou um mercado interno abastecido de gêneros alimentícios da própria colônia.* [grifo nosso].

Como está sendo demonstrado, Alagoas apresentava potencial, ou tendências, para ser a fonte abastecedora desse mercado, o que foi impedido pela presença dos holandeses e a ênfase posterior na atividade açucareira.

Essa produção *para dentro*, que destacava o território sul, não poderia alcançar uma *escala crescente* no contexto do sistema colonial escravista, limitando-se a uma reprodução em *escala igual*, sem propiciar, portanto, uma acumulação de meios de produção que permitisse o seu desenvolvimento rumo à produção para exportação.

Analisando as possibilidades e obstáculos no processo de acumulação na economia colonial, o autor acima referido demonstra que:

> A reprodução da produção numa escala igual, praticamente inalterada de um ciclo produtivo ao outro, denominada por Marx de reprodução *simples*, não representa para o modo de produção capitalista senão uma abstração conceitualmente extraída do seu modo de reprodução efetivo e necessário, que é o da reprodução da produção em escala crescente ou reprodução *ampliada*. [...]. Qualquer que seja o modo de produção, a *acumulação de meios de produção* constitui premissa da expansão da produção ou, o que é o mesmo, da sua reprodução ampliada. [...]. A própria reprodução simples estaria a todo momento ameaçada pelo 'sentido' do antigo sistema colonial. (GORENDER, op. cit., p. 564-565, grifos do autor).

Sobre a possibilidade de surgimento, e desenvolvimento, de uma economia de troca no ambiente colonial alagoano, Lindoso (2000, p.48) lembra que:

> Por ser uma empresa agrária [a plantation açucareira] escravocrata e excludente não permitiu a presença de elementos democráticos de escolha social e econômica [que] só poderiam surgir no exterior do sistema e em núcleos reduzidos e ilegais [que aparecem] na forma de mucambos aldeados, um tipo de sociedade em que a hegemonia social estava nas mãos dos negros fugidos da escravidão das plantations. [...] foi nesse tipo de povoação que se primeiro se tentou, na área de colonização portocalvense, um tipo de economia comunitária e policultora e de natureza autárcica.

Mais adiante, Lindoso expressa a singularidade desse fenômeno:

> [...] uma economia autárcica que produzia para o consumo dos seus produtores, mas que a pouco foi formando uma periferia de mucambos de brancos moradores e criminais, e de índios separados das aldeias-presídios, onde os produtos de troca sofriam um cálculo monetário. Quanto maior a proximidade dos mucambos aldeados das comunidades políticas coloniais maior a dependência do sistema de trocas mucambeiro dos cálculos monetários das comunidades políticas.

Evidentemente, isso constituía uma ameaça ao sistema implantado, além de provocar grandes prejuízos, pois, afinal os fugitivos eram uma mercadoria na qual foram investidos em sua aquisição e deveriam propiciar o retorno com o trabalho compulsório nas plantações. O fenômeno aparece em todo o período colonial, e de forma bastante intensa a partir do final do século XVI no sul da Capitania de Pernambuco. Desde o início do século XVII, muitas expedições foram feitas contra esses mucambos (ou quilombos), que resistiram bravamente até o final do século, quando foram vencidos e destruídos pelo bandeirante Domingos Jorge Velho.[13]

Com a ausência de uma classe média rural, ou mesmo urbana, uma vez que o sistema patriarcal-senhorial projetava-se para as vilas e cidades, *ruralizando* a vida urbana, tudo

---

[13] Em 1755, os feitos e serviços prestados durante as guerras da restauração e dos Palmares, ainda eram lembrados para justificar a solicitação de privilégios, como nos revela uma Carta da Câmara da Vila de Penedo ao rei D. José de Portugal (AHU-ACL-CU-004, Cx. 2, D.147). Até fins do século XVIII houve guarnição de soldados em Palmares.

girando em torno do produto para exportação, era impossível a constituição de uma economia diversificada. Se essa produção fosse desenvolvida, fatalmente ocorreriam mudanças nas relações de produção, com repercussões nas estruturas de poder, pois teríamos categorias sociais mais autônomas, desvinculadas do senhorio colonial canavieiro.

A história, porém, é incontrastável: estudos anteriores já demonstraram a tese da construção de relações de poder baseadas nos laços de parentesco[14] e vinculadas diretamente à propriedade da terra – são relações eminentemente rurais. A verdade é que não se pode desconhecer a importância do açúcar como elemento dominante no processo de formação de nossas estruturas sociais, políticas e econômicas. Tudo em nossa história gira em torno do açúcar.

3.2. ATIVIDADES SUBSIDIÁRIAS OU PERIFÉRICAS

A análise será incompleta se não verificarmos, também ao menos superficialmente, algumas características de outras atividades econômicas.

Se grande parte dos engenhos aqui localizados pouco ou nada produziam, até a primeira metade do século XVII, e da região saíam outros produtos que não o açúcar, ao ponto de um relatório holandês informar que toda a farinha vendida em Pernambuco era daqui originária, é de se supor que os nossos sesmeiros não dispunham de recursos para comprar escravos em quantidade suficiente e instalar engenhos em condições de funcionamento, dedicando-se então, diretamente ou estimulando moradores e agregados, ao cultivo de outros produtos ou à pecuária, esta de forma mais expressiva nas proximidades dos rio São Francisco.

A região sanfranciscana desde o início mostrava seus pendores para outros produtos que não o açúcar. Mas, como outras, também não recebeu os incentivos necessários. Bem tarde, já no século XIX, percebia-se o desperdício:

> A 15 de março de 1854, em correspondência dirigida ao Ministro do Império, o Presidente da Província das Alagoas informava o péssimo estado em que se encontravam os engenhos da Comarca de Penedo, cujo terreno considerava mais indicado para outros ramos da agricultura, principalmente de legumes. (SANT'ANA, 1970, p. 289).

Na época da invasão, já havia um povoamento incipiente na região do rio São Miguel. Verdonck informa que aqui se vivia da exploração do pau-brasil e, principalmente, da criação de gado, da produção de farinha, fumo, da pesca. Quase não havia o cultivo da cana-

[14] Evaldo Cabral de Melo (1989, p.20) fala da "tendência, já esboçada antes da ocupação holandesa e por esta reforçada, para o casamento entre primos ou entre tios e sobrinhos".

de-açúcar. Comentando o relatório de Verdonck, Gonsalves de Mello (1981, p.33) mostra-nos que, antes dos holandeses, "Pernambuco açucareiro abastecia-se nas Alagoas – do seu gado, das suas tainhas que viraram figuras heráldicas [encimando o Brasão de Armas inscrito na bandeira do Estado], da sua mandioca, do seu fumo, este sempre tão dependente da pecuária."

Outro relatório do Conselheiro Jean de Walbeeck, enviado aos Diretores da WIC em julho de 1633, informava que na freguesia de São Lourenço (pela descrição, o autor refere-se à região próxima ao rio São Francisco), englobando Coruripe e São Miguel,

> [...] o número de habitantes não é considerável; vivem da cultura da farinha e tabaco, mas sobretudo da criação de animais, que aqui se encontram em tal abundância, que um certo Antônio de Cardosa possui, só ele, sem contar as ovelhas e porcos, umas doze mil cabeças de gado; os vales de São Miguel e Coreripe fornecem uma grande quantidade de madeira (brasil), estendendo-se coisa de 8 ou 10 léguas para o interior, mas não se cuida absolutamente de cana de açúcar. (DOCUMENTOS..., 1945, p. 117).

O mesmo relatório fornece dados sobre os outros distritos:

- Nas "duas Alagoas [...] existem três engenhos de cerca de 400 habitantes; vivem de farinha, tabaco e gado; são na maioria cristãos novos; fazem *pouco caso das ordens* do governo de Pernambuco, e são excelentes soldados".
- Na região dos rios Santo Antônio Grande e Mirim, há "*pequeno número* de habitantes [...], 2 engenhos e um solo soberbo para estabelecer outros".
- Em Camaragibe, tem "2 excelentes engenhos; os habitantes vivem da farinha, do tabaco e do gado".
- Porto Calvo, "freguesia grande e *importante*, tem 5 engenhos; os habitantes [..] vivem dos mesmos meios que os precedentes".
- As partes "do rio São Francisco até Porto Calvo oferecem *abundância* de gado, tabaco, farinha e algodão" (DOCUMENTOS HOLANDESES, 1945, 120, grifos nossos).

As informações acima reforçam o quadro de uma região periférica bastante diferenciado daquele no qual se baseam os adeptos da nossa *vocação* para o açúcar. Uma vocação tardia, pois, como já verificamos, a expansão da cana ocorreu quase cem anos depois da fundação dos primeiros engenhos, tolhendo o desenvolvimento lógico das forças produtivas delineadas. Mesmo na região norte, grande concentradora da indústria açucareira a partir da segunda metade do século XVII, a tendência era outra.

À esta expansão da cana, aliás, correspondia uma destruição das matas, outra grande riqueza local. Embora não devamos debitar unicamente à monocultura açucareira a responsabilidade, uma vez que o algodão também fez a sua parte em algumas regiões,

> a mata foi praticamente o sustentáculo dos engenhos. Dela retirava-se não só a lenha para as fornalhas, como o madeiramento para a construção da casa-grande, a fábrica e a senzala; para o carro-de-boi, barcaças e canoas empregadas no transporte; para a confecção de caixas, fechos, cunhetas e barricas para acondicionamento do açúcar." (SANT'ANA, 1970, p. 230-231).

Com relação aos transportes, os rios eram, indubitavelmente, as vias de escoamento da produção. As principais vias naturais de transporte eram as lagoas Mundaú e Manguaba, os rios Coruripe, São Miguel, Santo Antonio Grande, Santo Antonio Mirim, Camaragibe e Manguaba. São os rio-do-açúcar alagoanos, assim denominados por Diegues Júnior, e serviriam também, lógico, para outros produtos, pois *estradas* eram inexistentes. Se tomarmos como referência um Relatório da Câmara de Porto Calvo ao Presidente da Província, em 1861, (*apud* SANT'ANA, cit., 309), podemos imaginar como seriam os *caminhos* locais nos séculos anteriores:

> [...] apenas existem pequenas trilhas, que dão passagem para diferentes lugares a um cavaleiro, sendo que as suas vias de comunicação por água são melhores, tendo além de um extenso litoral, onde se conhecem os portos de Barra Grande, Gamela, Japaratuba e Boqueirão, o rio Manguaba que, sendo reparado, presta-se até à navegação de pequenos barcos e vapores de cabotagem.

Os fatores clima e solo (água em abundância e terreno de massapê) criaram as condições propícias ao desenvolvimento da cana nas Alagoas, em detrimento de outros produtos como tabaco, por exemplo, cuja qualidade foi destacada em relatórios holandeses e, mais tarde, por Antonil, que afirmava: "o das Alagoas de Pernambuco e o dos Campos da Cachoeira e das Capivaras (Bahia) é o melhor" (ANTONIL, 1981, p. 154). Também Moreau (1979, p. 66) referia-se à região mais ao sul, nas proximidades do rio São Francisco, como "lugar muito fértil e muito abundante, onde se prepara excelente fumo." Entretanto,

> [...] a crescente absorção da cana de açúcar, reclamando sempre terras e mais terras, alastrando-se por todos os terrenos de massapê, foi levando à diminuição a produção dos outros gêneros [...]. Foi também esquecido o tabaco." (DIÉGUES Júnior, 1980, p. 110).

O algodão foi outro produto que "sempre figurou ao lado do açúcar, algumas vezes até suplantou-o," mas só a partir do século XIX, na sua segunda metade, principalmente, de-

vido a grande demanda dos Estados Unidos em função da Guerra de Secessão, "o algodão teve um grande surto de progresso. Foi então que procurou fazer sombra ao açúcar, como de fato fez. Período houve em que as rendas provinciais viviam do algodão. Do alto preço obtido pelo algodão." (DIÉGUES, cit., p. 113).

Essa tendência de expansão territorial da cana de açúcar foi acentuada no século XIX, com o surgimento das usinas, ampliando-se a monocultura. No início do século XX, tínhamos cerca de 1.000 engenhos e 6 usinas, como já nos informou Moacir Sant'Ana.

A eficiência da economia açucareira (bangüê) baseava-se no trabalho escravo (e no patriarcalismo, estruturando a vida familiar e social). Com a abolição, em 1888, e mesmo com o advento das usinas, a crise do açúcar acentuou-se, mas, em Alagoas, e no Nordeste como um todo, não houve um esforço significativo para a diversificação econômica, o que já começava a ocorrer no sul do país.

Outra atividade com uma presença bastante significativa é a pecuária. Em termos econômicos, "essa atividade apresentava para o colono sem recursos muito mais atrativos que as ocupações acessíveis na economia açucareira" (FURTADO, 1998, p. 59). Entretanto, por ser uma atividade subsidiária e dependente, periférica, sem mercado externo, a pecuária propiciou a penetração interiorana, na medida da rápida expansão da produção de açúcar, com a cana *engolindo* os pastos.

Com o aumento da criação de gado na região sanfranciscana, que exigia grande extensão de pasto, houve a interiorização que originou a Bacia Leiteira de Alagoas. Os boiadeiros, conduzindo seus rebanhos, iam estabelecendo ranchos que, aos poucos, transformavam-se em povoados. A ligação entre esses povoados era feita pelos tropeiros, mercadores viajantes que tiveram um papel importante na penetração e na integração territorial.

Em sua clássica obra, Moacir Sant'Ana mostra um quadro não muito animador para a pecuária alagoana no século XIX. Entre os cinco municípios onde a pecuária mais se desenvolveu, três são da região do rio São Francisco: Traipu e Penedo, mais abaixo, e outro, Mata Grande, do alto sertão. Não se tratava, porém, de gado em qualidade e quantidade suficiente para caracterizar a pecuária como uma atividade de grande porte. Moacir Sant'Ana, respaldado em farta documentação do Arquivo Público de Alagoas (Ofícios e Relatórios de Presidentes da Província, Inspetores da Tesouraria Provincial, Engenheiro Fiscal, Câmaras Municipais, Juízes Municipais, Assembléia Legislativa Provincial, Comandantes de Ordenança e outros), apresenta algumas informações que julgamos oportuno reproduzir, por sua pertinência ao nosso propósito:

> Em 1854 a criação era "quase limitada aos sertões próximos ao rio de São Francisco e mais de gado vacum" do que de outros tipos. [...]. No município das Alagoas, excetuando-se o gado bovino e o eqüino, nenhuma outra criação havia, e assim mesmo era esta bastante escassa 'pela retirada daqueles de diversos lugares aonde se tem julgado ser mais próprio para a plantação do que para a criação'. Era o que informava a Câmara Municipal em correspondência dirigida à Presidência da Província, em 15 de dezembro de 1854. [...]. Em Anadia o gado bovino não era, na época, criado em grande escala, mas era bastante para causar grandes prejuízos às lavouras. [...] Nessa época todos os engenhos do município eram movidos por bois, calculando-se em 200 bois e 50 cavalos o número desses animais empregados não só nos engenhos como em outros misteres. [...] O número de cabeças de gado existentes em Palmeira dos Índios era tão 'insignificante que não tem dado, em tempo algum, para suprir os cortes públicos, que são sustentados apenas pelos gados dos sertões. [...]. Quanto a Penedo, apenas encontramos a informação de que na época ali se criava gado bovino, de raça comum. [...]. Existia em Porto Calvo, conforme participação da Câmara Municipal, alguma criação de gado, mas em tal ramo não havia progresso, o contrário do que ocorria em Porto da Folha (Traipu), onde a pecuária achava-se em expansão, constituindo o principal meio de vida de grande parte da população. [...]. A criação de gado em São Miguel dos Campos não era de grande vulto, 'tanto por ser o terreno mais próprio para plantar como porque a raça vacum vai dia a dia degenerando cada vez mais, lembrando a Câmara local a possibilidade de introduzir 'uma outra qualidade, como a Malabar. [...]. Relativamente à Vila Nova da Assembléia (Viçosa), sendo seus terrenos mais apropriados para a plantação, a pecuária não gozava ali de grande desenvolvimento. [...]. Da antepenúltima década do século XIX, ano de 1883, é a mais completa informação acerca da pecuária em Alagoas antes da mudança para o regime republicano. [...]. Em relatório do Engenheiro Fiscal da Província, Manoel Cândido da Rocha Andrade, fomos encontrar o informe de que de Pernambuco importávamos gado vacum, e das Províncias da Bahia e Minas Gerais, o gado muar. (SANT'ANA, cit., p. 42-44).

Mesmo considerando o papel periférico da pecuária em relação ao sistema produtivo de açúcar, foram feitas tentativas de melhorar e ampliar o rebanho, ainda no século XIX. Já no século XX, efetivamente houve um grande avanço no setor, nas regiões do agreste e do sertão, e hoje, anualmente, realiza-se em Maceió uma das maiores feiras agropecuárias do Norte-Nordeste do país sem, entretanto, sequer abalar a preponderância da indústria açucareira, que continua hegemônica economicamente e com forte influência política no Estado.

Concluímos este segmento com uma referência a um elemento fundamental, presente na dieta do nordestino desde antes da chegada dos colonizadores: a farinha de mandioca:

> A farinha de mandioca é o alimento básico do campesinato formativo. O mundo rural da pars borealis não conhece dieta sem farinha. A farinha de mandioca tem presença universal na dieta rural: sob a forma de mingaus, de pirões [...] e farofas de água e sal, farofas condimentadas com picadinho de cebola, alho e coentros esparregados. A farinha de mandioca comida seca, jogada em bocados com a mão à boca, e acompanhando um pedaço de carne assada – de caça, ceará ou charque, carne de sol de sertão, carne de vento, peixe seco salpreso ao sol, guisados – ou engrossando os caldos de peixe, de marisco, de peixe amoquecado, de feijão ao tempero. Com a farinha de mandioca se faz o mingau para o doente, para o convalescente e é também, servida ao prato fundo, o caldo grosso de sustento. A casa de farinha [o lugar onde se fabrica], na época das farinhadas, é o centro de reunião da família e dos vizinhos, um dos raros momentos de solidariedade camponesa. Lá se trabalha dias inteiros e noites inteiras, conversa-se sobre os raros acontecimentos,

> troca-se experiências de trabalho, se namora e se combina amigações e casamentos. [...]. As farinhadas são o centro da vida rural, [...] de uma sociedade dispersa em sítios, arraiais, povoados e vilas.[...]. É nela [na casa de farinha] que se realiza o grande ágape camponês da solidariedade e da convizinhança. Só se pode definir a casa de farinha de um jeito: a casa da comida. (LINDOSO, 2000, p. 197).

Como já afirmava Capistrano de Abreu (1954, p. 217), a farinha é "o único alimento em que o povo tem confiança".

3.3. A *ALAGOANIDADE* PRECOCE

A expressão acima talvez seja meio pretensiosa, e não a encontramos no Aurélio. Aliás, vasculhando os dicionários verificamos que são poucos os Estados cujos povos substantivam o sentimento de amor à terra natal. Pode parecer contraditório alguém apelar para o idealismo quando fundamenta sua análise em conceitos marxistas como o materialismo histórico. Porém, como já esclarecemos, não somos "marxistas dos inflexivelmente ortodoxos", lembrando Gilberto Freyre, e podemos nos permitir este pequeno desvio, pois não desprezamos os aspectos emotivos, sentimentais, advindos das relações entre os homens e que os fazem sentir-se membros de uma comunidade.

Mas voltemos à realidade. Onde estão as raízes dessa suposta *alagoanidade*? No episódio de Calabar? Nas lutas pela restauração? Nos Palmares? Ou então na geografia privilegiada do litoral, considerado e louvado, com razão, como um dos mais belos do país, e do restante do território, com apenas uma pequena parte localizada no árido sertão nordestino? E, afinal, o que era (é) *Alagoas*?

Nos primeiros séculos coloniais, na verdade, não existia *uma*, mas duas Alagoas: a do Norte e a do Sul, entre Porto Calvo e a região sanfranciscana. Duas grandes lagoas, as atuais Mundaú (Norte) e Manguaba (Sul), interligadas por estreitos canais que formam cerca de 21 ilhas e que chegam juntas, irmanadas, no Atlântico. Formando um impressionante complexo lagunar, originaram o nome da Província que se constituiu em 1817.

Nesta região, a das lagoas, por razões que podem ser objeto de estudo em outras teses, aos poucos ocorreu uma grande concentração urbana originando a cidade de Maceió, a atual capital do Estado, que exerce uma brutal concentração demográfica, política, cultural e econômica, ao ponto de ser considerada como se fosse, apenas ela, a própria Alagoas.

Algumas breves considerações sobre aspectos demográficos e sociais, a ocupação (incluindo aqui Calabar) e os negros, poderão ser úteis na avaliação da *alagoanidade*.

No século XVII, logicamente a região portocalvense, por sua maior proximidade com o centro da Capitania, concentrava o maior número de habitantes e de engenhos, embora poucos, seguida pelos distritos das Alagoas e Penedo, nesta ordem. Do rio Una, ao norte, até o São Francisco, ao sul, por volta de 1630 havia cerca de 500 a 600 homens, "quase todos mamelucos e gente muito má", segundo o relatório de Verdonck. O brabantino refere-se a *homens* e não a *habitantes*, provavelmente para assinalar o potencial de resistência às tropas holandesas. Não faz indicação do número de escravos nem de mulheres e crianças. Suas informações são imprecisas, mas permitem calcular uma população rural aproximada de 12.000 pessoas na Capitania, o que significaria dizer que o território sul contava em torno de 5% dessa população.

Cerca de dez anos depois, Adriaen van der Dussen faz uma minuciosa descrição de todos os engenhos da Capitania, embora sem referências ao número de habitantes. Relaciona 121 engenhos, mas apenas 87 moentes, em virtude das lutas, dos quais 9 na nossa região (Porto Calvo, Alagoa do Norte e Alagoa do Sul). Considerando que um engenho tinha, em média, 150 pessoas (número geralmente aceito para este tipo de cálculo), contando o senhor, sua família, moradores, lavradores e escravos, temos uma população de cerca de 1.350 pessoas na área açucareira abaixo do rio Una. Como não dispomos de dados sobre os habitantes envolvidos em outras atividades, podemos, num cálculo aproximado, situar a nossa população entre 1.500 e 1.600 pessoas no início da década de quarenta do século XVII. A população rural da Capitania, pelo relatório de Dussen, seria de aproximadamente 16.000 habitantes, subindo portanto para cerca de 10% a população relativa de sua parte meridional.

Cabe aqui uma significativa observação feita por Capistrano de Abreu:

> Assegura Brandônio que as três Capitanias do Norte poderiam ter em campo mais de 10.000 homens armados, isto é, deviam contar pelo menos 40.000 almas. Palpável exagero: em *todas* as Capitanias juntas mal passaria desta soma a gente de procedência portuguesa" (DIÁLOGOS..., 1956, p. 13, grifo nosso).

Com relação ao número de soldados holandeses, o Conselheiro Dussen informa sobre as guarnições mantidas no território conquistado. Ao sul, cita o Forte Maurício, em Penedo, com 6 companhias e 541 homens; em Alagoas, 4 companhias com 293 homens; em Camaragibe, uma companhia com 93 homens e Porto Calvo, 4 companhias com 380 homens. No total da Nova Holanda, "o efetivo da nossa força militar é de 6.180 homens, entre os quais se incluem todos os doentes e incapazes, os tambores e os ordenanças". Acrescenta que, em caso de necessidade, "seria possível ajuntar, na melhor hipótese, cerca de 1.000 brasilianos" (ín-

dios). Nos distritos sulistas, portanto, encontravam-se estacionados 1.307 homens, cerca de ¼ do total de soldados da Capitania, o que denota a preocupação do comando da Nova Holanda com a região.

Este o quadro populacional, incluindo o "elemento perturbador", tão próximo da realidade quanto possível, nos limites de nossa pesquisa e de nossa interpretação.

Quanto às características da sociedade que subsistia no tempo da ocupação, podemos reafirmar o já insinuado em nosso texto: no período holandês foram fortalecidas as bases das estruturas de dominação das elites alagoanas. O mandonismo local – e o caráter violento dês*8sas elites – foi forjado pelo isolamento da região meridional da Capitania. Esta situação deve-se ao fato de que aqui, nas primeiras décadas da colonização e até o período holandês, desenvolvia-se uma economia voltada para o consumo interno – produção *para dentro* – despertando pouca atenção do governo da Capitania, dirigida para a produção açucareira. Não havia sequer órgãos de representação ou fiscalização – o *Breve Discurso...* de Dussen informava que no distrito sul da Capitania "nunca teve Câmara, sendo dirigido *pro libitu* do mais poderoso do lugar" – e as questões eram resolvidas *na marra*, na base do *cada um por si e contra todos*; vigorava a lei do mais forte e assim foram tecidas as relações sociais e de poder na sociedade alagoana, uma sociedade que começa a se firmar na periferia da Capitania, região obscura e abandonada do sul de Pernambuco que, depois das lutas, passa a ter vida própria, criando valores que serão afirmados na Revolução de 1817.

Podemos atenuar um pouco o rigor destas afirmativas reconhecendo que, em todo o Nordeste açucareiro, não foi muito diferente, pois o patriarcalismo é um dos caracteres da formação da sociedade nordestina. Em Alagoas, a figura do senhor de engenho é marcante em todos os aspectos da vida local. Ousamos dizer que talvez com mais intensidade ainda que em outros Estados. Eles sempre estiveram ligados ao poder, ou talvez seja melhor dizer que deles é que irradiava o poder, como até hoje, pois é nos usineiros e nos grandes proprietários de terras que se apóiam os grupos políticos. Sua esfera de influência, até em épocas recentes, produziu o chamado *ruralismo urbano*: a forte presença da vontade do senhor além das fronteiras de sua propriedade, nos povoados, nas vilas, nas cidades. Como já vimos, no período holandês ocorre uma retração dessa influência, com o controle da administração local pelos escabinos indicados pelo governo.

Um outro ponto recorrente quando se fala em *alagoanidade* refere-se à *colaboração* prestada por um portocalvense que aderiu aos holandeses, em nome de uma almejada libertação dos ditames metropolitanos portugueses. Na historiografia alagoana, entre os fatos ocorridos na *Alagoas Pars Boreal* (a região de Porto Calvo) de Dirceu Lindoso, destaca-se sobre-

maneira a atitude de Domingos Fernandes Calabar que, em 1632, passou para o lado batavo e tornou-se de extrema valia para a conquista, por seus profundos conhecimentos da região e habilidades estratégicas.

Os historiadores portugueses e brasileiros são "*particularmente exaltados contra este traidor*", na expressão de Wätjen, mas a *contribuição* de Calabar aos holandeses é minimizada por outros, considerando "*as discórdias reinantes no campo adversário*" (Brandenburger, *apud* WÄTJEN, 1938, p. 119). Muitos portugueses de livre vontade se passavam para os holandeses – não devemos esquecer que Portugal tinha sido incorporado à Espanha desde 1580 e era com este país que a Holanda conflitava.

Durante o "Êxodo Pernambucano" (a desmoralizada fuga para a Bahia do Governador da Capitania e suas tropas, acompanhado de muitos senhores de engenhos com seus séquitos) Matias de Albuquerque, de passagem por Porto Calvo, em julho de 1635, conseguiu derrotar as guarnições do major Picard e prender Calabar, executando-o então com requintes de crueldade. Outros *traidores* tiveram melhor sorte, como Sebastião Souto, primo e compadre de Calabar, que também havia se passado para os holandeses mas arrependeu-se e facilitou aquela vitória passageira de Matias de Albuquerque. Por isso, foi promovido a alferes. Outro, Gaspar Dias Ferreira, chegou a naturalizar-se holandês.

Os holandeses também tinham seus *traidores*, com os quais também eram severos e cruéis, quando os capturavam. Em uma ocasião, por volta de 1646, cerca de 50 soldados, quase todos franceses, mercenários, que tinham desertado para o outro lado, foram capturados e enforcados. Assim descreve um cronista:

> Muitos desses miseráveis [antes da execução] acusaram altaneiramente os holandeses de terem, de todas as maneiras, falseado suas promessas, por conseguinte, eles próprios não tinham obrigação de manter as suas, pois tinham sido enganados em primeiro lugar. (MOREAU, 1979, p. 73-74).

Calabar também tinha seus seguidores do lado contrário... Da mesma forma que achava os holandeses mais *justos*, aqueles soldados consideravam, segundo Pierre Moreau, que os portugueses [...] mantinham sua palavra e os haviam tratado melhor do que ousavam esperar".

Não nos interessa o culto a *heróis* nem muito menos *criá-los* – com relação a muitos (no caso, destaca-se Calabar), há apenas *estórias*, em geral decorrentes de uma postura maniqueísta (herói ou traidor?), sem o rigor da análise histórica científica e sem levar em conta a relação dialética entre a ação individual e o movimento histórico.

Existem os admiradores e os detratores – isto vale não apenas para o mito Calabar como para o significado da ocupação holandesa.

Deve-se considerar a realidade social e econômica para se fazer um *retrato real* – quem era o homem? Sua atitude foi isolada, ou outros também a tomaram? Foi um surto de *idealismo*? Almejava, de fato, uma nova ordem? Devemos tentar responder estas perguntas sem paixão ou ufanismos que tolhem a razão.

Herói? Traidor? Nem uma coisa nem outra. No máximo, podemos considerá-lo como um homem que vislumbrou a oportunidade de trocar de *patrão* passando das mãos de um, estatal, monarquista e explorador explícito, para outro, republicano, privado, capitalista e não menos explorador. Não podemos esquecer que a WIC era uma companhia privada, com objetivos meramente comerciais e sem nenhuma intenção *civilizatória*.

Para os patrões ibéricos foi, de fato, um traidor. Para outros, os holandeses, foi apenas um adesista sem nenhuma chance de mudar o status colonial (ou alguém acredita que a Holanda pretendia *emancipar* o Brasil?). Chamá-lo de *desbravador do sentimento pátrio* ou da *alagoanidade* é um tremendo exagero, da mesma forma como é exagerado designar as lutas contra o invasor como um momento de *despertar da consciência nacional*, pois dificilmente podemos detectar um movimento regular, espontâneo, popular, nas guerras holandesas no Brasil.

Herói patriota? De qual *pátria*? Que estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais *brasileiras* aqui existiam? Na época, na verdade, ainda se realizava a transposição da ordem social ibérica para a colônia, e apenas no século seguinte começam a aparecer os sinais de *desassossego* colonial.

Calabar pode ser considerado, como lembra o Professor Moacir Medeiros de Sant'Ana, como "um soldado de grande valor" e "vítima de discriminação racial", injustiçado pelos portugueses.

Devemos ver Calabar numa "conjuntura onde houve alternativas e alguém perdeu", como afirma o historiador Boris Fausto. Ele apenas fez uma opção entre dois tipos de dominação ... e perdeu. Por isso, leva a pecha de traidor (na historiografia oficial) mas, nem por isso, pode ser considerado herói.

Com relação aos negros, o século XVII também foi testemunha de um fenômeno de grande significado não só para Alagoas como no contexto geral da formação da sociedade brasileira – os Quilombos dos Palmares, originados ainda no século anterior. Afora o que já foi dito sobre a *colaboração* dos escravos com a expansão canavieira (colaborou com o seu sangue, pois, juntamente com o sangue indígena, *adubou* a terra para as plantações de cana),

devemos lembrar, como assinalou João Blaer (*apud* DIÉGUES Júnior, 1980, p. 164), comandante de expedição flamenga contra os quilombos,[15] que em Palmares havia roça abundante, constituindo-se numa primeira experiência policultora em uma região monocultora.

A guerra holandesa favoreceu a fuga de escravos e Palmares cresceu e organizou-se em vários mucambos. Para os batavos os negros deveriam ser reescravizados; daí as expedições contra Palmares, pois, como Dussen deixa claro em seus relatórios, sem escravos não havia produção. Envolveram-se com o tráfico (aconselhados por Dussen), também devido às possibilidades de lucros, controlando sua rota (e negócios) a partir da conquista de São Paulo de Luanda, na África. Em 24 anos de dominação, os holandeses trouxeram para o Brasil cerca de 26.000 escravos.

Encerramos este segmento complementando algumas considerações anteriores a respeito do relacionamento dos senhores alagoanos com seus escravos.

Diegues Júnior recorre a um estudo de José Antônio Gonsalves de Mello para atestar o *sentimento de confraternização* entre negros e proprietários rurais: "Na luta contra os holandeses já fora grande a contribuição do elemento africano. O escravo negro acompanhou o senhor de engenho no seu sofrimento e na sua reação". Vai mais além:

> É talvez dessa aproximação em horas tão dramáticas – a da guerra holandesa e outras que se sucederam – que tenha nascido entre os senhores de engenho das Alagoas *um sentido mais humano no tratar o escravo*, [embora] muito distante de ser inteiramente humano esse tratamento, [pois nunca] deixaram de existir nos engenhos de Alagoas os mesmos instrumentos de martírio, conhecidos na história da escravidão no Brasil. (DIÉGUES Júnior, 1980., p.168-169, grifo nosso).

Parece-me que essa tese – a do negro *solidário* com seu senhor – é de difícil aceitação, pois para o negro não havia outra alternativa: ou lutava contra os inimigos do senhor ou morreria nas mãos do senhor.

O historiador Alfredo Brandão (*apud* DIÉGUES Júnior, cit., p. 169) chega a afirmar, como vimos antes, que "os engenhos de Viçosa jamais presenciaram as cenas vandálicas da escravidão", mas ressalva que "se castigo houve eram *apenas* uma reprimenda às suas malfei-

---

[15] Na fase da conquista, o Quilombo dos Palmares foi favorecido pela presença dos holandeses – preocupado com a guerra o Governo colonial português não deu muita atenção aos quilombos. Os holandeses, por sua vez, fizeram duas expedições da Palmares: em 1644, mataram centenas de negros e fizeram 31 prisioneiros; voltaram em fevereiro de 1645, destruindo alguns mocambos e fazendo poucos prisioneiros. Assim a Barléu (1974, p. 253) descreve Palamares, quando Nassau resolveu enviar expedições contra os quilombos: "[...] para onde se dirigia uma aluvião de salteadores e escravos fugidos, ligados numa sociedade de latrocínios e rapinas, os quais eram mandados às Alagoas para infestarem as lavouras. São povoações e comunidades de negros [...] emancipados todos quantos espontaneamente querem ser recebidos na sociedade."

torias, mas esses castigos não excediam os *sentimentos de humanidade*" (grifos nossos). Muito *bonzinhos* os senhores de engenho viçosenses...

O tratamento dado aos negros, no Brasil, foi amenizado no século XIX devido a uma circunstância econômica: extinto o tráfico, no Brasil monárquico, era preciso tratar os escravos com mais cuidado, para preservá-los com vida e em condições de trabalhar o maior tempo possível.

Finalmente, uma rápida opinião pessoal sobre aquele que é, talvez, o maior ícone de nossa *alagoanidade*, Zumbi dos Palmares: Zumbi é, efetivamente, o único *herói* nacional, pois, diferentemente dos demais, foi reconhecido pelo Estado brasileiro a partir de manifestações (e reconhecimento) do próprio povo, e não imposto ou determinado pelas elites. Mesmo Tiradentes, o mais *popular* afora Zumbi, foi colocado no pedestal pelas elites republicanas de 1889, e ainda hoje a maioria da população não sabe o seu significado. Zumbi, para ser herói, teve que enfrentar, e morrer por isto, o sistema de dominação e exploração colonial e, mais de 300 anos depois, a intolerância e o preconceito de uma sociedade que ainda se considera *branca*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentamos, ao longo deste trabalho, demonstrar uma proposição que, se não é inusitada, pelo menos é pouco considerada em nossa historiografia: a de que o desenvolvimento das forças produtivas no território alagoano indicavam, em suas tendências gerais, uma diversificação econômica contrária ao determinismo monocultural do sistema de colonização português.

Fizemos um esforço de interpretação da singularidade alagoana, utilizando os dados disponíveis na historiografia e em documentos conhecidos.

Nossa hipótese tem um caráter qualitativo, pois procuramos demonstrar, com uma base de dados já razoavelmente conhecidos, alguns, e outros ainda não devidamente explorados em trabalhos anteriores, que houve, de fato, uma mudança de rumo nesse desenvolvimento.

Esperamos ter, com a análise dos dados, comprovado nossa hipótese ou, pelo menos, lançado luzes sobre um episódio significativo de nossa história. A presença holandesa foi de fato, uma influência exógena no processo de formação de nossa sociedade. Nossa percepção é que a aventura holandesa impossibilitou o processo local rumo à diversificação econômica e contribuiu para consolidar as estruturas de dominação e exploração – suas *marcas* (inclusive as idéias de liberdade, de consciência livre, tolerância, *tenaz espírito de independência* do povo etc.) são ilusórias, apenas servem às elites.

A região nordestina (embora devamos considerar que só a partir do fim do século XIX é que *surge* o Nordeste, com o *ajuntamento*, ou aproximação, das regiões interioranas com a faixa litorânea leste), talvez seja a parte do Brasil que mais profundamente revela a permanência das estruturas de dominação características da *civilização do açúcar* originárias no período colonial e consolidadas após a independência.

A forte presença do Estado, tanto no período colonial quanto após a Independência, teve grande influência na formação de uma sociedade brasileira excludente. Se antes os se-

nhores coloniais estavam sob rígido controle do Estado metropolitano, com a Independência passam a ter vida própria, assumindo o controle político e mantendo os seus privilégios, embora permanecendo como *parceiros* secundários e periféricos no mercado mundial.

Na fase de irradiação do capitalismo competitivo dependente, a monopolização do poder político pelos estamentos senhoriais impediu que houvesse a formação de um Estado de fato representativo e uma revolução verdadeiramente nacional – o que deixou seqüelas até hoje. Devemos nos lembrar, com Florestan Fernandes, que a Independência poderia ter varrido a ordem senhorial vinda da colônia se tivesse ocorrido realmente uma revolução de cunho popular. Como isto não ocorreu, ela consolidou as estruturas coloniais de dominação que se eternizaram na sociedade brasileira. Aliás, parece mesmo que o Brasil é o país das *revoluções* feitas para nada mudar... Como dizia José Honório Rodrigues, aqui existe permanentemente uma *contra-revolução*, pois as elites controlam com eficiência os mecanismos do Estado e estão sempre alertas para impedir que os movimentos populares alcancem uma dimensão que ponha em risco o seu status. Se isto não ocorreu com a Independência, muito menos com a República. Com esta, pouca coisa mudou, pois os antigos senhores, agora fazendeiros, principalmente das lavouras de café (o açúcar continuou predominante por aqui...), *libertaram-se* do trabalho escravo e *abandonaram* a ordem senhorial, mas permaneceram com o monopólio da terra e o poder oligárquico. A troca do trabalho escravo pelo livre, aliás, além de ter sido uma imposição da evolução capitalista, trouxe mais algumas vantagens, pois o trabalhador assalariado, no fim das contas, sai mais barato do que um escravo.

Entretanto, devemos amenizar o nosso *discurso*. Não podemos fazer uma *simplificação caricatural* da história, demonizando o colonizador branco, principalmente o senhor de engenho. Eles eram peças, muitas vezes involuntárias, de uma engrenagem em movimento incontrolável. Da mesma forma que os escravos, foram (são) *personagens históricos*, participando, ambos, de um mesmo drama.

É de se perguntar: poderia ter sido de outra forma?

O patriarcalismo, o latifúndio e o escravismo são as categorias que têm sido vistas, tradicionalmente, como moldadores das sociedades alagoana e nordestina. Devemos considerar, no entanto, que a verdadeira *moldagem* parte de algo mais forte, superior. O engenho era uma empresa e o senhor um empresário (ou talvez fosse melhor dizer um gerente?). Como tal, agia em função do lucro, embora fosse quem menos usufruía desse lucro. Estava submetido a determinações maiores de outra empresa, a do Rei, que efetivamente era quem auferia os lucros. Esta, por sua vez, submetia-se à determinações gerais, incontroláveis, do processo histórico de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nesse contexto, a empresa colonial

propiciou a *gestação* de sociedades periféricas, dependentes, pois as amarras do sistema colonial impediam o desenvolvimento de forças produtivas autônomas, desvinculadas do objetivo de produzir *para fora*. A prevalência absoluta do produto para exportação, sob controle português ou holandês, acarretava dificuldades crescentes de abastecimento de víveres e outros gêneros, pois todos deveriam vincular-se ao sistema açucareiro.

Caio Prado Júnior (1965, p. 157), atesta:

> O papel secundário a que o sistema econômico do país, absorvido pela grande lavoura, vota a agricultura de subsistência, [...] cria um problema que é dos mais sérios que a população colonial teve de enfrentar. Refiro-me ao abastecimento dos núcleos de povoamento mais denso, onde a insuficiência alimentar se tornou quase sempre a regra. [...] sobretudo na Bahia e em Pernambuco há um verdadeiro estado crônico de carestia e crise alimentar que freqüentemente se tornam em fome declarada e generalizada.

Portanto, numa observação talvez simplista, havia *espaço* para o desenvolvimento de uma produção para consumo interno, extrapolando a roça de subsistência. Por um relatório do Coronel Artischofsky ao Conselho da WIC sobre eventos militares em território de Alagoas, ficamos sabendo que em abril de 1636 um certo Capitão Wiggert capturou em Recife uma barcaça "vinda de Alagoa, carregada com peles, peixe e outras coisas," revelando que desta região saíam produtos, se não regularmente, ao menos *informalmente*, para o abastecimento de "núcleos de povoamento mais denso". Pelo mesmo documento o Coronel comunica que prisioneiros por ele capturados revelavam que as tropas localizadas em Alagoa do Norte não teriam dificuldades de abastecimento, pois conseguiriam no campo quantidades suficientes dos víveres mais necessários.

É mais uma comprovação de que aqui, no sul da Capitania, as forças produtivas eram contrárias à monocultura.

Diversos testemunhos (relatórios, cartas, cronistas contemporâneos aos primeiros tempos coloniais e ao período holandês) confirmam a assertiva de que tudo favorecia a diversificação econômica em território alagoano.

A ocupação e a tática de *terra arrasada* (devemos lembrar que Alagoas era o caminho obrigatório para as tropas que vinham da Bahia e, também, que era em seus portos, notadamente em Jaraguá e Barra Grande, que desembarcavam as forças luso-espanholas), interrompeu esse processo. Mesmo sendo alertada para a necessidade de se investir na região e torná-la novamente fonte de abastecimento, a WIC não se sensibilizou, preferindo concentrar seus esforços na recuperação de engenhos e estímulos à produção de açúcar. Da mesma forma, após a restauração, a ênfase foi para o açúcar.

A diversificação econômica proporcionaria o desenvolvimento de formas de produção pré-capitalistas – não correspondentes às relações de produção escravistas e à superestrutura respectiva.. Poderia haver, aqui, uma *divisão regional do trabalho* – uma periferia *abastecedora* com formas e relações de produção diversas do centro monocultural voltado para o produto de exportação? Na melhor das hipóteses, caso houvesse o estímulo à produção diversificada vislumbrado nos planos de colonização do período nassoviano, Alagoas poderia ter-se transformado, realmente, no *filé do Nordeste*, para usar a expressão de um político local.

A história do período holandês é sangrenta, como atestam quase todos os cronistas da época. Para nós, alagoanos, é muito mais do que isto: interrompeu um processo que se mostrava promissor. Poderia ter sido diferente, como nos revela uma leitura mais atenta de documentos da época. O desenvolvimento das forças produtivas pode sofrer, em determinados momentos, uma reviravolta violenta, deixando marcas indeléveis num povo que, só a muito custo e sofrimento, pode libertar-se dos grilhões da dominação e retomar o caminho interrompido. Isto não significa uma volta ao passado, afinal a história não é um *eterno retorno*, como propugnavam alguns filósofos, mas a confirmação de uma tendência, sob novas condições e perspectivas.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I - FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS

01. CARTA dos Oficiais da Câmara da Vila de Alagoas ao Rei D. João V sobre o estado miserável do povo...
1730, Dezembro 10, Vila de Alagoas
AHU-ACL-CU-004, Cx.1, D.65

02. CARTA da Câmara da Vila de Alagoas ao Rei sobre a criação da Vila e Comarca de Alagoas, solicitando os mesmos privilégios e graças da Cidade de Olinda.
1732, Abril 14, Vila de Alagoas
AHU-ACL-CU-004, Cx.1, D.73

03. CARTA de Tombo de Pernambuco contendo informações sobre doações.
1574, Pernambuco. Duarte Coelho.
Arquivo do IHGAL – Doc. nº 0002/01-01-02, 24 f.ms.
Documento incompleto.

04. CARTA dos Oficiais da Câmara da Vila do Penedo ao Rei (D. José) a solicitarem a concessão dos mesmos privilégios da Câmara da cidade do Porto, em razão dos seus serviços e dos seus antepassados nas guerras da restauração e do Palmar, para motivar os elegíveis à Câmara.
1755, Abril 5, Vila do Penedo
AHU-ACL-CU-004, Cx.2, D.147

05. CARTA Régia ao Governo do Brasil, sobre a guerra com os holandeses.
Madrid, 1639, Março 13.
IAN/TT, Manuscritos da Livraria no 1116, fl. 638-640

06. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao regente (D. Pedro), sobre consulta de 1673, tratando das indenizações das casas e fazendas ocupadas por holandeses, guerra dos Palmares e venda do engenho São Brás.
Lisboa, 1677, Junho 28.
AHU/CU-BRASIL/PERNAMBUCO
(s/ind. de cx. e doc.)

07. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. João sobre o ofício do procurador da Câmara da vila do Penedo, em que propõe ser arrematada pela Fazenda Real uma légua de terra que a dita Câmara possuía a título de doação, antes da invasão dos holandeses, para entrar o seu preço no Erário de Pernambuco, pagando este à Câmara o juro de 6 por cento ao ano.
Lisboa, 1805, Novembro 29.
AHU-ACL-CU-004, Cx.5, D.417

08. DIPLOMA de Sebastião Figueres, no qual foi soldado e conferidas as insígnias militares com brasão de armas. D. Felipe, Rei de Castela e Aragão.
Madrid, 1649, Abril 26.
Arquivo do IHGAL – Doc. nº 0004/01-01-04, 8 f.ms.
Doc. em latim.

09. DISCURSO, provavelmente do Ministro residente na Holanda, pretendendo provar que seria mais conveniente fazer a paz com os holandeses do que continuar a guerra de Pernambuco.
Sem data.
IAN/TT, Manuscritos da Livraria nº 1116, fl.263-311.

10. DISCURSO sobre a guerra dos holandeses na Bahia.
1629, Agosto 12.
IAN/TT, Manuscritos da Livraria nº 1116, fl.701-712

11. 2º LIVRO de vereações da Vila de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, contendo documentos sobre os Palmares.
1666 a 1681.
Arq. do IHGAL – Doc. nº 0006/01-02-01, 63 f.ms.

12. NOTA do Governo Francês aos Estados Gerais da Holanda a respeito do Brasil. Sem data.
IAN/TT, Manuscritos da Livraria nº 1104, fl. 67.

13. CARTA RÉGIA determinando a distribuição de terras públicas aos soldados e empregados da Fazenda e Justiça, experimentados na guerra contra os holandeses. El Rei D. Pedro IV.
Lisboa, 1654, abril, 29
Arq. do IHGAL – Doc. nº 0005/01-01-05, 1 f.ms.

14. RELATO dos acontecimentos mais importantes que sucederam na ida da esquadra portuguesa para o Brasil para combater os holandeses.
Sem data.
IAN/TT, Manuscritos da Livraria nº 1104, fl. 263-266.

15. RELATÓRIO do Coronel Artischofsky ao Conselho da WIC sobre eventos militares em território de Alagoas, as condições das tropas e relações com os moradores.
Serinhaém, 1636, Junho 13.
Arq. do IAHGP. Trad. por Paulus H. M. M. Deckers.

16. REQUERIMENTO de Inácio Cardim de Oliveira à Rainha D. Maria I, pedindo providências para a demarcação da data de sesmaria em o sítio ao sul do rio Camaragibe desde a lage de Santo Antônio ou Caxoeira de Feliz.
Vila de Porto Calvo, 1797 Novembro 24.
AHU-ACL-CU-004, Cx.3, ds. 263 e 264.

II - FONTES IMPRESSAS

01. ABONO dos serviços dos religiosos do Carmo, Santa Luzia do Norte (Doc. nº 3, 1734). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL)*. Maceió, v.I, n.1, p.27-28, dez 1872.

02. ANTIGÜIDADES ALAGOAS – Documentos. *Rev. do IHGAL*. Maceió, v.II, n.11, p.24 - 37, dez 1879.

03. ANTIGÜIDADES DO PENEDO. Sentença do Juiz Soares acerca da propriedade da Ilha Grande, datada da Bahia, nov. 1655. *Rev. do IHGAL*. Maceió, v.I, n.1, p.9-28, dez. 1872.

04. ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3ª ed. São Paulo, EDUSP, 1981. (Reconquista do Brasil, 70).

05. ARCISZEWISKI, Christoffel. Carta a Maurício de Nassau e ao Conselho Supremo. Trad. de José Higino Duarte Pereira. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.VI, n.35, p.3-27, abr.1888.

06. ATAS da Assembléia Geral de 1640. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.V, n.31, p.173-238, out. 1886.

07. BECK, Matias. Diário de Matias Beck. IN: *Três Documentos do Ceará Colonial*. Introdução, comentários e notas de José Aurélio Saraiva Câmara. Fortaleza, Instituto do Ceará, 1967. p. 203-294. (Col. História e Cultura, 8).

08. BARLÉU, Gaspar. *História dos fatos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Pref. e notas de Mário G. Ferri. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1974. (Reconquista do Brasil, 15).

09. BLAER, João. Diário da viagem do Cap. J. Blaer aos Palmares em 1645. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.X, n.56, p.87-96, jan. a mar. 1902.

10. (A) BOLSA DO BRASIL, onde claramente se mostra a aplicação que teve o dinheiro dos acionistas da Cia. das índias Ocidentais. Impresso no Brasil, Recife, ao Bree-Bye. Ano de 1647. Trad. e notas de José Higino Duarte Pereira. *Rev. do IAHGP*. Recife, v. IV, n.28, p.127-167, jan. a mar. 1883.

11. CALADO, Fr. Manuel. *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*. 2ª ed. São Paulo, Cultura, 1945. (Brasílica).

12. CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e da Gente do Brasil*. Int. e notas por Ana Maria de Azevedo. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. (Outras Margens).

13. CARTA de alguns moradores ao Bispo e aos padres da Bahia, protestando contra os restauradores e pedindo que interfiram para a paz. Trad. de José Higino Duarte Pereira. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.VI, n.35, p.32-34, abr. 1888.

14. CARTA de Amador de Araújo a João Heck. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.VI, n.35 p.31-32, abr. 1888.

15. CARTA de Duarte Coelho a D. João III. *Rev. do IAHGP*. Recife, v. XXXII, ns. 151-154, 315-316, 1932.

16. CARTA de Gaspar Dias Ferreira ao Rei de Portugal (propondo a compra do Brasil). *Rev. do IAHGP*. Recife, v.V, n.32, p.75-106, abr. 1887.

17. CARTA de Maurício de Nassau a Álvaro Gomes. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.V, n.33, p.190-191, ago. 1887.

18. CARTA de S. M. El-Rei de Portugal, dirigida em 04 de outubro de 1645 ao seu embaixador na Holanda. Trad. de José Higino D. Pereira. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.VI, n.34, p.132-133, dez. 1887.

19. CARTAS do Marquês de Montalvão (Jorge de Mascarenhas) ao Conde de Nassau. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.VI, n.34, p.45-56, dez. 1887.

20. CARTA e autos remetidos por Antônio Teles da Silva ao Rei de Portugal. *Rev. do I-AHGP*. Recife, v.VI, n.34, p.99-132, dez. 1887.

21. CARTA (fragmento) do Conselho Supremo a um senhor de engenho. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.VI, n.34, p.42, dez. 1887.

22. CARTA Régia de 18/jan/1644, sobre o tratamento dos católicos sob o domínio de Nassau. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.VI, n.34, p.62, dez. 1887.

23. CARTAS e pareceres de Gaspar Dias Ferreira, sobre a venda das Capitanias a Portugal. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.V, n. 31, p.323-352, out. 1886.

24. CARTA que, de Barbados, escrevia Mathias Beck em 08 de outubro de 1654. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, v.70, p.28-35, 1956.

25. CARTAS NASSOVIANAS (1637-1646). *Rev. do IAHGP*. Recife, v.XII, n.69 p.533-555, dez. 1906.

26. COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias Diárias da Guerra do Brasil. 1630-1638*. Recife, 1944.

27. CORRESPONDÊNCIA sobre o auxílio prestado pelo Governo Geral aos rebeldes de Pernambuco. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.VI, n.35, p.37-51, abr. 1888.

28. CORRESPONDÊNCIA sobre guerrilhas e incêndio de engenhos. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.VI, n.34, p.33-41, dez. 1887.

29. COSTA, José Israel da. Açúcares que fizeram os engenhos de Pernambuco, Ilha de Itamaracá e Paraíba – ano de 1623. IN: MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Fontes para a história do Brasil holandês – a economia açucareira*. Recife, MEC/SPHAN/Fund. Pró-Memória, 1981, p.21-32.

30. DECLARAÇÃO e parecer sobre a impossibilidade de execução de engenhos. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.VI, n.34, p.57-59, dez.1887.

31. DESCRIÇÃO das Capitanias do Brasil em 1545. Nota introdutória de Metódio Maranhão. *Rev. do IAHGP*. Recife, v. XL, p.312-317, 1945.

32. *DIÁLOGOS DAS GRANDEZAS DO BRASIL*. Int. de Capistrano de Abreu, notas de Rodolfo Garcia. Salvador, Liv. Progresso Editora, 1956.

33. DIÁRIO ou breve discurso acerca da rebelião e dos pérfidos desígnios dos portugueses do Brasil. Trad. de José Higino D. Pereira. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.V, n.32, p.121-225, abr. 1887.

34. *DOCUMENTOS históricos*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1928.

35. *DOCUMENTOS Holandeses*. 1° vol. Com nota explicativa de Rodolfo Garcia. Rio de Janeiro, MEC/Serv., de Documentação, 1945.

36. DUSSEN, Adriaen van der. Breve discurso sobre o Estado das quatro Capitanias conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil (1638). Trad. de José Higino D. Pereira. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.VI, n.34, p.139-196, dez. 1887.

37. DUSSEN, Adriaen van der. Relatório sobre o Estado das Capitanias conquistadas no Brasil (1639). IN: MELLO, José Antônio Gonçalves de (trad. e coment.). *Fontes para a história do Brasil Holandês – A economia açucareira*. Recife, MEC/SPHAN/Fund. Pró-Memória, 1981. p.131-232. (Doc. n° 6).

38. EDITAL de alguns dos capitães da guerra contra os holandeses, datado de Garapu, 14 de julho de 1645. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.VI, n.35, p.36-37, abr. 1888.

39. EDITAIS sobre o plantio da mandioca (1638-1640). *Rev. do IAHGP*. Recife, v.V, n.33, p.181-187, ago. 1887.

40. ELEIÇÃO de um Comissário (de Santa Luzia do Norte) para a cobrança de impostos. (Doc. n° 2, 1672). *Rev. do IHGAL*. Maceió, v.I, n.2, p.26-27, s/d.

41. ESCLARECIMENTOS acerca da data da povoação de Lagoa do Norte, hoje Villa de Santa Luzia. (Doc. n° 1, 1610). *Rev. do IHGA*L. Maceió, v.I, n.2, p.25-26, s/d.

42. FIGUEIRA, Pe. Luís. Relação do Maranhão. Introdução, notas e comentário de Thomaz Pompeu Sobrinho. IN: *Três Documentos do Ceará Colonial*. Fortaleza, Instituto do Ceará, 1967. p.3-157.

43. GANDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província Santa Cruz e Tratado da Terra do Brasil*. Int. de Capistrano de Abreu. São Paulo, Obelisco, 1964.

44. HAECXS, Hendrik. Diários (1645 a 1654). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, t. LXIX, p.19-153, 1950.

45. *INDICADOR geral do Estado de Alagoas*. Maceió, Tipografia Comercial, 1902.

46. ITINERÁRIO desde a cidade Maurícia até o Forte Maurício situado junto ao rio de São Francisco. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.V, n.31, p.311-321, out. 1886.

47. KOSTER, Henry. Viagens ao Brasil. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.IX, n.51, p.41-113, 1898.

48. LAET, Johanes de. *História ou Anaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, desde o seu começo até o fim do ano de 1636*. Trad. de José Higyno Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Rio, Bib. Nac., 1916.

49. (O) MACHADÃO DO BRASIL, ou Diálogo sobre a decadência do Brasil, entre Kees Jansz Schott, recém-chegado daquele país, e Jan Maet, caixeiro de negociante, que também ali esteve com aquele. Ano do Senhor de 1647. Trad. de Pedro Souto Maior. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.XIII, n.72, p.125-170, jun. 1908.

50. MENDONÇA, Heitor Furtado de. *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil; Denunciações e Confissões de Pernambuco (1593-1595)*. Pref. de José Antônio Gonçalves de Mello. Recife, FUNDARPE, 1984. (Col. Pernambucana, 2ª fase, 14).

51. MOREAU, Pierre; BARO, Roulox. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e relação da viagem ao país dos Tapuias*. Trad. e notas de Lêda Boechat Rodrigues; nota introdutória de José Honório Rodrigues. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1979. (Reconquista do Brasil, 54).

52. MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil (1612)*. Recife, Arquivo Publico do Estado, 1955.

53. MORENO, Martim Soares. Relação do Ceará. IN: *Três Documentos do Ceará Colonial*. Introd., notas e comentários de Raimundo Girão. Fortaleza, Instituto do Ceará, 1967. p.159-201.

54. (Uma) NEGOCIAÇÃO DIPLOMÁTICA. Exposição do que se passou na negociação estabelecida para o fim de se dar quartel e cessar a queima dos engenhos e das canas. Apresentação de José Higino Duarte Pereira. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.VI, n.35, p.53-77, abr. 1888.

55. NOTAS sobre aldeias e missões de índios. *Rev. do IHGAL*. Maceió, v.I, n.4, p.93-98, 1874.

56. POPULAÇÃO de Santa Luzia do Norte. (Doc, nº 5-1780). *Rev. Do IHGAL*. Maceió, v.I, n.2, p.29-31, s/d.

57. REGIMENTO do Governo das praças conquistadas ou que forem conquistadas nas Índias Ocidentais. *Rev. do IAHGP*. Recife, v. V, n.31, p.289-310, out. 1886.

58. RELAÇÃO dos engenhos vendidos em 1637 e 1638. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.VI, n.34, p.197-198, dez. 1887.

59. REPRESENTAÇÃO ao Supremo Conselho, sobre a precariedade da situação alimentar. (Sem assinatura, janeiro de 1640). *Rev. do IAHGP*. Recife, v.VI, n.34, p.43-44, dez. 1887.

60. RICHSHOFFER, Ambrosius. *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais (1629-1632)*. Trad. de Alfredo de Carvalho. Recife, 1897.

61. RODRIGUES, José Honório. Índice anotado da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife, Imprensa Oficial, 1961. (Separata da *Rev. do IAHGP*, v. XLIV, 1954/1959).

62. SALVADOR, Fr. Vicente do. *História do Brasil – 1500/1627*. 3ª ed. revista por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. São Paulo, Melhoramentos, 1931.

63. SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra*. Estudo introdutório e índice onomástico de José Antônio Gonçalves de Mello. Recife, FUNDARPE, 1984. (Col. Pernambucana – 2ª fase, I).

64. SILVA, J. Caetano da. Documentos para a História do Brasil coligidos na Holanda. IN: *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1881. p.926 e seg.

65. SANTOS, Lourival Santana; NUNES, Maria Thétis. *Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Sergipe (1619-1822)*. São Cristóvão, Univ. Fed. de Sergipe/Dep. de História, 1999. (Projeto Resgate de Documentação História "Barão do Rio Branco"/Ministério da Cultura).

66. SANTOS, Lourival Santana (coord.). *Catálogo de Documentos Históricos da Capitania de Alagoas (1680-1826)*. Maceió, Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e EDUFAL, 1999. (Projeto Resgate de Documentação História "Barão do Rio Branco"/Ministério da Cultura).

67. SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 4ª ed. São Paulo, Nacional e EDUSP, 1971. (Col. Brasiliana, 117).

68. STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1974. (Reconquista do Brasil, 17).

69. TAVARES, Antônio de Sousa de. Discurso político em aprovação do tratado de trégua que com os Estados das Províncias Unidas mandou capitular o muito alto e muito poderoso Rei de Portugal, D. João IV Nosso Senhor. IN: PRESTAGE, Edgar. *A Embaixada de Tristão de Mendonça Furtado à Holanda em 1641*. Coimbra, 1920.

70. TESTAMENTO de João Fernandes Vieira. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.III, n.25, p.19-32, out. 1869.

71. VERDONCK, Adriaen. Descrição das Capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Memória apresentada ao Conselho Político do Brasil, em 20 de maio de 1630. *Rev. do IAHGP*. Recife, v. IX, n.55, p.215-227, 1901.

72. WALBEECK, Johannes van; MOUCHERON, Henrique de. Relatório sobre o estado das Alagoas em outubro de 1643. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.V, n.33, p.153-164, ago. 1887.

III - PUBLICAÇÕES EM PERIÓDICOS

01. AGUIAR, Otávio. Diocese de Alagoas. Alguns subsídios históricos. *Rev. do IHGAL.* Maceió, v. XXXIX, p.107-122, 1984.

02. ASHER, George Michael. A Companhia das Índias Ocidentais. *Rev. do IAHGP.* Recife, v. XVII, n.89, p.224-235, jul. a set. 1915.

03. BRANDÃO, Alfredo. Os negros na história de Alagoas. *Revista Estudos Afro-brasileiros.* Rio de Janeiro, 1935.

04. BRANDÃO, Moreno. Alagoas e seu desenvolvimento histórico. *Rev. do IHGAL.* Maceió, v. VIII, n.1, p.48-60, jan. – mar. 1916.

05. BRANDÃO, Moreno. Sobre Calabar. *Rev. do IHGAL.* Maceió, v.XVII, p.5-32, 1933/1934.

06. BRANDÃO, Moreno. População de Alagoas. *Rev. do IHGAL.* Maceió, v. XIX, p.3-60, 1937.

07. BRANDÃO, Werther. Ancianidade de Santa Luzia do Norte. *Revista do Arquivo Público.* Maceió, 1962.

08. BRANDÃO, Werther. Os franceses em Alagoas no séc. XVI. *Rev. do IHGAL.* Maceió, v. XXXIV, p.11-64, 1978.

09. CABRAL, João Francisco Dias. Vestígios de uma antiga família estabelecida no território de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul. *Rev. do IHGAL.* Maceió, v. II, n.11, p.14-18, dez. 1879.

10. CABRAL, João F. Dias. Diversos sucessos militares em Alagoas. *Rev. do IHGAL.* Maceió, v. VII, n.18, p.249-257, jun. 1884.

11. CÂMARA, José Aurélio. Aspectos do Domínio Holandês no Ceará. *Rev. do Instituto do Ceará.* Fortaleza, n.70, p.5-27, 1956.

12. CAROATÁ, José Próspero Jeová da Silva. Crônica do Penedo. *Rev. do IHGAL.* Maceió, v. I, n.1, p.2-7, dez. 1872.

13. CARVALHO, Alfredo de. Minas de Ouro e Prata no Brasil Oriental. Explorações holandesas no séc. XVII. *Rev. do IAHGP.* Recife, v. XI, n.64, p.769-782, dez. 1904.

14. CORTESÃO, Jaime. Cartografia portuguesa e cartografia holandesa. *Rev. do IAHGP.* Recife, v. XXXVIII, p.328-331, 1943.

15. COSTA, Craveiro. Calabar perante a História moderna. *Rev. do IHGAL.* Maceió, v. XIII, p.139-150, 1928.

16. COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Primeiras eleições em Pernambuco e seus representantes às Constituintes e à Assembléia Geral do Brasil. *Rev. do IAHGP*. Recife, v. IV, n.29, p.183-204, jul. a dez. 1883.

17. COSTA, Francisco A. P. da. Governo Holandês. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.IX,n.51, p.3-26, 1898.

18. COSTA, Francisco A. P. da. Origens históricas da indústria açucareira em Pernambuco. *Brasil Açucareiro*. Rio de Janeiro, mar./abr.-jul./out.-1940.

19. COSTA, Francisco A. P, da. Anais Pernambucanos. *Rev. do IAHGP*. Recife, v.XXXIII, ns.155-158, p.201-309, 1933/1935.

20. DE CARLI, Gileno. Preços de açúcar (desde a invasão holandesa até 1933). *Rev. do IAHGP*. Recife, v. XXXIII, ns.155-158, p.189-192, 1933/1935.

21. DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. O Livro que dá Razão do Estado do Brasil. *Rev. do IHGAL*. Maceió, v. XXIV, p.7-17, 1945/1946.

22. DUARTE, Abelardo. O negro na colonização de Alagoas. *Rev. do IHGAL*. Maceió, v. XXIII, p.22-29, 1944.

23. DUARTE, Abelardo. Notas sobre as fortificações holandesas em Alagoas. *Rev. do IHGAL*. Maceió, v. XXIV, p.75-80, 1945/1946.

24. DUARTE, Abelardo. Os Primórdios do Povoamento das Alagoas. *Rev. do IHGAL*. Maceió, v. XXV, p.7-33, 1947.

25. DUARTE, Abelardo. Tribos, Aldeias & Missões de índios nas Alagoas. *Rev. do IHGAL*. Maceió, v. XXVIII, p.83-153, 1968.

26. FONSECA, João Severiano da. Origem de alguns nomes patronímicos da Província das Alagoas. *Rev. do IHGAL*. Maceió, v. I, n.8, p.197-199, jun.1876

27. FONSECA, Pedro Paulino da. Genealogia da família de Cristovão Lins. *Rev. do IHGAL*. Maceió, v. II, n.15, p.164-167, dez. 1882.

28. GALVÃO, Eusébio. Calabar. *Rev. do IHGAL*. Maceió, v. VI, n.I, p.50-67, jan. – mar. 1915.

29. GALVÃO, Olympio. Pontos para a História Pátria – sobre Penedo e Valentim da Rocha Pita. *Rev. do IHGAL*. Maceió, v. I, n.5, p.192-194, 1874.

30. GALVÃO, Olympio. Sucinta descrição do Município de Porto Calvo. *Rev. IHGAL*. Maceió, v. II, n.16, p.173-186, jun. 1883.

31. HOBOKEN, W. J. Van. A Companhia das Índias Ocidentais: fatores políticos de sua ascensão e declínio. *Rev. do IAHGP*. Recife, v. XLIX, p.309-327, 1977.

32. JORGE, Adriano Araújo. A guerra holandesa sob o ponto de vista de suas repercussões sobre o território de Alagoas. *Rev. do IHGAL*. Maceió, v. III, n.I, p.29-66, 1901.

33. LIMA, Fernandes. Ephemerides do município de Camaragibe. *Rev. do IHGAL*. Maceió, v. XVII, p.38-61, 1933/1934.

34. LINS, Alberto Rego. Calabar. *Rev. do IAHGP*. Recife, v. XXXIII, ns.155-158, p.83-147, 1933/1935.

35. LINS, Alberto Rego. O Fundador de Porto Calvo. *Jornal Gazeta de Alagoas*. Maceió, 24 abr. 1936.

36. MAGALHÃES, Basílio de. O açúcar nos primórdios do Brasil Colonial. *Brasil Açucareiro*. Rio de Janeiro, v. 13, n.24, dez. 1944.

37. MARANHÃO, Gil M. O açúcar no Brasil, antes das donatárias. *Rev. IAHGP*. Recife, v. XL, p.96-106, 1945.

38. MELLO, Anphilófio (Jayme de Altavila). A Redenção dos Palmares. *Rev. do IHGAL*. Maceió, v. XI, p.58-67, 1926.

39. MELLO, Frederico Pernambucano de. O homem pecuário nordestino e o cangaço. *Rev. do IHGAL*. Maceió, v. 39, p.31-51, 1984.

40. MELLO, José Antônio Gonsalves de. A "Relação das Praças Fortes do Brasil" (1609) de Diogo de Campos Moreno. *Rev. do IAHGP*. Recife, v. LVII, p.177-246, 1984.

41. MELO, Mário. Antigüidade do açúcar no Brasil. *Rev. do IAHGP*. Recife, v. XXIX, ns.135-142, p.113-118, 1928/1929.

42. MOTT, Luiz. A Inquisição nas Alagoas. *Rev. Debates de História Regional*. Departamento de História da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, n.01, p.13-38, 1992.

43. MÚRIAS, Manuel. Os Domínios Ultramarinos Portugueses e a Administração Filipina. *Congresso do Mundo Português*. Lisboa, v. VI, t. I, p.495-513, 1940.

44. NEME, Mário. A Holanda e a Companhia das Índias no tempo do Domínio Holandês no Brasil. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. XXII, p.7-214, 1968.

45. NEME, Mário. O Brasil Holandês no Tempo de Nassau. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. XXXII, 1983.

46. OITICICA, Leite e. Calabar. *Rev. do IHGAL*. Maceió, v. V, n.I, p.54-63, dez. 1913.

47. PAGANO, Sebastião. O Brasil e suas relações com a Coroa da Espanha ao tempo dos Felipes (1580-1640). *Rev. do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, v. LIX, p.215-232, 1961.

48. REESE, J. J. Indústria e comércio açucareiro do Brasil Neerlandês. *Rev. do IAHGP*. Recife, v. XVII, n.88, p,101-117, abr. a jun. 1915.

49. SANT'ANA, Moacir. Calabar. *Rev. do IHGAL*. Maceió, v. XXX, p.217-220, 1973.

50. SILVESTRE, Honório. Período Nassauriano e a Contribuição holandesa na exploração geográfica do Brasil. *Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro, v. V, p.565-576, 1942.

51. SLUITER, Engel. Os holandeses no Brasil antes de 1621. *Revista do Museu do Açúcar*. Recife, n.1, 1968.

52. SOUTO MAIOR, Pedro (trad.). A Religião Reformada no Brasil no séc. XVII (Actas dos Sínodos e Classes do Brasil, no séc. XVII, durante o domínio holandês). *Rev. do IHGB*. Rio de Janeiro, tomo especial n.1 do 1° Congresso Nacional de História, p.707-780, 1912.

53. SOUTO MAIOR, Pedro (trad.). Uma Assembléia de Índios em Pernambuco em 1645: documento inédito. *Rev. do IAHGP*. Recife, v. XV, n.79, p.61-77, mar. 1910.

54. STOLS, Eddy. Os Mercadores flamengos em Portugal e no Brasil antes das conquistas holandesas. *Anais de História*. Assis (SP), n.5, p.9-54, 1973.

55. STUDART Filho, Carlos. História do Ceará Holandês (considerações em torno de dois pontos controversos). *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, n.91, p.7-47, 1977.

56. VALENTE, Aminadab. Porto Calvo histórico. *Rev. do IHGAL*. Maceió v. XIX, p.92-96, 1936/1937.

IV - BIBLIOGRAFIA GERAL

01. ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800).* 4ª ed. revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro, Liv. Briguiet/INL, 1954.

02. ALBUQUERQUE, Isabel Loureiro de. *Notas sobre a História de Alagoas.* Maceió, SERGASA, 1989.

03. ALENCASTRO, Luiz Filipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul.* S. Paulo, Cia das Letras, 2000.

04. ALTAVILA, Jayme de. *História da Civilização das Alagoas.* 5ª ed. Maceió, Biblioteca Pública Estadual, 1967.

05. ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional.* Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo, Ática, 1989. (TEMAS-v.9-Estudos Políticos).

06. ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia Econômica do Nordeste.* 3ª ed. São Paulo, ATLAS, 1977.

07. ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste.* 6ªed. Recife, Ed. da UFPE, 1998.

08. ARCA, P. Nuñez. *O Brasil Restituído: os três Felipes da Espanha que foram Reis do Brasil. A ação da Espanha Filipina no Brasil e na América – 1580/1640.* São Paulo, Edigraf, 1957.

09. ASSADOURIAN, Carlos Sempat. Modos de Produção, Capitalismo e Subdesenvolvimento na América Latina. IN: FIORAVANTE, E. (et al.). *Conceito de Modo de Produção.* Coord. e trad. de Philomena Gebran. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p.181.220.

10. AZEVEDO, Fernando de. *Canaviais e Engenhos na vida política do Brasil.* 2ª ed. S. Paulo, Melhoramentos, 1958. (Obras Completas, v.XI).

11. AZEVEDO, João. *O Vale do Comendador.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1982.

12. AZEVEDO, João Lúcio de. *História dos Cristãos Novos Portugueses.* Lisboa, 2ª ed. Lisboa, LCE (Liv. Clássica Editora), 1975.

13. BARBALHO, Nelson. *Cronologia Pernambucana – Subsídios para a História do Agreste e do Sertão.* Recife, FIAM, 1982. (Cronologia Pernambucana, v.2 e 3).

14. BESSELAR, José van der. *Maurício de Nassau, esse desconhecido.* Rio de Janeiro, FAPERJ, 1981. (Pesquisa Histórica, 1).

15. BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização.* S. Paulo, Cia das Letras, 1992.

16. BOXER, Charles R. *Os Holandeses no Brasil. 1624-1654.* Trad. de Olivério. M. Oliveira Pinto. São Paulo, Nacional, 1961. (Brasiliana, 312).

17. BOXER, C. R. *O Império Colonial Português.* Lisboa, Ed. 70, 1969 (Textos de Cultura Portuguesa, 3).

18. BOXER, C. R. *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola: 1602-1686.* São Paulo, EDUSP, 1973.

19. BOXER, C. R. *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770).* Lisboa, Ed. 70, 1981.

20. BRANDÃO, Alfredo. *Chrônicas Alagoanas (história, lendas e etnografia).* Maceió, Casa Ramalho, 1939.

21. BRANDÃO, Moreno. *História de Alagoas.* Maceió, Dep. de Assuntos Culturais, 1981. (Reedição fac-similar da 1ª ed. de 1909).

22. BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã – Um Estudo das Elites do séc. XVII.* Trad. de Rosaura Eichemberg; apres. de Edgard S. de Decco. São Paulo, Brasiliense, 1991.

23. CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre – uma dinastia de pioneiros.* 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958. (Col. Documentos Brasileiros).

24. CALMON, P. Conquista e Colonização do Brasil. IN: LEVENE, R. (dir.). *História das Américas*, vol. 4. 5ª ed. Rio de Janeiro, W. M. Jackson, 1964. p. 03-102.

25. CAMERINO, J. Silveira. *Noções de Geografia Geral do Estado de Alagoas.* Maceió, Dep. Estadual de Cultura, 1963. (Col. Cultura Didática, v.1)

26. CANABRAVA, Alice P. *O açúcar nas Antilhas (1697-1755).* São Paulo, Instituto de Pesquisa Econômica, 1981.

27. CANTU, Cezar. *História Moderna (1400-1718) – História, Literatura e Bellas-Artes.* Lisboa, Escritório de Francisco Arthur da Silva, 1858.

28. CARDOSO, Ciro F. S. & BRIGNOLI, Héctor Pirez. *Os Métodos da História – introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social.* Trad. de João Maia. 5ª ed. Rio de Janeiro, GRAAL, 1990. (Biblioteca de História; v.5).

29. CARDOSO, Gerald. *Negro Slavery in the sugar plantations of Veracruz and Pernambuco, 1550-1680.* Washington, D. C., University Press of America, 1983.

30. CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil Holandês.* Rio de Janeiro, J. Olympio, 1956. (Col. Doc. Brasileiros, 79).

31. CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência – aspectos da cultura popular no Brasil.* 6ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.

32. CHAUNU, Pierre. *Sevilha e a América, nos séculos XVI e XVII.* Trad. Janine Garcia. S.Paulo, Difel, 1980.

33. CIDADE, Hernâni. *Portugal Histórico-Cultural.* 2ªed., refundada e ampliada. Lisboa, Arcádia, 1968. (Bib. Arcádia de Bolso – secção I – Arte e Literatura).

34. CORTESÃO, Jaime. *A Geografia e a Economia da Restauração.* Lisboa, 1940.

35. COSTA, Cleonir Xavier de Albuquerque da Graça. *Receita e Despesa do Estado do Brasil no Período Filipino: aspectos fiscais da administração colonial.* Recife, 1985. (Dissertação de Mestrado apresentada na UFPE).

36. COSTA, Craveiro. *História das Alagoas.* São Paulo, Melhoramentos, 1929.

37. COSTA, Craveiro. *Maceió.* 2ª ed. Maceió, Dep. de Assuntos Culturais, 1981. (Fac-símile da 1ª ed. de 1939).

38. CROSSMAN, R. H. S. *Biografia del Estado Moderno.* Trad. esp. 2ª ed. México, Fondo de Cultura Económica, 1970. (Coleccion Popular).

39. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões.* Pref. de M. Cavalcanti Proença. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1967. (Clássicos Brasileiros).

40. DIAS, C. Malheiros (org.). *História da Colonização Portuguesa no Brasil.* Porto/Lisboa, Litografia Nacional, 1923.

41. DIÉGUES Júnior, Manuel. *População e Açúcar no Nordeste do Brasil.* Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1954.

42. DIÉGUES Júnior Manuel. *O Bangüê nas Alagoas. Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional.* 2ª ed. Prefácio de Gilberto Freyre. Maceió, EDUFAL, 1980.

43. DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo.* Trad. de Manuel do Rêgo Braga. 7ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

44. ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares.* São Paulo, 1938.

45. ESPÍNDOLA, Thomaz do Bomfim. *Geografia Alagoana.* 2ª ed. renovada e aumentada. Maceió, Tip. do Liberal, 1871.

46. FALCON, F. *Mercantilismo e Transição.* 11ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1990.

47. FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro.* 9ª ed. São Paulo, Globo, 1991.

48. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder.* São Paulo, Brasiliense, 1986.

49. FERLINI, V. L. A. *A Civilização do Açúcar (séc. XVI a XVIII).* 6ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1989.

50. FERNANDES, Florestan. *Mudanças Sociais no Brasil.* São Paulo, DIFEL, 1974. (Corpo e Alma do Brasil).

51. FERNANDES, Florestan. A Sociedade Escravista no Brasil. IN: *Circuito Fechado.* São Paulo, HUCITEC, 1976. p.11-63.

52. FIORAVANTE, Eduardo (et al.). *Conceito de Modo de Produção.* Coord. e trad. de Philomena Gebran. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. (Col. Pensamento Crítico, v.24).

53. FISCHLOWITZ, Estanislau. *Cristóforo Arciszewski.* Rio de Janeiro, MEC/Serv. de Documentação, 1959. (Col. Vida Brasileira).

54. FLEIUSS, Max. *História Administrativa do Brasil.* São Paulo, Imp. Nacional, 1923.

55. FONTANA, Riccardo. *O Brasil de Américo Vespúcio.* Trad. Edílson Alkmin Cunha e João Pedro Mendes. Brasília, Ed. da UnB, 1995.

56. FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens Livres na ordem escravocrata.* 2ª ed. São Paulo, ÁTICA, 1976. (Ensaios, 3).

57. FRANK, André Gunder. *Acumulação Mundial: 1492-1789.* Trad. Hélio Pólvora e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

58. FREIRE, Felisberto. *História de Sergipe.* 2ªed. Petrópolis, Vozes; Aracaju, Gov. do Est. de Sergipe, 1977 (Col. Dimensões do Brasil).

59. FREITAS, Gustavo de. *A Companhia Geral do Comércio do Brasil, 1649-1720. Subsídios para a História de Portugal e do Brasil.* São Paulo, 1951.

60. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala – Formação da Família Brasileira sob o regime de Economia Patriarcal.* 4ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1943. (Col. Documentos Brasileiros, 36.A).

61. FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil.* 4ªed. Rio, J. Olympio, 1962.

62. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* 27ªed. S. Paulo, Ed. Nacional, 1998 (Bib. Universitária, Série 2ª - C. Sociais – v.23).

63. GAMA, Ruy. *Engenho e Tecnologia.* São Paulo, Duas Cidades, 1983.

64. GARCIA, Emanuel Soares da Veiga. *O Comércio Ultramarino Espanhol no Prata.* São Paulo, Perspectiva, 1982. (Col. Khronos-13).

65. GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810).* Rio de Janeiro, J. Olympio, 1956.

66. GODINHO, Vitorino de M. *Ensaios II. Sobre História de Portugal.* Sá da Costa, Lisboa, 1968.

67. GODINHO, Vitorino de M. *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa.* Lisboa, Arcádia, 1971.

68. GODINHO, Vitorino de M. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial.* Lisboa, Presença, 1983.

69. GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial.* 6ª ed. São Paulo, ÁTICA, 1992.

70. GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Maurício de Nassau e o Brasil holandês: correspondência com os Estados Gerais.* Recife, UFPE, 1998.

71. GUEDES, João Alfredo Libâneo; RIBEIRO, Joaquim. *História Administrativa do Brasil. União Ibérica e a Administração do Brasil Holandês.* Brasilia, UnB, 1983. v.3.

72. GUERRA, Flávio. *Uma aventura holandesa no Brasil.* Recife, Cia. Ed. de Pernambuco, 1977. (Evolução Histórica de Pernambuco, 2° vol.).

73. GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

74. HOBSBAWM, Eric. *Sobre História.* Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.

75. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras.* Rio de Janeiro, 1957.

76. HOLANDA, S. B. de. *História Geral da Civilização Brasileira.* São Paulo, DIFEL, 1963.

77. HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil.* 26ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994. (Col. Documentos Brasileiros, vol. n° 1).

78. HOLANDA, S. B. de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.* 6ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.

79. HUGON, Paul. *História das Doutrinas Econômicas.* 7ª ed. São Paulo, ATLAS,1962.

80. KAYSERLING, Meyer. *História dos Judeus em Portugal.* Trad. de Gabrielle B. Corrêa da Silva e Anita Novinsky. São Paulo, Pioneira, 1971.

81. KELLEMBENZ, Herman. *A participação da Companhia de Judeus na conquista holandesa de Pernambuco.* João Pessoa, UFPB, 1966.

82. LAJUGIE, Joseph. *As Doutrinas Econômicas.* Trad. J. Guinsburg. 5ª ed. São Paulo, DIFEL, 1981.

83. LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto.* 2ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

84. LEFRANC, Georges. *História Breve do Comércio.* Trad. Maria do Céu Guerra D'Oliveira. Lisboa, Verbo, 1962. (Histórias Breves - 9).

85. LEMOS, João Ribeiro de. *Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições.* Maceió, s/i, 1999.

86. LIMA, Ivan Fernandes de. *Geografia de Alagoas.* São Paulo, Ed. do Brasil, 1965.

87. LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas.* 4ª ed. Brasília, ESAF, 1988. (Col. Memória Fazendária, nº 1).

88. LIMA Júnior, Félix. *Fortificações históricas de Maceió.* Maceió, 1966.

89. LIMA, Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira.* Pref. de G. Freyre, José Veríssimo e M. E. Martinenche. 2ªed. Rio, Topbooks, 1997.

90. LINDOSO, Dirceu Accioly. *Uma Cultura em Questão: a alagoana.* Maceió, EDUFAL, 1981.

91. LINDOSO, Dirceu Accioly. *Formação de Alagoas Boreal.* Maceió, Catavento, 2000.

92. LIPINER, Elias. *Os Judaizantes nas Capitanias de Cima (estudos sobre os cristãos-novos do Brasil nos séc. XVI e XVII).* São Paulo, Brasiliense, 1969.

93. MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos – seleção de textos de José Arthur Giannotti. Trad. de José Carlos Bruni, et al. 3ª ed. São Paulo, Abril Cultural, 1985. (Col. Os Pensadores).

94. MARX, K. *O Capital.* (Edição resumida, por Julian Borchardt). Trad. Ronaldo Alves Schmidt. 7ªed. Rio, LTC-Livros Técnicos e Científicos, 1982(?).

95. MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas.* S. Paulo, Alfa-Omega, s/d. 3v.

96. MAURO, Frédéric. *Nova História e Novo Mundo.* 3ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1973. (Col. Debates).

97. MAURO, Frédéric (coord.). *O Império Luso-Brasileiro (1620-1750).* Trad. Franco de Sousa (partes I, II e IV). Lisboa, Editorial Estampa, 1991. (Nova História da Expansão Portuguesa – vol.VII).

98. MAURO, Frédéric. *A Expansão Européia.* Trad. Franco de Sousa. 2ª ed. Lisboa, Ed. Estampa, 1995. (Nova História).

99. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654.* Rio de Janeiro, FORENSE-Universitária, 1975.

100. MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco Colonial.* São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

101. MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Véio: o imaginário da Restauração Pernambucana.* 2ª ed. rev. e aumentada. Rio, Topbooks, 1997.

102. MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil – Portugal, os Países-Baixos e o Nordeste, 1641-1669.* São Paulo, Topbooks, 1998.

103. MELLO José Antônio Gonsalves de. A situação do negro sob o domínio holandês. IN: FREYRE, Gilberto (et al.). *Novos Estudos Afro-Brasileiros.* Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1937. p.201-221.

104. MELLO, J. A. G. de. *Adriaen van der Dussen. Relatório sobre as Capitanias Conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639). Suas condições econômicas e sociais.* Rio de Janeiro, IAA, 1947.

105. MELLO, J. A. G. de. *Dois Relatório Holandeses.* Recife, 1949.

106. MELLO, J. A. G. de. *Tempo dos Flamengos – influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil.* 2ª ed. Recife, Dep. de Cultura, 1979. (Col. Pernambucana, v.XV).

107. MELLO, J. A. G. de. *Fontes para a História do Brasil Holandês – A Economia Açucareira.* Recife, MEC/SPHAN/Pró-Memória, 1981.

108. MELLO, J. A. G. de. *Gente da Nação: Cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654.* 2ªed. Recife, FUNDAJ/Massangana, 1996. (Descobrimentos, n.6).

109. MELLO, J. A. G. de. *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*; reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada. Pref. de Leonardo Dantas Silva.. 2ªed. Recife, FUNDAJ/Massangana, 1997 (Descobrimentos, n.7).

110. MESGRAVIS, Laima. *O Brasil dos séc. XVI e XVII.* São Paulo, Contexto, 1989. (Repensando a História).

111. MORSE, Richard McGee. *O Espelho de Próspero: Cultura e Idéias nas Américas.* Trad. Paulo Neves. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

112. MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste, 1817: estruturas e argumentos.* São Paulo, Perspectiva/EDUSP, 1972. (Col. Estudos).

113. NEME, Mário. *Fórmulas Políticas no Brasil Holandês.* São Paulo, DIFEL/EDUSP 1971. (Corpo e Alma do Brasil).

114. NIETSCHER, Pieter Marinus. *Os holandeses no Brasil (notícia histórica dos Países-Baixos e do Brasil no séc. XVII).* Trad. Mário Sette. São Paulo, Nacional, 1942.

115. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).* 5ª ed. São Paulo, HUCITEC, 1989. (Estudos Históricos 1).

116. NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séc. XVI-XVIII).* 6ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1993.

117. NOVINSKY Anita. *Cristãos-novos na Bahia: a Inquisição no Brasil.* 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1992. (Col. Estudos).

118. NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996.

119. OLIVEIRA, Oscar de. *Os Dízimos Eclesiásticos do Brasil – nos períodos da Colônia e do Império.* Belo Horizonte, UFMG, 1964. (Estudos-3).

120. PINTO, Geosélia da Silva. *História de Alagoas.* Maceió, EDUFAL, 1979.

121. PRADO, João Fernando de Almeida. *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil (1530-1630).* São Paulo, Nacional, 1941. (Brasiliana).

122. PRADO Júnior, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia.* 8ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1965.

123. PRADO Júnior, Caio. *História Econômica do Brasil.* 11ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1969.

124. PRADO Júnior, Caio. *Evolução Política do Brasil e outros Estudos.* 7ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1971. (Col. Brasil).

125. PRESTAGE, Edgar. *A Embaixada de Tristão de Mendonça Furtado à Holanda em 1641.* Coimbra, 1920.

126. PUNTONI, Pedro. *A Mísera Sorte – a escravidão africana no Brasil Holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648.* São Paulo, 1992. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da USP).

127. RIBEIRO, Darcy; MOREIRA Neto, Carlos de Araújo. *A Fundação do Brasil: Testemunhos, 1500-1700.* Petrópolis, Vozes, 1992.

128. RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a evolução e o sentido do Brasil.* São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

129. RIBEMBOIM, José Alexandre. *Senhores de Engenho Judeus em Pernambuco Colonial (1542-1654).* Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, 20-20 Comunicação e Editora, 1995.

130. ROCHA, José Maria Tenório. *Historiografia de Alagoas. Primeira Leitura.* Maceió, Dep. de História/UFAL, 1993.

131. RODRIGUES, José Honório; RIBEIRO, Joaquim. *Civilização Holandesa no Brasil.* Rio de Janeiro, Nacional, 1940.

132. RODRIGUES, José Honório. *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil.* Rio de Janeiro, INL/Dep. Imp. Nacional, 1949. (Col. B 1 - Bibliografia -VI).

133. RODRIGUES, J. H. *História. Corpo do Tempo.* 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1984. (Col. Debates).

134. ROMANO, Ruggiero. *Os Mecanismos da Conquista Colonial*. Trad. Marilda Pedreira. 3ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1995. (Khronos-4).

135. ROSÁRIO, Adalgisa Maria Vieira do. *O Brasil Filipino no Período Holandês*. Brasília, INL, 1987.

136. SALVADOR, José Gonçalves. *Os Cristãos-Novos: povoamento e conquista do solo brasileiro (1530-1680)*. São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1976. (Bib. Pioneira de Estudos Brasileiros.

137. SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *Contribuição à História do Açúcar em Alagoas*. Prefácio de Manuel Diégues Júnior. Recife, IAA/Museu do Açúcar, 1970.

138. SANT'ANA, M. M. de. *Mitos da Escravidão*. Maceió, Sec. de Comunicação Social, 1989.

139. SANTIAGO, Theo (org. e introd.). *Do Feudalismo ao Capitalismo: uma discussão histórica*. 3ª ed. revista. São Paulo, Contexto, 1988. (Textos e Documentos; 2).

140. SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil Holandês - 1630/1654*. 2ª ed. São Paulo, Edições Vida Nova, 1989.

141. SCHAMA, Simon. *O Desconforto da Riqueza: a cultura holandesa na época de curo, uma interpretação*. Trad. Hildegard Faist. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

142. SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. Trad. Maria Helena Pires Martins. São Paulo, Perspectiva, 1979. (Estudos, 50).

143. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos, engenhos e escravos na sociedade colonial - 1550/1855*. Trad. Laura Teixeira Motta. 2ª reimpressão. São Paulo, Cia. das Letras, 1999.

144. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo, 1968.

145. SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa/São Paulo, Verbo, 1994.

146. SIMONSEN, Roberto C. *Histórica Econômica do Brasil (1500-1820)*. 4ª ed. São Paulo, Nacional, 1962. (Brasiliana-grande formato-série 5ª - vol. 10).

147. STELLA, Roseli Santaella. *O Domínio Espanhol no Brasil durante a Monarquia dos Filipes (1580-1640)*. São Paulo, 1993. (Tese de Doutorado apresentada ao Dep. de História da USP).

148. SWEEZY, Paul (et al.). *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo. Um debate*. Int. de Rodney Hilton. Trad. de Isabel Didonnet. 4ª ed. Rio de Janeiro, P. e Terra, 1989. (Col. Pensamento Crítico, v.18).

149. TAUNAY, Affonso de E. *Visitantes do Brasil Colonial (séc. XVI-XVIII)*. São Paulo, Nacional, 1933. (Brasiliana, série V, v.XIX).

150. TENÓRIO, Douglas Apratto. *A Metamorfose das Oligarquias*. Curitiba, HD Livros, 1997.

151. VALENTE, Aminadab. *Penedo, sua História*. Maceió, 1957.

152. VARNHAGEN, Francisco A. *História Geral do Brasil*. São Paulo, 1928.

153. VERÇOSA, Élcio de Gusmão. *Cultura e Educação nas Alagoas: História, histórias*. Maceió, EDUFAL, 1996.

154. WALLERSTEIN Immanuel. *O Capitalismo Histórico*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo, Brasiliense, 1985.

155. WÄTJEN Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil – um capitulo da história colonial do século XVII*. Trad. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti. São Paulo, Nacional, 1938. (Brasiliana, série 5ª, v.123).

156. WEBER, Max. *Textos Selecionados*. Trad. Maurício Tragtenberg. 3ª ed. São Paulo, Abril Cultural, 1985. (Os Pensadores).

157. WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. Rio, Americana, 1975.

158. WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil colonial*. São Paulo, EDUSP,1966.

159. WOLFF, Ergon e Frieda. *Judeus em Amsterdam. Seu relacionamento com o Brasil*. Rio, 1989.

160. ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 1990. (Estudos Históricos, v.19).

145. ZUMTHOR, Paul. *A Holanda no tempo de Rembrantd*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo, Cia. das Letras/Circ. do Livro, 1989. (A Vida Cotidiana).